

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

PEDRO TORREÃO SÁ DE ALMEIDA

INDIVIDUALIDADES PÚBLICAS:

mérito, disposições e pluralidades através do concurso público

Recife

2015

PEDRO TORREÃO SÁ DE ALMEIDA

INDIVIDUALIDADES PÚBLICAS:

mérito, disposições e pluralidades através do concurso público

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Liana Lewis

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Silke Weber

RECIFE

2015

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

A447i Almeida, Pedro Torreão Sá de.
Individualidades públicas : mérito, disposições e pluralidades através do
concurso público / Pedro Torreão Sá de Almeida. – 2015.
126 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Prof^ª. Dr^ª. Liana Lewis.
Coorientadora : Prof^ª. Dr^ª. Silke Weber
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2015.
Inclui referências e apêndices.

1. Sociologia. 2. Serviço público – Concursos. 3. Mudança social. 4.
Desempenho. 5. Mérito. 6. Pluralidade. 7. Disposicionalismo. I. Lewis,
Liana (Orientadora). II. Weber, Silke (Coorientadora). III. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-209)

PEDRO TORREÃO SÁ DE ALMEIDA

INDIVIDUALIDADES PÚBLICAS:

mérito, disposições e pluralidades através do concurso público

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Sociologia.

APROVADA EM 25/08/2015

Prof^a. Dr^a. Liana Lewis (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Silke Weber (Co-orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Artur Perrusi (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Gabriel Moura Peters (Examinador Externo)
Universidade Federal de Bahia

AGRADECIMENTOS

Gostaria, inicialmente, de agradecer ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por ter concedido dois anos de bolsa de mestrado, sem a ajuda da instituição este trabalho provavelmente não teria sido possível. À todo o corpo docente, administrativo e terceirizado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco também devo o meu mais sincero agradecimento. Todas as aulas, debates nos corredores, ajudas burocráticas e cafés de Dona Zenáide foram essenciais para a maturação e desenvolvimento dessa dissertação.

Gostaria de agradecer especialmente a duas pessoas: à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Liana Lewis, pela sua paciência, cooperação, orientação e imensurável poder de compreensão nos diversos momentos difíceis que eu passei durante esses dois anos e meio de mestrado, e não foram poucos os momentos que precisei. Também à minha coorientadora Prof^a. Dr^a. Silke Weber pela sua destreza e imediata ajuda em todos os momentos que precisei. Poder ter trabalhado com duas pessoas que aliam competência e alteridade foram de imenso valor, não somente para a minha dissertação, mas para a minha formação como acadêmico.

Gostaria de agradecer também aos membros da banca pela gentileza em aceitar o convite para o debate: Prof. Dr. Artur Perrusi, Prof. Dr. Gabriel Peters, Prof^a. Dr^a. Maria Eduarda Rocha e Prof. Dr. Francisco Sá Barreto.

Mesmo sendo a finalização de um processo de mestrado, a semente dessa pesquisa correu por vários anos e através da minha jornada no PET Ciências Sociais, sem a ajuda dos incontáveis petianos e dos tutores Peter Schorder, Alexandro de Jesus e Paulo Marcondes, eu não teria o impulso inicial para esse resultado.

Aos meus entrevistados, pela gentileza de abrir as suas vidas, expectativas e objetivos.

À minha turma de mestrado, sempre muito divertida e instigante: Menino Filipe – um grande entusiasta das minhas piadas, nem sempre tão boas – Juliana, Alyne, Natita e Bruno, o pessoal que se juntou a mim na jornada do último minuto. Vocês demonstram que o mestrado acaba, mas a amizade e companheirismo permanece. Aos amigos do corpo discente que através de indicações de leitura, contatos de entrevista (valeu, Gleicinha!) e conversas ajudam a expandir nossas percepções sobre a pesquisa, muito obrigado! Especialmente gostaria de

agradecer a Luiza Assis: sem a sua ajuda na meticulosa correção de texto e nos debates regados a clone de cerveja sobre Bourdieu essa dissertação não teria saído.

Aos meus amigos: Tatiana, Demétrius, Cleo, Malu, Tainã, Teresa, Amanda, Jacqueline, Leonardo Nóbrega, Marcela, Desire, Bella Puente, Karla, Letícia e todos da REV.

Aos meus familiares que me ajudaram neste último ano que conteve mais dúvidas existenciais do que acadêmicas, meu muito obrigado! Aos meus pais, por toda ajuda que me forneceram durante a vida e formação como pessoa, em especial a minha mãe porque conviver comigo dia e noite é como estudar o Brasil: não é para principiantes.

À quem nestes últimos tempos foi tudo. Cada palavra contida neste trabalho saiu um pouco de você também. Obrigado por ter assumido diversos papéis quando eu precisei de diversas pessoas. André Gorz, ao finalizar *Le Traître*, fez uma dedicatória no exemplar de Dorine, só me resta imitá-lo:

“A você, Jéssica, que, ao me dar Você, deu-me Eu”.

RESUMO

Este trabalho investiga a questão do funcionalismo público no Brasil na perspectiva do disposicionalismo tendo como ponto de partida o pensamento teórico-metodológico dos autores Pierre Bourdieu e Bernard Lahire. Visando analisar a questão da *performance* e das relações de merecimento através do concurso público, o trabalho faz um balanço sobre a ascensão da modernidade tendo em vista conceitos como os mercados, a burocracia e o acesso regulado, abarcando autores tanto internacionais – como Max Weber e Randall Collins – quanto nacionais – tais quais Raymundo Faoro e Jessé Souza. A análise do mérito é trabalhada a partir de um debate atual ao pensar o conceito como um sistema de valores determinante em nossa sociedade, versando tanto sobre um debate cultural quanto ao conceito de justiça a partir do pensamento de François Dubet. A determinação do conceito de indivíduo/ator também é trabalhada tendo como meta estabelecer as relações do sujeito através dos seus objetivos e expectativas quanto ao certame do funcionalismo público por uma ótica da mudança social, pensando relações e estratégias de conservação ou subversão de posições no jogo social e econômico nacional.

Palavras-chave: Mérito. Desempenho. Disposicionalismo. Pluralidade. Concurso Público. Mudança Social.

ABSTRACT

This work examines the issue of civil service in Brazil in the dispositionalism perspective taking as its starting point the theoretical and methodological thought of Pierre Bourdieu and Bernard Lahire. To analyze the issue of performance and merit relations through Civil Service Exams, the work analyzes the rise of modernity through concepts such as markets, bureaucracy and the regulated access, covering both international authors - as Max Weber and Randall Collins - and national ones - such as Raymundo Faoro and Jesse Souza. The making of the merit analysis is from a current debate at the thought of this concept as a key value system in our society, dealing with both a cultural debate and the concept of justice analyzed through the thought of François Dubet. The determination of the concept of individual/actor is also crafted aiming to establish the subject relations through their goals and expectations for the contest for a civil service occupation in the perspective of social change, thinking relations and strategies for conservation or subversion of positions inside the social and economic national game.

Keywords: Merit. *Performance*. Dispositionalism. Plurality. Civil Service Exam. Social Change.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 METODOLOGIA.....	15
2.1 BOURDIEU E O DISPOSICIONALISMO	15
2.2 LAHIRE E O DISPOSICIONALISMO CONTEXTUALISTA	19
2.3 INTERSECÇÕES METODOLÓGICAS	21
2.4 O MÉTODO DO TRABALHO.....	26
3 O MÉRITO E SUA CONSTRUÇÃO NA MODERNIDADE: FORMAÇÕES E ANÁLISES	29
3.1 OS MERCADOS.....	30
3.2 A BUROCRACIA: ABERTURA AO CRITÉRIO MERITOCRÁTICO	37
3.3 A CULTURA E O ACESSO REGULADO: PRIVILÉGIOS MODERNOS ATRAVÉS DO MÉRITO	41
3.4. O MÉRITO NA ATUALIDADE: DEBATES CONCEITUAIS	49
3.4.1 Afinal, qual a diferença entre o mérito e a meritocracia?.....	50
3.4.2 Mérito e Desempenho: construções culturais.....	52
3.4.3 Mérito e justiça: uma discussão com François Dubet	55
3.4.4. Capitalismo moderno e ascensão do mérito individual.....	60
4 ATORES PLURAIS, SOCIEDADES UNÍVOCAS: UM DEBATE SOBRE O PAPEL DO INDIVÍDUO NAS RELAÇÕES DE MERECIMENTO	63
4.1 AGENTE, ATOR E PLURALIDADE	65
4.2 O <i>HABITUS</i> É UM CONCEITO DE CLASSE?.....	68
4.3 SERIA A TEORIA DOS CAMPOS UMA TEORIA DAS ELITES? BUSCANDO ENTENDER OS CAPITAIS E O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO PÚBLICO NO BRASIL.	75
4.4 A SOCIODICÉIA DO MÉRITO.....	81

5 O MÉRITO DO INDIVÍDUO ATRAVÉS DO <i>MÉRITO INDIVIDUAL</i>: SUJEITOS E SUAS RELAÇÕES COM A SOCIEDADE ATRAVÉS DA LENTE DO CONCURSO PÚBLICO	85
5.1 COMO DOBRAR A <i>HYSTERESIS</i> ?	85
5.2 APRESENTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	87
5.2.1 Gabriel: necessidade e superação.	87
5.2.2 Patrícia: lógicas de conservação e segurança.	90
5.2.3 Gustavo: organização do futuro e estratégias.	91
5.3 A FORÇA DA CONVIVÊNCIA E A <i>HYSTERESIS</i> POSITIVA	93
5.4. SOCIODICÉIA DO MÉRITO E A LUTA POR CONSERVAÇÃO	99
5.5 CONCURSO PÚBLICO: ENTRE NORMAS E ESTRATÉGIAS	103
5.6 MÉRITO E MERITOCRACIA: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	110
6 CONCLUSÃO.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
APÊNDICE A – ROTEIRO DE PESQUISA.....	122
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO DE ENTREVISTA: VIA DO ENTREVISTADOR	125
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO: VIA DO ENTREVISTADO	126

1 INTRODUÇÃO

“HAMLET: Meu pai – estou vendo meu pai, Horácio!
 HORÁCIO: Seu pai? Onde, senhor?
 HAMLET: No olhar do espírito, Horácio.”
 (SHAKESPEARE)

O que mais poderia ser a aparição de um rei recentemente morto ao seu filho do que a aparição do social contido no indivíduo, aos moldes de Luís XIV que nos diz que o Estado é ele mesmo, a aparição do pai ao Príncipe da Dinamarca se equivale à constatação do social metafisicamente corporificado, uma forma do indivíduo ser guiado pelas dúvidas da existência. Porém, ao mesmo modo, essas tais dúvidas – que se expressam classicamente na obra sobre o ser ou não ser da figura do príncipe – nos demonstram que o indivíduo, materializado na sua própria vida, e por consequência falibilidades, faz suas escolhas. Alegorias a parte, esta dupla vinculação do indivíduo é a tônica do presente trabalho: as intermediações entre o social e o individual nas escolhas do cotidiano. O pensar dessa relação se faz presente como espinha dorsal do nosso trabalho através da concepção de merecimento nas sociedades contemporâneas, especificamente na sua relação com o almejar um cargo no funcionalismo público no Brasil.

Merecer e ter são esferas intimamente ligadas e que se realizam uma na outra, são partes de um ciclo e necessitam-se mutuamente para a sua continuidade. Mas o que estaria no meio do processo entre essas duas máximas da vida contemporânea? O indivíduo e suas práticas ou o a estrutura e suas demandas sociais? Esta é a questão que inicia este trabalho tendo objeto de análise a entrada no funcionalismo público através do concurso e a construção das relações de merecimento encontradas no cerne do processo.

A escolha do concurso público como objeto para analisar a questão do mérito e da meritocracia foi dada a partir de alguns pontos: primeiramente a sua forte característica de transversalidade dentro da sociedade brasileira, tendo um vínculo histórico e social com a formação do nosso Estado; em segundo lugar devido a organização de um sistema meritocrático legal, baseado em normas e regras específicas para o acesso, o que remonta a uma modernização do Estado em preceitos weberianos; em terceiro lugar pela capacidade de inserção do indivíduo em suas premissas e a consequente disseminação e reprodução de valores em torno do mérito

não mais como um simples sistema, mas como um valor interno ao sujeito. A dimensão do merecimento como um valor que se mede em uma balança que se coloca entre as extremidades do social e do individual é um debate essencial para o trabalho.

As relações de merecimento modernizantes, como as entendemos em dias atuais, não são as únicas possíveis e já existentes. O merecer é uma relação que caminha em sincronia com o desenvolvimento da sociedade. Por exemplo, as relações de merecimento que se estabeleciam na idade média são mais organizáveis a partir de uma visão totalizante da sociedade e vinculada a um sentido de religião, uma vez que a construção da passagem para um plano divino estaria ligado a atos de merecimento. A partir desse ponto Weber (2014) estabelece o problema da teodiceia, como as justificações sociais para os problemas existentes na Terra, que por sua vez foi feita por um Deus perfeito. Na *Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo* (2004), o mesmo autor estabelece a sua construção sobre a ligação entre o calvinismo e o desenvolvimento capitalista a partir da ótica da predestinação, na qual o merecimento encontra um terreno fértil para um direcionamento mais racionalizante, baseado no trabalho e na concepção de vida baseada no ascetismo, porém, ainda com um vínculo baseado na relação com o plano divino como recompensa.

Weber continua a nos ajudar com a formulação de sua teoria da modernização do mundo, e do merecimento por consequência, a partir de dois conceitos centrais utilizados neste trabalho: o primeiro é o conceito de mercado, como espaço de trocas entre indivíduos, baseado no ganho direto e no lucro; e o segundo com a sua extensa formulação sobre a burocracia moderna, como um modelo organizacional que estrutura o trabalho a partir de normas e estatutos racionalizantes. Essas duas perspectivas aliadas à questão do credencialismo e do acesso regulado estabelecido por Randall Collins (1979) nos ajuda a pensar as relações e merecimento dentro da sociedade brasileira.

Esse ponto merece certo destaque nessa introdução, ao fazer um levantamento bibliográfico sobre trabalhos que tem como tema específico as relações de merecimento e/ou os concursos públicos no Brasil chegamos à conclusão que existe uma baixa produção sobre a temática. Alguns proeminentes trabalhos sobre a temática não chegam a englobar toda a complexidade exigida do nosso tema em específico, por exemplo: a antropóloga Livia Barbosa tem como uma de suas linhas de atuação trabalhos sobre o mérito e a meritocracia, abarcando como centro de análise a concepção do desempenho das sociedades modernas, contudo, ela não tem como ponto central do seu trabalho a questão dos concursos públicos, mesmo falando sobre o tema em alguns momentos, ela estabelece a sua construção temática e teórica na comparação

da lógica do desempenho no tocante das sociedades complexas. Sob uma ótica parecida vemos os resultados de pesquisa da FGV estabelecidos por Fernando de Castro Fontainha et al (2014) no qual fazem um grande apanhado da questão dos concursos públicos, mas sem atender a certas demandas teóricas do nosso trabalho. É imprescindível salientar a importância desses trabalhos em relação ao pensamento brasileiro sobre a temática, porém precisamos deixar clara a necessidade da busca por referenciais teóricos em autores fora do ambiente nacional para a completude da nossa arguição sobre as relações sobre a sociedade/indivíduo.

Uma vez demonstrada essa necessidade, a escolha da linha teórica foi feita através da necessidade de explicitar as nuances entre o indivíduo e a sociedade dentro do que se estabelece como merecimento. O mérito é a cada dia mais estabelecido através de uma visão individualizante, na qual o sujeito é totalmente responsável pela a seu êxito e, mais importante ainda, pela sua trajetória. Uma vez que os concursos públicos organizam o seu êxito através de um esquema relacional de desempenho entre os seus participantes, o indivíduo não poderia passar por esta pesquisa apenas como um espectro, algo que falta figura, como uma individualidade sem rosto. Da mesma maneira, o vínculo histórico do funcionalismo público nos demonstra a extensão de ligação societal desse mercado de trabalho com o indivíduo.

Essa *desespectração* do indivíduo é realizada a partir de duas fontes teórica principais: a primeira na sociologia de Pierre Bourdieu, que nos dá a capacidade e o lastro de entendimento do sujeito como uma entidade socializada, que carrega consigo o meio no qual vive e ao mesmo tempo o constrói; e segundo na sociologia contextualista de Bernard Lahire que nos dá as ferramentas para entender (ou como ele prefere chamar, desdobrar) o social internalizado e reconstituído na individualidade do ator. Por mais que o sujeito seja uma estrutura estruturada e estruturante, uma das máximas da retórica bourdiesiana, o entendimento aqui se volta para as formas como elas foram estruturadas e como ela estruturam, como em um jogo de dobras e desdobras em um papel, na qual nenhum sujeito o faz de forma igual. O jogo do campo tem suas *regras* específicas, mas as *estratégias* existem como campo fundamental e fértil do sujeito como agente.

Essa escolha por um ponto de vista teórico e das relações do merecimento – através do pensamento do sociólogo François Dubet – mais voltado para o campo sociológico francês nos traz a necessidade uma análise mais precavida da realidade social brasileira. Uma simples sobreposição das formulações desses autores para o cotidiano nacional torna-se perigoso por uma expressão muito diversa das duas sociedades, tanto no que concerne às suas expressões históricas, como das suas expressões de sociabilidade. Além dessa questão da geografia do

pensamento social, há a questão da temporalidade dessa construção, uma vez que muitos dos elementos que teóricos nos quais nos debruçamos neste trabalho foram criados durante a década de 1960 e 1970, no que se refere à Pierre Bourdieu, enquanto que as formulações dos outros autores são mais recentes, datadas entre a década de 1990 e os dias atuais.

Essa passagem de um espaço geográfico e temporal para a nossa realidade contemporânea é bastante facilitada por dois autores: Frederic Vandenberghe nos ajuda a pensar os conceitos bourdieusianos em uma linha teórica bastante atualizada ao tratar os seus limites fundamentais; e o sociólogo brasileiro Jessé Souza, que a aplica no campo empírico e teórico nacional as formulações de Bourdieu com muito afinco e precisão, dando espaço para uma parte da nossa população que parece não somente ser invisível aos nossos olhos, como também às regras de um campo social ao qual participam, ao menos, das legitimação exterior de sua autonomia.

Outros exemplos sobre a formulação de um pensamento crítico em torno das relações de merecimento se apresentam no trabalho de forma mais coadjuvante, nos ajudando a estabelecer engrenagens relacionais que colocam a nossa realidade nacional em perspectiva. Neste certame nos ajudam autores como Amman Madan, ao pensar a realidade indiana; McNamee e Miller Jr. com suas vastas formulações sobre o mito meritocrático nos Estados Unidos; e Alain Eherenberg, que nos ajuda a pensar a lógica em uma França contemporânea e bastante diversificada em suas formulações sobre o desempenho.

O presente trabalho se divide em quatro capítulos: o primeiro capítulo estabelece as bases metodológicas para a sua construção, tendo como ponto de apoio essencial um debate entre os sociólogos franceses Pierre Bourdieu e Bernard Lahire, ambos discutindo dentro das suas teorias a questão do disposicionalismo como referencial metodológico fundamental. O primeiro tem uma visão voltada para a apreensão de disposições pelo sujeito em uma fundação mais estática, enquanto que o segundo trabalha a mesma temática dentro de uma relação com o contexto ao qual o indivíduo vive, estabelecendo uma maior pluralidade de disposições e escolhas no âmbito da prática. O debate entre esses dois sociólogos nos ajuda a encontrar um ponto de equilíbrio para a metodologia do trabalho, relacionando questões como socialização e contexto.

O segundo capítulo introduz a questão da construção do nosso entendimento sobre o mérito tendo como ponto de vista balizador a construção da modernidade a partir de três conceitos fundamentais: o estabelecimento dos mercados; a burocracia, como modelo teórico

estabelecido pelo sociólogo alemão Max Weber; e por último, a questão da regulação do acesso a partir da visão do sociólogo norte-americano Randall Collins, que apresenta a sua teoria sobre a sociedade credencial. Estas relações são feitas tendo como ponto de debate a sociedade brasileira e a sua formação, utilizando autores como Gilberto Freyre, Raymundo Faoro e Jessé Souza. Ainda no mesmo capítulo, estabelecemos um debate direto com o conceito de mérito, traçando caminhos através da antropóloga Livia Barbosa – na sua diferenciação entre o mérito e a meritocracia; a perspectiva cultural no conceito de mérito, com o auxílio do sociólogo indiano Amman Madan; e fechando com um debate sobre a relação do merecimento com o conceito de justiça, estabelecido por François Dubet.

O terceiro capítulo, fundamentalmente teórico, trabalha a questão da relação entre o indivíduo e a sociedade dentro do panorama atual do debate. Abrimos com uma discussão entre os conceitos de indivíduo, ator e pluralidade. Passamos para um debate sobre dois conceitos fundamentais para a análise teórica escolhida: o conceito de *habitus* e o conceito de *campo*. Finalizamos, assim, trabalhando o conceito de *sociodiceia*, como uma justificação da sociedade, estabelecido por Pierre Bourdieu.

O trabalho é finalizado com o quarto capítulo no qual introduzimos o resultado das pesquisas qualitativas tendo em vista a análise de sujeitos que passaram pelo processo de concurso público. Nele introduzimos também a questão da *hysteresis* em Pierre Bourdieu, como forma de pensar a questão da reflexividade aliada a perspectiva de história de vida.

2 METODOLOGIA

Pensar a questão metodológica deste trabalho requer um forte debate entre dois dos autores mais trabalhados durante a sua posterior fase teórica: Pierre Bourdieu e Bernard Lahire. Ambos têm uma importância central dentro da construção de uma metodologia disposicionalista, nosso ponto de partida para entender a construção da meritocracia dentro do serviço público brasileiro. É importante frisar que Bourdieu exerce uma grande influência sobre o pensamento de Lahire, embora a contribuição deste não possa ser colocada como uma continuação do trabalho desenvolvido por Bourdieu, nem como uma crítica feroz e opositora em todas as dimensões.

O que pretendemos expor neste capítulo é a passagem do disposicionalismo em Bourdieu – que trata mais de uma uniformização dos sistemas de disposição através de uma organização do conceito de *habitus* e *prática* enquanto categorias ligadas diretamente a grupos e sistemas de classe – e em Lahire – que busca uma organização dessas disposições em consonância com o sujeito, ou ator, como prefere chamar. As disposições, segundo Bourdieu (2000) são resultados de uma ação organizada, ou seja, uma maneira de ser, um estado habitual e, principalmente, uma predisposição, tendência, propensão ou inclinação.

2.1 BOURDIEU E O DISPOSICIONALISMO

Bourdieu usa metodologia disposicional desde o princípio de sua carreira acadêmica, sendo primeiro utilizada para remeter a sociedade cabila, sociedade tradicional estudada pelo autor durante a década de 1950, que se tornou objeto de um trabalho publicado durante a década de 1970, em conjunto com o *Esquisse d'une théorie de la pratique* (2000). Nesta obra, ao pensar um microcosmo societal, ele embarca dentro do pensamento estruturalista, no que chamam de sua fase etnológica, trabalhando o sentido da honra, da casa e do parentesco dentro dessa sociedade argelina. Essa sua visão traz consigo uma relação totalizante, trabalhando o sujeito

como resultado da sociedade que vive – comum em uma época de estruturalismo em voga. Mesmo enquanto etnólogo é possível observar em Bourdieu uma necessidade de colocar-se de maneira diferente do usual à época, um exemplo desta postura é a crítica feita pelo autor sobre a relação da etnologia com o seu objeto, na medida em que, para Bourdieu, esta seria uma relação virtualizada, na qual o observador/etnólogo tenta reduzir suas análises a questões puramente linguísticas, por exemplo, indo na contramão de perspectivas estruturalistas, podendo ser pensada como uma hermenêutica de cunho objetivista, dentro das suas análises das relações de comunicação, como podemos ver abaixo na análise de Pierre Bourdieu.

A relação particular que o etnólogo mantém com o seu objeto confina, também, a virtualidade de uma distorção teórica a medida, ou a situação, de decifrar e de interpretar inclinado a uma representação hermenêutica das práticas sociais, portanto, a reduzir todas as relações sociais às relações de comunicação e todas as interações às de troca simbólica. (BOURDIEU, 2000, p. 227)¹

Vemos, assim, uma forte crítica à perspectiva objetivista, tendo esta sido acusada de uma estruturação das práticas e das representações das práticas (Bourdieu, 2000). A crítica bourdieusiana às correntes nas ciências sociais que se deparam com a prática não acaba por aí, ele também critica duramente a corrente fenomenológica – na qual ele também insere o interacionismo simbólico e a etnometodologia. A fenomenologia é analisada pelo autor como um tipo de conhecimento que não se atém ao passado do sujeito e, na medida em que se refere somente ao espaço presente, explicitaria apenas a verdade da experiência primeira do mundo social – excluindo assim as encadeamentos futuros dessas experiências. Bourdieu procura, então, pôr um ponto de equilíbrio entre um objetivismo exacerbado da corrente estruturalista e uma ode ao presente, instituída, de acordo com o mesmo, na corrente fenomenológica do conhecimento.

A busca do autor dá-se na construção de um conhecimento praxiológico, através da “interiorização do exterior e exteriorização do interior” (BORDIEU, 2000, p.256)². Esse conhecimento tem como eixo a busca por uma organização da esfera da prática, a partir de uma relação dialética entre as estruturas objetivas e as disposições estruturadas. Sendo assim, ele

¹ Tradução minha. No original: “La relation particulière que l’ethnologue entretient avec son objet enferme aussi la virtualité d’une distorsion théorique dans la mesure où la situation de déchiffreur et d’interprète incline à une représentation herméneutique de pratiques sociales, portanto à réduire toutes les relations sociales à de relations de communication et toutes les interactions à des échanges symboliques. (BOURDIEU, 2000, p.227)”

² Tradução minha. No original: “l’intériorisation de l’extériorité et de l’extériorisation de l’intériorité.” (BOURDIEU, 2000, p.256)

busca o entendimento do papel do sujeito em relação à sociedade que o envolve. Percebemos que, para Bourdieu, apesar da crítica ao movimento estruturalista, é difícil distanciar-se de toda uma corrente francesa. Há, neste sentido, uma relação temática, quase fetichista, com a sociedade estruturadora, na qual toda forma de legitimação da realidade social passa pelo sujeito, mas sempre colocado sob um grupo específico. Ou seja, vemos que na corrente estruturalista não há, essencialmente, a busca por uma autonomia do sujeito.

Essa organização do pensamento bourdiesiano tem como centralidade a questão teórica do campo, que vem para encerrar a problemática do domínio da prática pelo autor. O campo é entendido por Bourdieu como o ambiente simbólico de interação entre os agentes, no qual são disputadas posições determinadas entre dominados e dominantes, ainda que estas posições possam ser intercambiáveis ao passar do tempo. O campo tem para si regras específicas de jogo que, por sua vez, tem como prêmio a aquisição de um capital desejado (simbólico, cultural, econômico, social, etc.), que é desigualmente distribuído, estabelecendo assim uma relação polarizada de dominação na busca pelos capitais a serem adquiridos. A subversão ou a conservação são estratégias de distintos grupos no campo como forma de ter os seus objetivos alcançados. O *habitus* é outro conceito fundamental dentro do pensamento do autor: Bourdieu o estabelece como um grupo de disposições socializadas pelo indivíduo que estruturam tanto o indivíduo quanto a sua relação com o mundo, tendo central importância dentro do processo de reprodução social estabelecida pelo autor. Vemos, assim, na organização dos conceitos de *habitus* e de campo, o esforço do autor para estabelecer o domínio da prática como uma relação sempre dialética entre o sujeito e a sociedade, seja no *habitus* – como um grupo de disposições inculcadas no sujeito através da socialização –, seja no campo, que é dotado de um *habitus* correspondente, por exemplo, o *habitus* acadêmico ou literário.

A sistematização mais clara do ponto de vista metodológico do disposicionalismo dentro dos trabalhos de Bourdieu dá-se na composição da obra *A Distinção* (2011), na qual examina os conceitos de *habitus* e de campo dentro da sociedade francesa, tendo como guia central a questão do gosto e a divisão de classes sociais. Nesta obra, Bourdieu trata a questão clássica das classes sociais a partir de uma perspectiva do gosto, ou seja, trabalhando como diferentes agrupamentos de disposições têm caráter distintivo sobre a forma como o sujeito percebe e se percebe no mundo. O autor debate, ainda, como o gosto por algo está ligado a uma estratificação social baseada não somente em uma relação puramente econômica, mas na familiaridade com esquemas sociais que tem consigo um poder distintivo. Este poder, segundo Bourdieu, é adquirido através da incorporação feita por determinados grupos de disposições passadas a

partir de socializações primárias, dentro da escola e da família, principalmente. Embora estas disposições possam vir a ser adquiridas em outros momentos da vida, Bourdieu parece acreditar na existência de rastros que acabariam por denunciar essa inculcação tardia. A mudança social, para Bourdieu, passa por esta inculcação de fatores determinantes e, neste sentido, a margem do sujeito como agente modificador ainda é muito pequena na obra do autor, sendo esse papel determinante das estruturas nas quais os indivíduos estão inseridos.

Essa organização do sujeito e, em consequência, da sociedade a partir de um extenso e contínuo trabalho de socialização, tem uma importância fundamental na sociologia, por repelir qualquer forma de entendimento do sujeito como dotado de dons ou heranças fundamentalmente de nascença. Isso, contudo, não exclui de maneira alguma a existência de desigualdade social, mais viva do que nunca, agora justificada através de bases fincadas na estrutura social de uma determinada sociedade. O *habitus*, segundo o autor, tem como condição ser uma “estrutura estruturante que tende a se comportar como estrutura estruturada” (BOURDIEU, 2011), ou seja, tem o poder de transformação do indivíduo e também de organização do mesmo em classificações mais gerais.

Diferentemente dos detentores de um capital cultural desprovido da certificação escolar que, a todo momento, podem ser intimidados a apresentar seus comprovantes, por serem identificados apenas pelo que fazem, simples filhos de suas obras culturais, os detentores de títulos e nobreza cultural (...) basta ser o que são porque todas as suas práticas valem o que vale o seu autor, sendo a afirmação e a perpetuação da essência em virtude da qual elas são realizadas. (BOURDIEU, 2011, p.27)

Percebemos, então, a passagem de uma valorização do título nobiliárquico da consanguinidade para o parâmetro de uma legitimidade cultural, que passa por certas instâncias de consagração, como a escola ou a participação em determinadas práticas culturais, sejam elas esportivas, artísticas, gastronômicas, etc.

Contudo, uma grande crítica aparece em relação ao conceito de Bourdieu sobre às relações do sistema de disposições no qual o *habitus* e o campo são estruturados. Parte desta crítica pode ser entendida pela falta de posicionamento de Bourdieu quanto às duas escolas que estavam em grande evidência na sua época, o existencialismo – sartriano por excelência à época - e o estruturalismo – tendo como grande força no campo acadêmico francês o antropólogo

Levi-Strauss. A dificuldade de colocá-lo em um esquema disposto fez com que houvesse diversas críticas e denominações para a sua corrente, sendo uma delas a do neo-objetivismo:

Nesse sentido, a realidade social não é percebida por Bourdieu apenas como exterioridade (à maneira de Durkheim) ou interioridade (à maneira da sociologia fenomenológica de Schutz), mas simultaneamente como exterioridade objetiva e interioridade subjetiva, ou ainda – se quisermos dinamizar e dialetizar este retrato, prestando de quebra uma homenagem aos famosos (ou infames) malabarismos verbais do mestre francês – como exterioridade objetiva subjetivamente interiorizada e interioridade subjetiva objetivamente exteriorizada. (PETERS, 2013, p.53)

Vemos assim uma complicada dinâmica estabelecida por Pierre Bourdieu na qual o autor coloca-se entre o indivíduo e a estrutura, posição que pode ser considerada intermediária em uma época histórica de escolas muito fortes e opostas. O indivíduo tem um papel dentro da teoria de Bourdieu, mesmo que não seja central. Bernard Lahire faz uso da sociologia disposicional bourdieusiana e a pensa de maneira mais crítica, mesmo sem conseguir respondê-la por completo, como veremos a seguir.

2.2 LAHIRE E O DISPOSICIONALISMO CONTEXTUALISTA

Para o sociólogo também francês Bernard Lahire, a metodologia disposicionalista não exerce o seu potencial quando tenta sistematizar grandes determinações – como no caso do estruturalismo, por exemplo, que faz grandes estudos em torno da linguística, como traço determinante cultural – através de padrões organizados por classe, por exemplo. O autor advoga, a partir desse argumento, a favor da pluralidade do ator – estabelecido neste termo através da ação, e não partir de um conceito de representação social.

A pluralidade a qual Lahire se refere é organizada a partir das vinculações criadas entre o ator e as disposições engendradas por ele e para ele. Estas disposições, por sua vez, mantêm uma função determinante, porém sem a organização de um padrão lógico enquanto classe social, por exemplo. Lahire sustenta em sua obra que os atores sofrem múltiplas influências

durante a vida e que tais disposições não são permanentes: podem, por exemplo, exercer uma maior potencialidade, desaparecer e reaparecer, dependendo do momento de vida do ator. Esta quebra ou relativização do conceito de *habitus* dá-se com a mudança de todo um campo da sociologia francesa e a decadência da centralidade do conceito de classe social na análise do campo de poder. Determinar padrões de disposições e agrupamento de indivíduos passa a perder força como pedra de toque de toda uma geração sociológica. O indivíduo emerge como categoria central da metodologia refinada por Bernard Lahire.

Lahire traz ao centro do debate a questão do contexto, estabelecido como “terreno de expressão ou atualização do passado incorporado” (LAHIRE, 2010). O foco do disposicionalismo contextualista do autor é no modo como o ator percebe e reage diferentemente a provocações externas: ainda mais, como em determinados momentos ele pode reagir de uma forma e, em outras, reagir de maneira completamente diferente, ainda que diante do mesmo estímulo. Sua crítica a Bourdieu faz referência à durabilidade do *habitus*, fugindo assim, quase que de maneira definitiva de um determinismo baseado em preceitos socializadores. O passado inculcado tem peso fundamental para o autor, mas este elemento não pode dar conta sozinho das infinitudes de dinâmicas e pluralidades do ator, que ao ser cobrado determinadas posturas, não irá reagir da mesma forma em todos os momentos. O passado, neste sentido, tem sua importância quando entra em contato com o presente, através de uma contextualização das disposições incorporadas durante a vida.

O disposicionalismo bourdiesiano, que vincula o sujeito a um determinado estrato de classe e que divide simetricamente a sociedade a partir de padrões de análise de correspondência não tem expressão dentro do trabalho de Lahire. Para ele, esse tipo de análise acaba por criar um problema quanto a perspectiva de variação presente em cada sujeito. Lahire argumenta que um ator pode em momentos distintos da sua vida – ou até do seu dia, quem sabe – invocar disposições encontradas em si mesmo. O estoque de disposições incorporadas e sua utilização são diretamente ligados ao contexto no qual o ator está inserido. Assim, podemos perceber a junção entre o passado e o presente. A perspectiva bourdiesiana se mostraria, então, ineficaz dentro de uma verificação empírica. Ele exemplifica essa temática ao tratar do contexto escolar:

O contexto escolar constitui assim, segundo as categorias de alunos, um convite ou um freio à expressão das disposições socialmente constituídas pelas instâncias de socialização anteriores, e notadamente pela família. Os comportamentos dos alunos em ‘fracasso escolar’ podem ser interpretados

como os produtos de uma colocação em crise das disposições incorporadas. (LAHIRE, 2006 a)³

O autor traz perspectivas inéditas para a metodologia, utilizando-se de novas dinâmicas disposicionais, como a atualização e a retomada de disposições estruturadas. Dessa maneira, o autor acrescenta à obra bourdieusiana uma maior variabilidade, contextualização e pluralidade das disposições, na medida em que o universo da prática está diretamente ligado a essas categorias. Ao mesmo tempo, Lahire traz para si a crítica a uma ciência social que não mantém o vínculo histórico do sujeito, tal qual é o caso da apreensão das regras pelo ator nas teorias de Goffman e o economicismo da escolha racional, que pressupõe o momento sem uma base anterior (SÁ, 2010).

2.3 INTERSECÇÕES METODOLÓGICAS

Acredito que as duas perspectivas vêm a se intercalar na metodologia do presente trabalho. Dado que tomamos como sujeito de análise os ingressantes e postulantes a cargos públicos no Recife, a agenda disposicionalista aparece-nos com bastante vigor, na medida em que nos permite pensar o que leva alguém a prospectar a carreira pública como meta individual, ainda que observemos claramente uma tendência nacional nesta escolha. Além deste aspecto, acredito que temos que pensar o indivíduo e suas particularidades, contexto de escolha e preparação. As disposições, contextos e socializações que tendem a puxar ou empurrar o indivíduo na busca do cargo público. A meritocracia é algo fundamental neste debate, pois cria uma escala valorativa que influi tanto sobre a sociedade, quanto (fortemente) sobre o indivíduo.

Nesse sentido, podemos falar que a ideologia principal do mundo moderno é a ‘meritocracia’, ou seja, a ilusão, ainda que seja uma ilusão bem fundamentada na propaganda e na indústria cultural, de que os privilégios

³ Tradução minha, no original: “(...) le contexte scolaire constitue, selon les catégories d’élèves, une invitation ou un frein à l’expression des dispositions socialement constituées par les instances de socialisation antérieures, et notamment par la famille. Les comportements des élèves en « échec scolaire » peuvent ainsi être interprétés comme les produits d’une mise en crise des dispositions incorporées.” (LAHIRE, 2006 a)

modernos são justos. Sua justiça reside no fato que é ‘interesse de todos’ que existam ‘recompensas’ para indivíduos de alto desempenho em funções importantes para a reprodução da sociedade. (SOUZA, 2009, p. 43)

A crítica a ambas parece ser pertinente, cada uma com a sua peculiaridade. A metodologia fundada no trabalho de Pierre Bourdieu, baseada na análise de correspondência não parece viável para a feitura deste trabalho. Além disso, acreditamos na necessidade de reflexão em relação ao indivíduo, como constatado anteriormente. Lahire, ao seu tempo, nos impede de recorrer a uma metodologia pura ao propor uma série de longas entrevistas e análises de dados qualitativos com os entrevistados, que em uma dissertação de mestrado não se torna factível. Contudo, ambos os autores trazem mais esclarecimentos acerca do conteúdo metodológico do que obstáculos.

Bourdieu auxilia-nos de maneira essencial ao retirar uma *perspectiva de estatística espontânea* na qual as escolhas são calculadas no âmago da ação, em uma racionalidade direta e que cria resultado positivos, como no caso da teoria da escolha racional, por exemplo (BOURDIEU, 2000). Ao contrário: existe todo um corpo de avaliação subjetiva que faz com que o cálculo, mesmo incluindo riscos, não se posicione como uma certeza racional, mas como um corpo de disposições que tende a dar resultados apoiados em preceitos bem menos científicos, ainda que baseados em socializações. Esta questão traz à tona o debate apresentado em *Esboço para uma Teoria da Prática* (BOURDIEU, 2000) sobre a relação entre as probabilidade objetivas e as aspirações subjetivas do sujeito. Enquanto a primeira é relacionada às chances, a segunda se interpõe no espaço das motivações pessoais, fazendo com que a decisão sobre um ato seja baseada em uma confiança adquirida. Em poucas palavras: o sujeito se coloca em situações baseado em um cálculo inconsciente. A partir do nosso objeto de estudo, é possível pensar que a escolha por uma carreira profissional em cargos públicos – que demanda minimamente uma carga horária de estudos – é feita por aqueles que acreditam ter uma chance, e, enquanto veem nessa chance algo real, e criam uma motivação. Esta relação entre chance e motivação, feita de maneira inconsciente, faz com que o concurso público seja algo palpável, uma forma de pensamento prospectivo pré-consciente (TAYLOR, 2011).

Diferentemente do cálculo das probabilidades que a ciência constrói metodicamente, com base em experiências controladas e a partir de dados estabelecidos segundo regras precisas, a avaliação subjetiva das chances de sucesso de uma ação determinada numa situação determinada faz intervir todo um corpo de sabedoria semiformal, ditados, lugares-comuns, preceitos éticos

(‘não é para nós’) e, mais profundamente, princípios inconscientes do *ethos*, dispositivo geral e transponível que, sendo o produto de um aprendizado dominado por um tipo determinado de regularidades objetivas, determina as condutas "razoáveis" ou "absurdas" (as loucuras) para qualquer agente submetido a essas regularidades. (BOURDIEU, 1983, p.63)

Bernard Lahire (2010) nos proporciona duas importantes contribuições teórico-metodológicas, que ajudam a dar um norte à questão da escolha dos pesquisados e na organização de perfis dos mesmos, como forma de representar diferentes contextos de ação na medida do possível para uma pesquisa de mestrado. A sua tese do ator plural nos faz pensar o indivíduo como uma racionalidade presente e ao mesmo tempo como um estoque de disposições inculcadas durante a vida, que possibilita abrir as portas do trabalho para um elemento contextual. Ao fazer isso, ele nos propoe dois caminhos a serem percorridos: o primeiro pensando as estruturas incorporadas, à maneira de Bourdieu; e a segunda, trazendo para o foco as estruturas objetivas da situação.

As estruturas incorporadas são baseadas principalmente nas socializações, tendo como ponto central a família e a escola. Nessas condições, as classes sociais têm uma importância fundamental na análise bourdieusiana, que utiliza ferramentas quantitativas de análise, em comparação ao seu método qualitativo. Uma vez que a socialização destes atores seja feita de maneira muito homogênea, há uma característica de consonância. Seja ela nivelada por alto – na análise das aquisições de capitais necessários – ou por baixo – quando esses capitais não são devidamente adquirido –, pode-se fazer um paralelo aqui com o chamado *habitus* precário e secundário, estabelecidos pelo sociólogo Jessé Souza, que teve inspiração na sociologia disposicionalista de Lahire, no seu estudo sobre a desigualdade social no Brasil.

O *habitus* precário seria o limite do *habitus* primário em sentido descendente, ou seja, aquele tipo de personalidade e de disposição de comportamento que não atende às demandas objetivas para que um indivíduo ou um grupo social possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade moderna e competitiva. (...) O que denomino *habitus* secundário tem a ver com o limite do *habitus* primário em sentido ascendente, ou seja, com uma fonte de reconhecimento e respeito social que pressupõe, no sentido forte do termo, a generalização do *habitus* primário para extensas camadas da população de uma determinada sociedade. (SOUZA, 2004, p. 87)

Souza coloca essa consonância ou homogeneidade como uma característica que leva a uma previsibilidade de comportamento, são pessoas que encaram os seus desafios em uma maneira dicotômica, sendo dotadas de um esquema de capitais que proporciona o crescimento, ou não, exatamente o contrário, órfãos de uma socialização tida como pré-requisito dentro do

mundo moderno e altamente diversificado. No entanto, segundo Lahire (2006 b), estes perfis homogêneos são colocados como raras exceções, em especial no núcleo dotado de uma socialização assertiva em relação às demandas da sociedade:

Assim, a fraca probabilidade estatística de perfis consonantes explica-se, em grande medida, pelas condições de socialização e de ação em sociedades altamente diferenciadas, caracterizadas por uma forte concorrência entre as diferentes estâncias socializadoras, pelas múltiplas pequenas mobilidades sociais e culturais entre as gerações e por múltiplos contatos e atritos de membros dessas sociedades com contextos, normas ou princípios socializadores culturalmente heterogêneos. (LAHIRE, 2006 b, p. 181)

Ora, pensando desta maneira, tanto em relação à raridade do caso, quanto como ao maior elemento contextual, vemos que a perspectiva mais interessante para o presente estudo se encontra exatamente na socialização heterogênea, que cria perfis dissonantes. Estes perfis trazem consigo a necessidade da entrada das antes mencionadas estruturas objetivas da situação. Estas estruturas são um importante laço entre o passado incorporado e o presente contextual, pois pedem do ator a retomada de experiências anteriores, trazendo a necessidade de uma atualização das mesmas, como forma de atingir determinado objetivo, seja ele o mais trivial ou o mais sofisticado.

O presente trabalho tem como sujeito de análise pessoas que passaram por concursos públicos e que vêm de um perfil heterogêneo, as quais tiveram que reativar, atualizar ou buscar novas disposições para entrar em um campo de competição específico. Lahire (2010) nos fala que essas ativações de experiências incorporadas – esquemas de ação, hábitos, etc – requisitadas aos sujeitos faz com que eles assumam certas posições, sejam elas uma adaptação mínima, reforma, revolução ou até fuga. Encontrar diferentes perfis de atores que se sentem aptos ao concurso público e que agiram de maneira diferente em seus contextos é a pedra de toque de uma metodologia centrada em entrevistas baseadas em história de vida. Assim, poderemos captar a noção encontrada nestes atores sobre a meritocracia e o mérito individual, baseado nas suas relações com o contexto de uma disputa por posição social e que teve diferentes resultados em cada um. Até o processo de fuga ao contexto, quando o ator se colocou como apto ao concurso, mas desistiu depois de um determinado tempo, é importante para captar sua visão sobre o processo. Coloco na próxima página um esquema metodológico, que une as concepções de Bourdieu e de Lahire utilizadas no trabalho.

Vemos, no gráfico, as duas fases

que foram organizadas como forma de escolha dos entrevistados do projeto, sendo ambas pré-requisitos fundamentais. Em primeiro lugar, a necessidade de trabalhar com um grupo que se vê como detentor de chances objetivas no êxito e que tenham uma motivação clara para o certame: isso é importante como forma de retirar aqueles inaptos ou que não se veem no mercado em questão. O segundo grupo, organizado a partir do pensamento de Bernard Lahire, incorpora a necessidade de pesquisar os perfis dissonantes, com socializações heterogêneas, que tiveram a necessidade clara de buscar formas de



atualização ou organização de disposições inculcadas. Isso acaba por excluir, por exemplo, pessoas que vêm de uma longa tradição de juristas do Estado: não que elas não tivessem que se adaptar minimamente ou até reativar velhas socializações em um novo contexto, mas como forma de ter exemplos mais claros e adaptáveis ao programa de pesquisa em vigor, que busca exemplos com uma maior heterogeneidade de disposições.

O discurso sobre o mérito individual é a grande força balizadora deste trabalho, ao se pensar como ele é entendido por grupos que se estabelecem, de alguma maneira, como reformuladores de si mesmos para a obtenção do êxito no concurso público. As relações entre a meritocracia – como um sistema de organização dos indivíduos a partir de critérios de desempenho – e o entendimento individual do que é o mérito é central para nossa perspectiva.

Por fim, as entrevistas têm cunho biográfico por necessitarmos apreender a história de vida do ator e as disposições que foram determinantes na sua experiência no embate dentro do campo de entrada do setor público. Este contato aprofundado nos limites de possibilidade da pesquisa tem uma importância central, como explicita o sociólogo Jesse Souza:

É claro que a informação do entrevistado é fundamental. Mas ela tem que ser contextualizada para que percebamos os interesses – muitos deles inconscientes e ‘pré-reflexivos’ – que produzem exatamente aquele tipo de resposta. É um método muito mais trabalhoso e arriscado, mas é o único que pode definitivamente ‘desconstruir’ a violência simbólica dos discursos

dominantes e naturalizados e explicar a sutil introjeção e incorporação da dominação social e simbólica moderna. (SOUZA, 2009, p. 435)

Em resumo, citando o grande bourdieusiano Loic Wacquant (2007): “a prova do pudim teórico do *habitus* deve consistir em comê-lo empiricamente”.

2.4 O MÉTODO DO TRABALHO

O trabalho em questão tem como inspiração para as entrevistas o método disposicionalista de Bourdieu e aperfeiçoado por Bernard Lahire. Dentro de uma dinâmica extremamente reduzida, em comparação à obra dos autores – (vide *A distinção*, 2011, de Pierre Bourdieu e *A cultura dos indivíduos* (2006 b), de Bernard Lahire) -, obras com ampla gama de entrevistas e com dados quantitativos, em Bourdieu – procuro estabelecer como a socialização dos entrevistados os proporciona o êxito ou revés dentro do concurso público no Brasil. Além disso, procuramos ver através de entrevistas do tipo história de vida se e como estas disposições, inculcadas em uma socialização primária, baseadas principalmente na família e na escola, foram se modificando com o passar do tempo através de uma reforma, mudança estrutural ou até por vias como a fuga, ou seja, o fato de desistir da carreira no funcionalismo público.

Assim buscamos entrevistados que passaram por concursos públicos em diferentes épocas: seja aqueles que estão tentando, os que já se estabeleceram em seu cargo, ou até os que se estabeleceram, mas continuam tentando um cargo melhor. As entrevistas possibilitaram também traçar a passagem do acesso ao funcionalismo público através da institucionalização do concurso público, a partir da Constituição Federal de 1988. As diferenças nos ajudam a perceber como o indivíduo teve que se adaptar ao novo formato de ingresso e como o mercado foi no mesmo caminho, vendo nisso uma oportunidade para a expansão dos seus cursinhos específicos. Vemos, a partir dessa lente, como o indivíduo entende a emergência de uma lógica do desempenho como forma de hierarquização, fator essencial dentro da sociedade atual baseada em um capitalismo complexo.

Dentro da questão mais técnica em torno das entrevistas, utilizo as relações sistematizadas por Jean-Claude Kaufmann em seu livro *A entrevista compreensiva* (2013) no

qual ele coloca o campo como ponto de partida de uma análise da problemática proposta e advoga em favor de uma entrevista mais pessoalizada, o que traria um maior envolvimento do entrevistado dentro das temáticas propostas pelo entrevistador.

O trabalho teve três principais entrevistados, visando assim uma organização da estrutura do capítulo de campo voltando uma seção para cada e uma seção para uma organização mais geral do pensamento dos três em relação a perspectiva do mérito na sociedade, em especial na sua relação aos concursos públicos.

NOME	IDADE	CONCURSADO?	CARGO
Gabriel	58 ANOS	SIM	PROFESSOR DA UFPE/AUDITOR
Patrícia	28 ANOS	NÃO	-
Gustavo	28 ANOS	SIM	GUARDA CIVIL

O processo de procura dos entrevistados começou a partir da abertura de uma rede de contato e indicações com pessoas próximas, a partir dos perfis procurados, sendo necessária pelo menos uma pessoa mais velha, que pudesse traçar um perfil de mudança na conjuntura dos concursos públicos nas últimas décadas; uma pessoa que ainda não tivesse conseguido êxito dentro do concurso público; pessoas que tivessem um perfil de heterogeneidade nas suas disposições; e pessoas que pudessem relatar período de mudança social em sua vida. Vemos em tabela abaixo os quesitos necessários e a correlação com os entrevistados.

	PESSOA MAIS VELHA	SEM ÊXITO	HETEROGENEIDADE	MUDANÇA SOCIAL
Gabriel	X		X	X
Patrícia		X	X	
Gustavo			X	

Esses perfis foram garantidos entre os entrevistados em questão. O roteiro de questões foi colocado em anexo ao trabalho.

Como pudemos ver, o método do presente trabalho é caracterizado pelo entendimento do disposicionalismo, sendo ele um diálogo entre o disposicionalismo de Pierre Bourdieu e a interpretação do mesmo por Bernard Lahire. A centralidade das histórias de vida foram essenciais como caminho metodológico para o trabalho. Desta maneira, estabelecemos

entrevistas semi-estruturadas que nos auxiliaram a entender tanto o que leva o sujeito a tentar o concurso público, como as suas percepções após a entrada na mesma e a construção de estratégias dentro do funcionalismo público.

O disposicionalismo requer que possamos entrar na história de vida do entrevistado como maneira de entender fatores como a socialização – passo essencial para pensarmos tanto a visão de Bourdieu quanto a visão de Lahire – e o contexto ao qual os atores foram inseridos e construíram as suas estratégias, especialmente no disposicionalismo contextualista. Este passo foi tomado e pode ser melhor visto no quarto capítulo, na apresentação dos entrevistados. A escolha por uma diferença de idade entre os entrevistados – especialmente o Gabriel, que já tem mais de 50 anos – nos ajudou a criar um panorama que é de difícil mensuração em bibliografias específicas hoje: a história dos concursos públicos no cenário brasileiro. Essa entrevista acabou por ser mais longa do que as demais por essa necessidade. Por outro lado, os outros entrevistados, mais jovens, nos auxiliaram no entendimento do que acontece hoje nos certames do funcionalismo público, sendo o Gustavo voltado mais para os concursos municipais e estaduais, e a Patrícia focado nos a nível federal.

O método nos exige também uma melhor apreensão das classes sociais. Tratar a questão da ascensão ou declínio social é fundamental. Pudemos ver este ponto de vista ser colocado com clareza a partir dos depoimentos, trazendo estratégias tanto de conservação como de subversão de padrões de classe social e econômica através da tentativa e êxito através do concurso público.

Outros pontos menos centrais para o trabalho surgiram no decorrer das entrevistas e foram documentados no capítulo empírico, como a questão racial no Brasil: tanto como um argumento ligado à história de vida de alguns sujeitos, como através das opiniões sobre as cotas raciais nos concursos em nível federal. Mesmo não ocupando a centralidade do trabalho, o método nos ajudou na aparição de tais questões. O método disposicionalista, através das entrevistas, nos ajuda, como diz Kaufmann (2013), a fazer com que o trabalho de campo seja ponto de partida de diversas problematizações e não somente uma verificação de problemas pré-estabelecidos.

3 O MÉRITO E SUA CONSTRUÇÃO NA MODERNIDADE: FORMAÇÕES E ANÁLISES

Entender a entrada do mérito como referência central dentro da nossa sociedade é um dos objetivos que temos com esse trabalho. Para isso precisamos pensá-lo em perspectiva e consonância com certos pilares que se colocam como formadores da sociedade em que vivemos. Por mais que essa tarefa seja árdua e quase que sem fim, proponho pensar algumas formas de refletir como deveríamos analisar certos aspectos da sociedade com o objetivo de clarear uma discussão mais profunda sobre a meritocracia, como um sistema classificatório que tem grandes laços com uma ideia de modernidade vinculada ao papel dos mercados – seja ele público ou privado - e do Estado.

Neste primeiro capítulo analisaremos quatro formas principais que têm uma importância fundamental para o debate: os mercados, a burocracia, o acesso regulado e o mérito em si, entrando também em um debate sobre a meritocracia como sistema. Estas quatro análises fundamentais nos ajudarão a traçar um caminho para um debate mais amplo tanto sobre o panorama do capitalismo, e sua formação, quanto sobre o mérito individual, nosso principal objeto de análise. Traçar este caminho nos ajuda a perceber uma diferença entre a relação do merecimento – que tem uma maior transversalidade histórica – e a do mérito e da meritocracia, que se estabelece como um sistema que busca recompensar os indivíduos baseados em sua própria *performance*⁴, fato que se estabelece com maior força a partir da consolidação do capitalismo como sistema vigente.

Apesar de delimitarmos a nossa análise ao contexto brasileiro, há a necessidade de fazermos certos paralelos com outras sociedades, uma vez que a temática não é bastante recorrente dentro da literatura da sociologia brasileira, sendo mais analisada dentro do contexto norte-americano e francês. Contudo, procuraremos expor as relações sincrônicas entre essas sociedades e a nossa, estabelecendo parâmetros em comum e evidenciando, em alguns momentos, a necessidade de um pensamento mais relacional, utilizando certos exemplos dentro de um tipo ideal, ou de uma construção própria de uma determinada sociedade. Começaremos pensando a noção de mercado dentro da situação histórica brasileira, como se dá o

⁴ Colocamos a palavra em itálico pois ela pode significar variados sentidos, sendo bastante discutida dentro da temática.

desenvolvimento e a inserção do indivíduo como agente que participa da formação deste processo.

3.1 OS MERCADOS

Procurar entender o papel dos mercados dentro do debate sociológico é uma tarefa árdua, pois, classicamente, a análise em torno do tema tende a ir no caminho de uma análise ou crítica de um economicismo, gerando um grande debate que se prolonga desde os principais escritos de Karl Marx. Por mais instigante que tal discussão possa parecer, ela não se coloca como central na nossa análise, pois acaba por ganhar uma vida própria que extrapola os nossos limites. Por outro lado, existe um debate complementar e de bastante importância sobre a criação de mercados que envolve mais diretamente o nosso tema.

Desde a fundação da sociologia, vários autores se preocuparam com a passagem das sociedades tradicionais às sociedades complexas, tendo o mercado como ponto balizador nesta questão: Émile Durkheim coloca a questão a partir da anomia e da solidariedade social, sendo ela orgânica ou mecânica; Ferdinand Tönnies (2001) parte de um pressuposto parecido para pensar as sociedades dentro do binômio *Gemeinschaft e Gesellschaft*, que pode ser entendido como a passagem de uma comunidade para o status de sociedade. Estes autores, entre outros, tiveram um papel fundamental. Porém, o que mais se aproxima da nossa perspectiva é Max Weber, por tratar diretamente das bases sociais da criação do que chamamos hoje de mercado e sua relação desde a sua formação com o Estado:

Max Weber foi um dos primeiros a ver que o desenvolvimento de amplos mercados no capitalismo necessitaria de uma explicação. Muito diferente em escala e escopo das trocas limitadas em comunidades tradicionais, grandes mercados impessoais se tornaram uma das bases axiais da sociedade como resultado de mudanças nas estruturas sociais e políticas da Europa ocidental moderna.⁵ (INGHAM, 2006, p.352)

⁵ Tradução minha. Original: “Max Weber was one of the first to see that the development of extensive markets in capitalism required an explanation. Quite different in scale and scope from the limited exchanges in traditional communities, large impersonal markets became one of the axial bases of society as the result of changes in the social and political structures of early modern Western Europe.” (INGHAM, 2006, p. 356)

Max Weber (2014) trabalha o conceito de mercado em uma visão ampla e tendo como ponto de vista uma relação muito forte com seu lado historiador. Na sua análise, o autor trata do tema através da passagem de uma sociedade estamental – baseada fortemente em uma relação de poder tradicional e a sua decadência com a entrada do capitalismo monopolista. Para o autor, o mercado é descrito como uma relação associativa de cunho estritamente racional, no qual os indivíduos estabelecem relações de troca. A concepção de ação social torna-se central dentro desta dinâmica, já que é orientada em uma relação com o outro (Weber, 2014). Weber argumenta que a grande passagem entre sociedades estamentais e capitalistas enquanto mercado se dá na entrada de uma ação racional em relação às trocas que são efetuadas. Em uma sociedade tradicional, as relações do mercado são divididas entre aquelas que são feitas dentro do seu próprio grupo e aquelas que são feitas entre grupos. Enquanto a primeira pressupõe certa familiaridade e apelo a suas relações tradicionais, o lucro acaba por se colocar como protagonista nas relações com os outros grupos. O ganho não tem um papel preponderante em relações dentro da mesma comunidade, por exemplo, onde laços pessoais e consanguíneos tem um papel importante.

A meu ver, a chegada do capitalismo transforma esta relação do mercado nas duas esferas da ação social tidas como racionais: concomitantemente há tanto uma relação de organização da *ação social racional referente a fins* - já que existe uma lógica clara de organização de lucros e novas relações de comércio –, quanto uma relação forte de um modo *racional referente a valores*, uma vez que isso se dá através de uma nova ótica social na qual a acumulação capitalista deixa clara através de uma nova ética baseada nas capacidades de um livre mercado, soterrando assim as relações de cunho tradicional em favor de um monopólio do capital. Porém, é importante lembrar que as ações sociais pensadas por Max Weber não são autônomas e facilmente desmembradas entre si, ao contrário, elas caminham juntas em diversos momentos. A análise de uma forma de ação social racionalmente orientada pode vir em conjunto com relações tradicionais, facilmente vista no cenário mundial, no qual grupos permanecem em posições de poder por um longo período de tempo, através de práticas como o protecionismo e até mesmo a formação de grupos empresariais que se protegem quebrando, assim, uma lógica valorativa de um livre mercado, por exemplo.

Só muito raramente a ação, e particularmente a ação social, orienta-se exclusivamente de uma ou de outra dessas maneiras. E naturalmente, esses modos de orientação de modo algum representam uma classificação completa

de todos os tipos de orientação possíveis, senão tipos conceitualmente puros, criados para fins sociológicos, dos quais a ação real se aproxima mais ou menos ou dos quais – ainda mais frequentemente – ela se compõe. Somente os resultados podem provar sua utilidade para nossos fins. (WEBER, 2014, p. 16)

O mercado, contudo não se estabelece somente como essa relação de troca característica descrita aqui por Max Weber, outras formas de troca tendem a se sobressair com o crescimento exponencial de um mercado capitalista em nível global. Um destes casos – que é central em nosso trabalho – é a dos *Mercados de Trabalho*. Esse assunto é pouco caro dentro do ambiente sociológico, um objeto de análise que não é colocado frequentemente em grande evidência. O *Mercado* e o *Trabalho* quando pensados sozinhos são objetos de análise muito mais clássicos dentro da nossa disciplina. Inicialmente, o mercado de trabalho foi pensado como análogo ao conceito de mercado, assim como descrito por Weber, pensando as características de uma troca aberta entre homens livres. O trabalho, assim, é pensado à maneira de uma *commodity* qualquer, na qual a troca por valores pré-estabelecidos é pleiteada no seio da sociedade através do advento do livre mercado. Essa visão clássica traz consigo o problema de uma dinâmica social bem mais complexa do que aquela em que a troca de produtos é feita, uma vez que podem ser aferidos padrões de desigualdade que se reproduzem, inclusive intergeracionalmente.

O autor Jamie A. Peck (1989) nos ajuda na organização de uma linha de pensamento que trabalha a segmentação de um mercado de trabalho. Dentro da sua argumentação, o mercado de trabalho deve ser pensado em oposição a esse pensamento voltado para um mercado livre, onde existem trocas entre indivíduos. Pensar uma questão mais estrutural na sociedade torna-se necessário para justificar padrões de desigualdade social que são constantemente encontrados. Baseado na teoria de Doeringer e Piore, o autor divide o mercado de trabalho em dois polos distintos: o primeiro é baseado em grandes empresas, com um nível alto de segurança, altos salários e possibilidades claras de progressão de carreira; enquanto que o segundo setor é baseado em valores opostos, com empregos menos desejados e bem menos estáveis.

Para Doeringer e Piore, o setor primário continha os "melhores" empregos no mercado de trabalho, aqueles que oferecem salários relativamente altos e a garantia de emprego aos trabalhadores que poderiam esperar para desfrutar de alguma forma de progressão na carreira através de um mercado de trabalho interno. Os níveis de especialização neste setor foram altos e processos de produção tecnologicamente avançados, o setor secundário, pelo contrário, continha empregos menos desejáveis do mercado de trabalho, aqueles com baixos salários e condições de trabalho, em que a ameaça de desemprego era

constante. Outras condições de trabalho foram associadas com pequenas empresas nos setores mais atrasados da economia. (PECK, 1989, p. 120-121)⁶

Mesmo assim, com toda a organização de uma dualidade de mercados de trabalho, esta teorização deixa algumas questões em aberto como o papel do Estado nesta dinâmica, por exemplo. Contudo, o padrão de dualidade continuou como modelo para uma corrente mais radical de estudos, que tentaria explicar a segregação no mercado de trabalho. Entretanto, um ponto se coloca como fundamental em todo este processo de entrada no mercado de trabalho: as relações dentro da luta por oportunidades no mercado de trabalho têm mais força na sua característica atribuída – ou seja, passada ao indivíduo através de uma socialização particular – do que uma característica baseada na conquista através do trabalho. Este ganho tem um papel forte dentro da ligação da teoria dos mercados de trabalho com a teoria da reprodução social em Bourdieu e Passeron (1982).

Tem-se argumentado que a família exerce uma influência importante sobre a atividade do mercado de trabalho de três maneiras: em primeiro lugar, a família desempenha um papel fundamental no condicionamento social e educação dos jovens, em segundo lugar, ela fornece suporte para os trabalhadores no mercado de trabalho, bem como a outros dependentes (como a doentes e idosos), E em terceiro lugar, a partilha de rendimentos que ocorre dentro da unidade familiar colide com ambos os papéis masculinos e femininos no mercado de trabalho.⁷ (PECK apud GARNSEY, RUBERY e WILKINSON, 1985, p. 129)⁸

Mesmo com a evolução da teoria dos mercados de trabalho uma questão ainda fica em aberto dentro do nosso trabalho: como se dá essa dinâmica dentro do contexto nacional

⁶ Tradução minha. Original: “For Doeringer and Piore, the primary sector contained the 'better' jobs in the labour market, those which offered relatively high wages and secure employment to workers who could expect to enjoy some form of career progression through an internal labour market. Skill levels in this sector were high and production processes technologically advanced, The secondary sector, by contrast, contained the labour market's least desirable jobs, those with poor wages and working conditions, in which the threat of unemployment was constant. Secondary employment conditions were associated with small firms in the most backward sectors of the economy.” (PECK, 1989, p. 120-121)

⁷ Tradução minha. Original: “It has been argued that the family exerts an important influence upon labour market activity in three ways: firstly, the family plays a key role in the social conditioning and education of the young; secondly, it provides support for those workers in the labour market, as well as for other dependents (such as the sick and the old); and thirdly, the sharing of income which occurs within the family unit impinges upon both male and female roles in the labour market.” (PECK apud GARNSEY, RUBERY e WILKINSON, 1985, p.129)

⁸ Garnsey, E., Rubery, J. and Wilkinson, F. (1985) 'Labour market structure and work-force divisions', in R. Deem and G. Salaman (eds.) *Work, Culture and Society*, Milton Keynes, Open University Press, 40-75.

brasileiro, especialmente dentro do mercado de trabalho público? Para isso é necessária uma análise histórica sobre o mercado de trabalho no Brasil.

Vários autores nacionais colocaram o serviço público como coadjuvante ou protagonista em suas obras. Gilberto Freyre o faz, por exemplo, quando trata da saída de um paradigma rural baseado na dicotomia Casa-Grande/Senzala e a entrada de uma influência urbana, com a chegada do binômio Sobrados/Mucambos. Esta mudança, alerta Freyre (2004), traz consigo a ascensão de uma cultura europeizada entre os novos cidadãos brasileiros, influenciados por seus estudos no além-mar e nas novas tendências trazidas como a lã inglesa, por exemplo. Porém, uma grande mudança seria a integração desse novo escopo de cidadãos, que não necessariamente vinham de uma família tradicionalmente poderosa, aos “cargos públicos e à aristocracia de toga” (FREYRE, 2004). Isso acabaria por antecipar uma decadência do patriarcado rural no Brasil.

Apesar da contribuição de Freyre, acredito que o autor brasileiro que mais vem a contribuir para pensarmos a entrada de um mercado público dentro do cenário histórico brasileiro seria Raymundo Faoro – até pela sua afinidade teórica com Max Weber –, que nos ajuda em um pensamento relacional e contínuo dentro do trabalho. Faoro percorre o mesmo caminho histórico de Gilberto Freyre em Sobrados e Mucambos (2004), e se estendendo até a década de 1930, enquanto o sociólogo pernambucano foca a sua análise, nessa obra, somente até o final do império.

Vemos uma organização do Estado brasileiro, para a integração de um corpo de cidadãos dentro do funcionalismo e da burocracia, já estabelecida desde outros tempos. Essa ideologia baseada na construção de uma sociedade igualitária e delineando, assim, os princípios meritocráticos, não era novidade na sociedade brasileira, como diz a antropóloga Livia Barbosa (2003). Desde a primeira Constituição nacional, datada do ano de 1824, a admissão em cargos públicos civis, políticos e militares já era assegurada como sendo baseada em *talentos e virtudes*, sem qualquer outra diferença.

O período histórico descrito por Faoro faz com que possamos perceber tanto um momento de influxo quanto de refluxo dentro do funcionalismo público brasileiro. Uma vez no Segundo Reinado, ele nos faz atentar para um período de nobilidade dentro do mercado público de trabalho na nação. Os “doutores” e bacharéis são colocados dentro de uma nova ordem que se traveste de uma grande racionalidade aparente, em comparação com a aristocracia rural do

período colonial. Neste momento, Faoro cita Joaquim Nabuco, ao demonstrar a potencialidade do cargo público e ascensão do burocrata:

No contexto, o funcionalismo será a “profissão nobre e a vocação de todos. Tomem-se ao acaso, vinte ou trinta brasileiros em qualquer lugar onde se reúna a nossa sociedade mais culta: todos eles foram ou são, ou hão de ser, empregados públicos, se não eles, seus filhos”. (NABUCO apud FAORO, 2012, p.448).

Essa característica se desfaz conforme chegamos ao século XX e o Estado perde o seu papel com a chegada da República. Até 1930, podemos ver que o Estado brasileiro se comporta tal qual um modelo de Estado mínimo, ao mesmo tempo que tem o seu papel na entrada da mão de obra para a produção cafeeira, por exemplo. Através das políticas de imigração de europeus, ele não se coloca dentro do papel de empregador, deixando a economia na mão de empresários e de uma livre iniciativa do mercado. Com isso, presencia-se uma queda exponencial da valoração do mercado público de trabalho no Brasil, perde-se toda a capacidade mobilizadora que antes tivera:

O funcionalismo *lato sensu*, civil e militar, não será o caminho nobilitador de outrora, mas o precário e desprezado refúgio contra a miséria. Os próprios doutores – homens formados – sentem a mesma onda de escárnio que os alvita. Eles são agora nocivos ao progresso do país, restos de uma ordem obsoleta, em prejuízo de carreiras úteis. (FAORO, 2013, p. 686)

A promoção de um desenvolvimento econômico nacional a partir do Estado só começa a existir a partir da década de 1930 e se estabelece através de um funcionalismo público a partir da década de 1950, com o crescimento e subsídio estatal para a formação da indústria nacional. O papel negociador do Estado brasileiro entre o capital estrangeiro e o capital nacional, no momento de industrialização do país, fez com que houvesse uma vasta criação de empresas estatais. Esse movimento, denominado de capitalismo tardio, fez com que a presença do Estado brasileiro crescesse a partir da década de 1950, inicialmente com esforços em três áreas específicas: educação, saúde e previdência (MELLO; NOVAIS, 1998).

Para a articulação dos interesses entre estes elos do desenvolvimento, bem como para a atividade de produção de insumos e da infraestrutura de transportes e de energia, a atuação do Estado, seja na formulação da política econômica, seja na constituição de empresas estatais, promoveu, notadamente a partir dos anos 1950, ampliação do contingente de empregos públicos em diversos ministérios e empresas. (MATTOS, 2011, p. 63)

A empresa estatal brasileira e, por consequência, o mercado público de trabalho, ganha abertura no Brasil em grande escala a partir das décadas de 1960 e 1970, com a chegada de grandes demandas para a estabilização de uma industrialização forte.

Vemos, assim, que a entrada maciça de um mercado público no Brasil só se concretiza com a chegada da necessidade de uma forte industrialização no meio do século XX. Porém, ela não traz consigo uma completa racionalização das funções públicas, sendo em grande parte um aporte mediador entre o capital privado e o capital nacional, devido à incapacidade financeira do setor privado de liderar o movimento de industrialização. Somente a partir do final da década de 1980, segundo Mattos (2011), veremos uma ampla formulação de políticas públicas no Brasil. Ainda assim, é importante ressaltar que mesmo com o grande e rápido crescimento do funcionalismo público no Brasil nestes períodos, o concurso ainda não era o centralizador das contratações, como discutiremos isso mais adiante.

Com a chegada da década de 1990 há uma nova forma de se pensar o funcionalismo público no Brasil: a partir da perspectiva do ajuste fiscal. Estabelecido em parceria com o chamado *Consenso de Washington*⁹ como forma de modernização do estado através da diminuição do chamado inchaço estatal, a medida operava a partir de políticas de demissão, apoio a aposentadorias e privatização de empresas do estado e de economia mista. O ajuste em contas públicas tem papel central durante esse período da história nacional. A recuperação de um setor público só se estabelece com a chegada do governo Lula (2003-2010), e mesmo assim se estabelece por um processo ambíguo, um exemplo foi a aprovação da reforma previdenciária durante o primeiro ano de governo, que vinha a assimilar certos pontos, antes sem consenso, da Emenda Constitucional 20¹⁰ - que modificava o sistema previdenciário e suas normas de transição. (GOMES; SILVA; SÓRIA, 2012)

Partiremos agora para um debate muito importante para pensar a questão do funcionalismo e do mercado de trabalho público, e que envolve os conceitos de modernidade e modernização: a burocracia.

⁹ Regras formuladas em 1989 pelos Estados Unidos da América e o sistema financeiro como forma de ajustamento macro econômico dos países em desenvolvimento.

¹⁰ A Emenda Constitucional 20 foi bastante controversa, estabelecendo, por exemplo, o Fator Previdenciário, que é tema de debate constante até os dias atuais.

3.2 A BUROCRACIA: ABERTURA AO CRITÉRIO MERITOCRÁTICO

Qualquer debate sobre burocracia no Brasil toma um vulto muito grande devido à sua caracterização como algo pejorativo, especialmente quando pensamos a dinâmica do funcionalismo público. A imagem nacional em torno do tema envolve uma relação forte com a lentidão dos serviços e alta complexidade na resolução de problemas que deveriam ser tratados como banais. Porém, a burocracia tem um papel preponderante na formação da sociedade moderna, como aponta Max Weber (2012). O autor considera a burocracia uma categoria importante: ao trata-la como um tipo específico de dominação – com referências específicas ao mundo moderno – evita falar dela somente na ótica do Estado, mas como parte fundamental da empresa capitalista.

A definição de burocracia para Max Weber (2012) passa longe de uma visão baseada em qualquer forma de senso comum sobre o assunto. O autor trata de destrinchar o termo e sua organização baseado na passagem de uma organização estamental para a ascensão de um capitalismo fortemente direcionado à racionalização. Apesar de Weber estabelecer diversos pressupostos para a organização da dominação burocrática, procurarei aqui as mais importantes para o escopo do presente trabalho.

O primeiro deles é quanto à questão da organização da empresa capitalista. Nela, há uma passagem clara para uma racionalização das funções através da determinação de competências fixas, ordenadas através da distribuição de atividades, poderes de mando e cumprimento regular e contínuo das atividades fixas (WEBER, 2012). Para que isto aconteça dentro de sua plenitude, é necessária uma mudança em relação à ordem estamental anterior, o vínculo: com o empregado em uma instituição burocrática não se dá com o dono ou baseado em relações pessoalizadas, mas diretamente com o cargo. Este *dever de fidelidade ao cargo* pressupõe outra quebra com uma ordem anterior: a busca por uma especialização, instrução clara na matéria que lhe é específica. Este aspecto é descrito por Weber como uma clara organização de cunho modernizante, seja ela em uma empresa de economia privada ou em relação aos funcionários estatais. Weber afirma, assim, que a organização dessa *fidelidade ao cargo* – unida a uma busca por especialização – faz com que o cargo seja entendido como *profissão* ao requerer trabalho prolongado e exames específicos para a nomeação.

Sendo assim, vemos que a burocratização não se dá somente através de uma divisão entre o público/privado e em métodos de organização – como, por exemplo, a documentação e

arquivamento –, mas como uma introdução de valores no cerne do indivíduo, uma nova prática que traz uma ética modernizante. A hierarquização é outra característica presente dentro desse tipo de dominação. Não mais organizada através de laços sanguíneos e de poder tradicional, mas a partir dos cargos descritos anteriormente, através da fiscalização dos inferiores pelos superiores, sempre dando a possibilidade – pelos menos teórica – de apelo ao inferior, em caso de desmandos de poder. Mesmo assim, Weber descreve que o funcionário burocrático sempre está em busca de uma *estima social* baseado em uma ordem estamental, determinado pela posse de títulos que, por consequência, dão-se em troca relações baseadas em prestígio social.

Ora, mas como se dá essa passagem de uma nova forma de dominação? Baseada em quais pressupostos ela se classifica? Weber (2012) coloca como fundamental para a entrada de uma ordem burocrática o desenvolvimento de uma economia monetária e da organização do grande Estado. Mas coloca como pedra de toque de um avanço a superioridade técnica dessa forma em relação a qualquer outra, traçando um paralelo com a diferença entre a mecanização e a não-mecanização da produção:

Precisão, rapidez, univocidade, conhecimento da documentação, continuidade, descrição, uniformidade, subordinação rigorosa, diminuição de atritos e custos materiais e pessoais alcançaram o ótimo numa administração rigorosamente burocrática (especialmente monocrática) exercida por funcionários individuais treinados, em comparação a todas as formas colegiais e exercidas como atividade honorária ou acessória. (WEBER, 2012, p. 212)

Weber (2012) aponta também que a ordenação burocrática busca um nivelamento das diferenças econômicas e sociais. Uma vez que se torna necessária a contratação de pessoas na empresa moderna, o autor enxerga isso como um ganho dentro da democracia de massas em comparação ao sistema estamental baseado em privilégios de consanguinidade. Ou seja, vemos aqui que mesmo apontando que não pode organizar aspectos culturais gerais da burocratização, a mesma traz como consequência um nivelamento social baseado em uma democratização de oportunidades, em uma busca por uma igualdade, mesmo que seja apriorística.

A força de uma relação social dominada a partir de critérios de burocratização se encontra na mudança de perspectiva da ação social, ao fim de tudo. A ação social, antes organizada a partir dos valores comunitários – como vimos no começo do capítulo ao falar das concepções de mercado para o autor – passa a ser conduzida a partir de uma relação associativa. Nestes parâmetros, Weber (2012) quer nos dizer que as relações sociais não são mais baseadas em tradição, a empresa estamental que tinha como forma de organização uma relação social rígida – em laços de consanguinidade e vassalagem, por exemplo, na idade média europeia – muda para a empresa capitalista que está com seus interesses voltados para uma ação social

racionalmente orientada pelo lucro. Ou seja, o interesse não é mais baseado na simples manutenção de um sistema social, mas na orientação a um fim muito específico, o ganho financeiro racionalmente orientado. Não interessam mais as relações sociais castificadas – pelos menos objetivamente – mas uma relação baseada na livre concorrência entre os indivíduos. É verdade que temos alguns problemas nesta questão que não podem ser resolvidos rapidamente, como, por exemplo, a desigualdade social, mas podemos ver de maneira clara uma passagem entre dois sistemas bem diferentes em seus valores constitutivos:

Ela está naturalmente a serviço do avanço do “racionalismo” na condição de vida. De modo geral, podemos apenas dizer que o desenvolvimento em direção a “objetividade” racional, ao homem “profissional” e “especializado”, com seus múltiplos efeitos, é fortemente fomentado pela burocratização de toda dominação. (WEBER, 2012, p. 230)

Vemos, assim, uma abertura para um critério meritocrático, fundamento da sociedade moderna e, por consequência burocrática, a maneira que são sobrepostos valores estamentais em favor de uma livre concorrência entre os indivíduos. Porém, como pensar esta perspectiva dentro da construção histórica do Estado brasileiro? Raymundo Faoro (2012) versou sobre a realidade nacional brasileira através de ambos os termos aqui antes apresentados: o estamento e a burocracia. Mesmo sendo de uma maneira análoga à organização weberiana, ele traça novas perspectivas ao analisar o Brasil e sua relação histórica com o Estado português.

Para Faoro (2012), o Estado brasileiro se coloca como um estamento burocrático. Ora, o que Weber coloca como extremos opostos, Faoro concilia como a base da formação do Estado nacional. Mesmo entendendo estar no cerne do pensamento weberiano uma organização das suas fundamentações como tipos ideais – ou seja, organizados de maneira pura, como forma de facilitar o entendimento conceitual teórico, precisando de uma análise mais relacional nas formas de investigação empíricas –, essa organização do pensamento de Faoro ainda assim parece, à primeira vista, uma organização um tanto quanto radical pois há a junção de dois conceitos teórico centrais e opostos para o entendimento da teoria da burocracia no autor alemão, sendo o estamento uma formação social típica de uma relação de poder baseada no status e a burocracia que emerge com a formação de uma sociedade que caminha para uma maior complexidade e um sistema de classes, mais autônomo de um poder puramente baseado em uma forma pessoalizada – mesmo assim devemos perceber que essa conceituação do autor brasileiro não aparece como uma heresia teórica, uma vez que o próprio Weber (2012) dá abertura para tal ao mencionar que o funcionário burocrático almeja uma honraria social estamental. Para entender, precisamos voltar à uma perspectiva histórica mais distante.

A formação da colonização brasileira através da empresa agrícola e exploratória tem muito a ver com a organização de uma forma de dominação específica, somada à uma distância geográfica particularmente grande. Esta organização, como podemos ver, traz em si uma dupla dinâmica concomitante na realidade da colonização: de um lado, a empresa agrícola tradicional e do outro uma necessidade de delegação de poder devido à distância. Esta dupla relação acaba por criar o estamento burocrático, através da característica nobilitante do papel do funcionário colonial. Como o próprio Faoro (2012, p. 197-198) diz: “O senhor de tudo, das atribuições e das incumbências, é o rei – o funcionário será apenas a sombra real. Mas a sombra, se o sol está longe, excede a figura”.

O poder investido no funcionário colonial era enorme. Entre vice-reis, capitães e diversas outras atribuições, formou-se no Brasil um patriarcado rural – como diz Gilberto Freyre (2013) – com poderes equivalentes a de uma larga sombra em uma terra ainda em plena expansão. Este cargo público tem, em sua formação, a necessidade de um título de nobreza. Não eram aceitos “homens comuns”: a fidalguia era um atributo necessário aprioristicamente para a concessão do cargo. Vemos, assim, o nascimento do que podemos chamar de um estamento burocrático: nobres, categoria claramente estamental, são investidos de cargos públicos de uma burocracia. Vale a pena ressaltar, contudo, que Weber (2012) é claro quando nos informa que a burocracia não é um atributo exclusivo da modernidade e do capitalismo, mas que existiu em outros tipos de sociedade, embora estas existências devam ser consideradas como exceções e não como regra.

Do período colonial nasce a semente de uma sofisticação e camuflagem do estamento burocrático que viria a acontecer em épocas posteriores no Brasil. O cargo público, segundo Faoro, é dotado na sua essência nacional de uma perspectiva claramente nobiliárquica. Durante o século XIX, com a ascensão de um bacharelismo e a organização do funcionalismo público durante a fase do Império, nós vemos uma colocação deste como uma sinecura, ou seja, com responsabilidades duvidosas e claramente vinculadas e distribuídas àqueles em situação de ligação com o poder. Seriam os cargos públicos no século XIX, por consequência, uma forma de perpetuação das elites no poder, neste momento justificadas através de um véu de racionalização moderna? Para Faoro (2012), esta relação é ainda mais complicada do que a pergunta. A vinculação histórica do cargo público com a aristocracia perpetuou uma forte relação entre a burocracia e o patronato. Ou seja, aos olhos do brasileiro comum – historicamente ligado a uma centralização estatal – o cargo público é por si só uma forma de organização aristocrática. O poder estaria, assim, intrinsecamente ligado à nobilitação e, em uma tentativa de modernidade, isso não se perde. A busca por uma *estima social estamental*,

descrita por Weber (2012), teria, segundo Faoro, a mais plena realização empírica no Brasil. O funcionário público, no século XIX, carrega consigo a nobreza, o título, a consagração.

Não é por menos, talvez, que grandes exemplos de pensamento excepcional e à frente do seu tempo, como Joaquim Nabuco, se colocarem claramente como monarquistas, se retirando do espaço público com a proclamação da República¹¹. Mesmo com a tentativa de modernização do Estado, há sempre uma busca por uma feudalização das relações sociais. Este processo é fundamental para a análise de Faoro em relação à burocracia nacional brasileira.

A primeira consequência, a mais visível, da ordem burocrática, aristocratizada no ápice, será a inquieta, ardente, apaixonada caça ao emprego público. Só ele nobilita, só ele oferece o poder e a glória, só ele eleva, branqueia e decora o nome. Não se cansam João Francisco Lisboa, Joaquim Nabuco, José de Alencar, Tavares Bastos, entre outros, de secretamente enamorados da soberania do povo, advertir contra a agitação estéril e fictícia na passarela política. (FAORO, 2012, p. 448)

Assim, para Faoro, a burocracia brasileira não se estabelece como uma portadora de racionalização dentro do estilo mais claramente modernizante, ao contrário, estabelece vínculos aristocráticos que tendem a reproduzir uma característica nobiliárquica. Em outras palavras, ela confere um alto nível de *status* ao cidadão, devido às suas raízes baseadas na aristocracia protoburocrática dos períodos coloniais.

3.3 A CULTURA E O ACESSO REGULADO: PRIVILÉGIOS MODERNOS ATRAVÉS DO MÉRITO

A partir do pressuposto burocrático, estabelecido na sociedade baseada em uma dominação racional, aliado à presença do mercado como fator central, cria-se a necessidade de pensar as formas de acesso às oportunidades criadas. Como poderíamos mediar os fatores que fazem com que o mercado seja alcançado apenas por alguns dentro de uma sociedade altamente racionalizada? Para pensarmos sobre esta questão, torna-se importante entender os mecanismos de regulação para a entrada dos indivíduos neste novo mundo. Este processo é concomitante à

¹¹ Devemos lembrar que a proclamação da República foi, como vários processos sociais no Brasil, militarizada e elitista. Ao citar a retirada de Nabuco do espaço político institucional, em nenhum momento estamos exclamando o poder da proclamação da República, apenas demonstrando traços monárquicos na vida política brasileira.

ascensão das burocracias modernas e do capitalismo: portanto, não tem suas raízes no nosso momento atual.

Randall Collins afirma em seu livro *The Credential Society* (1979) que as credenciais têm um valor central dentro da regulação do acesso às oportunidades disponíveis na sociedade. Ele traz como objeto central a questão da educação, tendo como local de análise os Estados Unidos da América. O autor explora a divisão entre *white collars*¹² e *blue collars*¹³, classicamente divididas entre uma classe dominante, a primeira, e uma classe trabalhadora, a segunda, mesmo tendo certa consonância com a realidade, Collins afirma que ambas denominações – embora abstratas – fazem referência ao trabalho produtivo, seja ele braçal, ou não.

A grande diferença dentro do ciclo de oportunidades denominado pelo autor se dá na cultura, que é evidenciada como um recurso social¹⁴. Porém, antes de entrar na discussão em torno deste recurso social, é importante pensarmos como e de que forma a cultura age especialmente em sociedades complexas, distintas das chamadas *comunidades* que vimos anteriormente, em Max Weber e em Ferdinand Tönnies.

Para Eunice Ribeiro Durham (2004), a dinâmica da cultura em uma sociedade moderna não pode ser reduzida nem a *padrões tradicionais* – onde uma irracionalidade guia os sujeitos – nem ao chamado *efeito de demonstração* – onde a apreensão desses conteúdos são passados quase que de maneira viral, sem reflexividade. Ambas as formas acabam por reduzir o conceito de cultura e produzir uma reificação – no caso a sua redução ao conteúdo normativo –, dessa maneira não é dada aos processos culturais a sua devida complexidade. Para a autora, a cultura não pode ter a sua organização tratada como mero produto: isso seria mais uma vez uma relação de reducionismo (por mais que afirme categoricamente a existência de uma indústria cultural). A cultura se estabeleceria, assim, como uma mediadora entre a ação e a representação:

(...) a noção de cultura parte do estabelecimento de uma unidade fundamental entre a ação e a representação, unidade esta que está *dada*¹⁵ em todo o comportamento social. Nesse sentido, padrões ou instituições não são

¹² Trabalhadores não braçais.

¹³ Trabalhadores braçais.

¹⁴ Poderemos ver mais à frente a organização desse apelo a cultura como fator determinante e indissociável com a sistematização do conceito de capital cultural, em Pierre Bourdieu (2011).

¹⁵ Grifo da autora.

simplesmente “valores”, mas ordenações implícitas na ação e que só secundariamente podem vir a ser formuladas explicitamente como regras ou normas. (DURHAM, 2004, p. 230-231)

Esta discussão torna-se interessante para este trabalho na medida em que a cultura é tomada como um diferencial no momento da aquisição de credenciais que possibilitam ascensão social – ou ao menos uma manutenção no mesmo grau que alguém se encontra. A formação de um mercado competitivo e de uma burocracia são essenciais para a questão, como pudemos ver anteriormente. Collins (1979) afirma que as credenciais educacionais são mais enfáticas em grandes burocracias nacionais e a cultura, neste caso, se estabelece como um recurso social determinante. O padrão cultural tem uma determinação central ao criar grupos igualitários, através de recursos culturais comuns. Collins (1979) reorganiza o pensamento weberiano ao estabelecer que a passagem de comunidades para associações é dada a partir de uma tomada de consciência que traz consigo uma alta formalização da identidade grupal institucionalizando, assim, determinadas situações. O mérito, aspecto que pretendemos nos debruçar posteriormente neste trabalho, não foge desta institucionalização.

A cultura produz ambas as relações horizontais e verticais. Pessoas com recursos culturais comuns tendem a formar laços igualitários como amigos ou *co-membros*¹⁶ de um grupo. Tais grupos, como temos visto, são atores principais dentro da luta para controlar organizações, sobre o ritmo de trabalho, critério de *gatekeeping*¹⁷, a definição de deveres posicionais e pré-requisitos, acesso ao **mérito**¹⁸, ou ao avanço pessoal. (COLLINS, 1979, p. 59)¹⁹

Esta cultura tem um papel importante na aquisição de credenciais por formar grupos que estabelecem internamente os critérios de merecimento. Mcnamee e Miller Jr. (2004), ao estudarem a sociedade norte-americana, declaram que alguns fatores são importantes como

¹⁶ Grifo meu.

¹⁷ Palavra sem tradução direta para o português, podendo ser livremente traduzida como controle de acesso de entrada.

¹⁸ Grifo meu.

¹⁹ Tradução minha. Original: “Culture produces both horizontal and vertical relations. Persons with common cultural resources tend to form egalitarian ties as friends or co-members of a group. Such groups, as we have seen are major actors within struggles to control organizations, whether over work pace, gatekeeping criteria, the definition of positional duties and perquisites, assessment of merit, or personal advancement.” (COLLINS, 1979, p.59)

ponto de partida para a aquisição de prestígio. Eles enumeram, em especial, dois fatores: o primeiro, é o chamado *silver spoon*²⁰, nele eles traçam o perfil daqueles que já nascem em condições financeira, social e cultural privilegiadas. Neste caso há um claro repasse de uma herança que não se classifica como exclusivamente financeira, há, como em um paradoxo, uma relação direta de ciclo da dádiva, através de uma troca simbólica e retribuição dentro do seio familiar – como aconteceria em um vínculo comunitário – uma vez que “o elemento essencial de uma estrutura comunitária é a participação de todos em uma mesma cultura, cujo conteúdo total é abarcado por cada indivíduo” (DURHAM, 2004, p. 223); o segundo fator é representado pelos capitais cultural e social – sendo o primeiro institucionalizado na forma de qualificação educacional, e o segundo organizado a partir de conexões e títulos quase estamentais advindos dessas redes (BOURDIEU, 1986), é o chamado “quem você conhece” ou, como o título do capítulo deixa bem claro: “*Não é o que você sabe, mas...*”²¹

Estas formas de regulação ao acesso a um cargo ou posição social não são novidades dentro de um panorama histórico mais amplo, como dissemos anteriormente. A formação de especializações ocupacionais – e como consequência a profissionalização – se dá desde a Idade Média²². É necessário entender que a formação do Estado moderno e das burocracias nacionais são eventos de cunho bastante recente, que se estabelecem em meados do século XVIII e XIX, com raras exceções. Mesmo assim, a civilização não passou a existir após essas formações: anteriormente a centralidade do poder na Europa era – fora os reinados – colocada na organização religiosa.

Collins (1979), ao tratar da questão das credenciais escolares, faz um importante paralelo com a questão da religião, afirmando que tais credenciais e títulos de distinção têm uma forte relação com a santidade, dada pela igreja àqueles que se destacam dentro das regras e do caminho traçado pelo corpo eclesiástico²³. Além disso, a questão multiétnica na Europa da alta Idade Média fez com que a instituição católica tivesse um papel fundamental como moeda

²⁰ *Silver spoon* é mais um termo dificilmente traduzível para o português, pois significa *Colher de prata*. Dentro da tradição norte-americana, seria o mesmo que dizer, em bom português, que a pessoa nasceu em *berço de ouro*.

²¹ Tradução minha. No original: *It's not what you know but...social and cultural capital*.

²² É importante lembrar que alguns autores chamam a atenção para organizações burocráticas em sociedades fora da Europa em tempos antigos, com todo um aparato estatal, tendo até critérios meritocráticos como na China e no Japão (sendo esse especialmente organizado através de um vínculo de senioridade que reverbera na sociedade até os dias atuais), tratados especificamente pela autora Livia Barbosa (2003), e nas organizações burocráticas da expansão da civilização grega ao leste mediterrâneo e do Egito, em particular.

²³ Collins (1979) chega a afirmar uma pré-centralidade europeia, durante a idade média, de cunho até linguístico, através do latim, tendo como influência o papado.

cultural na formação de uma unidade, a partir do papel da igreja, das escolas e fundamentalmente de um corpo universitário inicial.

Este fenômeno cria um início de regulação do acesso a cargos que a burocracia exige em sua base: a formação de um corpo especializado. Para pensarmos outro aspecto fundamental desta regulação é necessário voltarmos a outro campo já mencionado anteriormente: o mercado. A junção destes dois fatores principais criam a necessidade da especialização e a competição como forma de disputa entre indivíduos. A autonomia, a partir deste ponto, passa a ser colocada, aos poucos, como algo a ser inserida no indivíduo, que passa a basear suas relações não mais em construções históricas e tradicionalmente comunitárias, mas a partir de vínculos associativos essencialmente – pelo menos, em teoria, livres. Essa quebra é descrita a partir da colocação do *self pontual lockeano* estabelecido pelo filósofo canadense Charles Taylor:

A concepção moderna de razão é, pelo contrário, procedimental. O que somos chamados a fazer é não nos tornar contempladores da ordem, e sim construir uma descrição das coisas de acordo com os cânones do pensamento racional. (...) A racionalidade é sobretudo uma propriedade do processo de pensar, e não o conteúdo substantivo do pensamento. (TAYLOR, 2011, p. 220)

O acesso regulado, como entendemos no Brasil dos dias atuais, difere bastante daquele ao qual Randall Collins (1979) nos mostra. O autor faz uma acurada análise do crescimento e desenvolvimento do sistema educacional norte-americano em comparação com outras sociedades, em especial a europeia. O argumento é tratado a partir da democratização do ensino médio nos Estados Unidos “sem barreiras elitistas” durante meados do século XX²⁴, fazendo com que qualquer pessoa possa chegar a um patamar avançado em relação à sua educação e, como consequência adquirir as credenciais necessárias para a prática ocupacional/profissional. É importante frisar que ele não estabelece estas relações de maneira ingênua, muito pelo contrário. O autor trata de analisar diversos conflitos sociais e étnicos na sociedade norte-americana que fazem com que venham a existir barreiras para essa “livre” aquisição, como Collins (1979, p. 72) mesmo afirma: “Educação, como já argumentei em outro lugar, poderia muito bem ser chamada de pseudoetnicidade.”²⁵. A universalização do ensino médio, segundo

²⁴ Essa é uma afirmação muito complicada de se fazer, uma vez que por mais que haja uma universalização do ensino médio nos Estados Unidos da América, a sua forma de organização é bastante controversa, existindo casos de extremo sucesso e casos de extrema falha. Isso para não mencionar os cursos preparatórios particulares, conhecidos como *prep. schools* que tem como objetivo uma formação diferenciada para entrar em universidades renomadas, como as da Ivy League. Digo isso, porque o autor usa o argumento como oposição ao modelo de ensino europeu, como os *lycées* franceses, por exemplo.

o autor, é fruto da necessidade de uma expansão tecnológica e que cria um forte vínculo com a tecnocracia.

O exemplo brasileiro corre longe do que Collins trabalha na sociedade norte-americana, ainda mais quando falamos neste trabalho de uma burocracia estatal, em comparação à iniciativa privada do exemplo original. O Brasil contemporâneo passa por uma situação que podemos chamar de análoga ao objeto de pesquisa de Collins, com o crescimento no nível de instrução formal da população de maneira geral e expansão do ensino superior pelo país. Por mais que esta expansão tenha acontecido, parece que o mercado não tem espaço suficiente para reter todos esses trabalhadores. Desta maneira, o aparato estatal aparece como uma alternativa para a entrada de boa parte destes trabalhadores. É importante ressaltar, todavia que, por maior que o Estado brasileiro seja, há um decréscimo na percentualidade de trabalhadores estatais nas últimas décadas.

Em um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no ano de 2007, o Brasil tinha uma taxa de 25,26% de empregados públicos, em comparação com 32,71% no ano de 1995, ou seja, um decréscimo considerável. Vale lembrar, ainda, que estes empregos públicos não são todos contratados a partir de concursos, mas também através de outros vínculos²⁶, como contratação temporária dos médicos, por exemplo.

Dentro do universo do concurso público, que é o que nos interessa, o acesso é regulado aprioristicamente a partir de credenciais educacionais, onde, espelhado por uma ideologia burocrática e racionalizante, somente os mais capazes podem assumir tais cargos e, ainda mais, ter o direito de concorrer a eles. Em algumas áreas, a credencial é mais do que necessária, visto que a ocupação lida com problemas específicos, como é o caso da medicina ou da engenharia, por exemplo. Nestas situações, o próprio exercício da função é regulado desde o princípio da prática por corpos organizados tanto do Estado, quanto dos próprios conselhos regidos por seus pares. Outras ocupações são reguladas por critérios que são até hoje bastante discutidos, como a função de delegado de polícia, que tem como obrigação a formação em direito. Por mais instigante que seja essa discussão, surge aqui mais como uma alegoria para pensarmos a regulação do acesso, do que para um debate aprofundado, dado que o autor não tem esse objetivo.

²⁵ Tradução minha. No original: "Education, as I have argued elsewhere, might very well be called pseudoethnicity" (COLLINS, 1979, p. 72)

²⁶ O estudo do Ipea divide os funcionários públicos em cinco grupos: (1) Forças armadas e policiais militares; (2) bombeiros; (3) não estatutários sem carteira; (4) não estatutários com carteira; (5) estatutários. (MATTOS, 2011)

O que pretendemos aqui é demonstrar que a aquisição de credenciais que regulam o acesso a uma ocupação tem como efeito a criação de grupos específicos e especializados, baseados em uma moeda cultural, como explica Randall Collins:

Os efeitos da difusão da moeda cultural sobre o reino ocupacional não são para união, mas para dividir. Grupos ocupacionais especializados vem cada vez mais em posse de recursos para monopolizar posições para a sua própria vantagem local. Na maioria, a moeda cultural leva ao desenvolvimento de uma autoconsciência e da organização de grupos de trabalhadores dentro de especialidades particulares. (COLLINS, 1979, p. 72)²⁷

Ou seja, a cultura, especialmente aquela que se traduz em uma escolarização formal, se traduz como a forma de regulação entre aqueles que podem vir a ter oportunidade dentro de um sistema burocrático, racional e inserido dentro de uma lógica de mercado de competitividade. No Brasil, vemos isso dentro da dinâmica dos concursos públicos, objeto central deste trabalho, quando a educação se torna necessária para uma futura carreira, independente da capacidade individual do indivíduo. A credencial se torna necessária como forma de racionalização de um processo de contratação dentro do seio do Estado. São descartadas assim as experiências *in-job*²⁸ ou até o passado ocupacional/profissional do candidato²⁹.

O pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio), Fernando de Castro Fontainha, em entrevista ao portal IG (LAPORTA, 2014) demonstra a necessidade de um novo marco regulatório em torno das contratações públicas e expressa sua opinião quanto aos pré-requisitos e a regulação ao acesso ao mercado de trabalho público no país ao ser perguntado sobre a necessidade ou não de uma prova prática dentro dos concursos públicos:

Nós sugerimos que sim. Ou prova prática ou requisitos de experiência prévia. O médico do Ministério da Saúde faz apenas uma prova de múltipla escolha para ser admitido. A única exigência é de que ele seja bacharel em medicina. Isso é no mínimo questionável. Mas não quero parecer elitista. O cargo de

²⁷ Tradução minha. No original: “The effects of widespread cultural currency upon the occupational realm are not to unify it, but to divide it. Specialized occupational groups come increasingly into possession of resources for monopolizing positions for their own local advantage. At most, cultural currency leads to the development of self-conscious and organized groups of workers within particular specialties.” (COLLINS, 1979, p. 72)

²⁸ Aprendizados adquiridos dentro da prática ocupacional.

²⁹ Com raras exceções, como no caso do Juiz, que exige a prática do Direito anteriormente ou do professor, que geralmente é beneficiado por experiências docentes anteriores, mesmo passando pelo mesmo processo do concurso público anteriormente aos pré-requisitos expostos, no caso do professor.

técnico do INSS, que pede ensino médio, e que em 2012 recebeu quase um milhão de candidatos, é alguém que fica atrás do balcão atendendo pessoas. Ele é avaliado por uma prova de múltipla escolha, com questões de direito previdenciário, português, informática. Mas a competência fundamental para prestar um bom atendimento público não é avaliada, apesar de ser fundamental. (LAPORTA, 2014)

Ou seja, começa a existir hoje uma nova perspectiva sobre a regulação do acesso ao funcionalismo público brasileiro, como partícipe de uma reforma administrativa respeitando um aspecto cultural do Estado, que é uma considerável presença do funcionalismo desde períodos históricos, como destacamos através de Raymundo Faoro (2012) e Gilberto Freyre (2004). O debate sobre uma reforma administrativa dentro do Estado brasileiro perpassa um amplo debate cultural além da questão do funcionalismo público, pois há uma forte ligação entre estas organizações. A ligação entre a representação e a ação dentro da dinâmica cultural brasileira em relação ao Estado e ao funcionalismo público, em especial neste trabalho, tem que ser pensada com a seriedade necessária para não desconsiderar as raízes culturais, nem um processo racionalizante do Estado que tem como finalidade a democratização de oportunidades. Vale lembrar as palavras de Randall Collins, quando ele fala sobre a questão da corrida por oportunidades e o vínculo cultural como moeda de troca:

Mas o resultado de tal processo de expansão de oportunidades educacionais pode trazer pouca ou nenhuma mudança na ordem de estratificação entre os grupos. Se previamente grupos dominantes mantinham uma vantagem na corrida por recursos culturais, eles devem também finalizar com a mesma posição de comando em um sistema de estratificação baseado culturalmente, da mesma maneira que em um mais primitivo baseado economicamente ou politicamente. (COLLINS, 1979, p. 66)³⁰

Esta análise nos leva a pensar mais diretamente sobre o mérito em si não só como forma de diferenciação social, mas como um sistema de valores.

³⁰ Tradução minha, no original: “But the outcome of such a processo of widening educational opportunities may bring little or no change in the order os stratification among groups. If previously dominat groups maintain a head start in the race for cultural resources, they may well end up with just as commanding a position in a culture-based stratification system as in a more primitive economically or politically based one.” (COLLINS, 1979, p. 66)

3.4. O MÉRITO NA ATUALIDADE: DEBATES CONCEITUAIS

Pensar as relações do merecimento na nossa sociedade exige uma análise que se proponha a tecer uma relação tanto voltada para o indivíduo quanto para a sociedade em geral. Estes dois mecanismos de análise estão ligados pela ideia central em torno do tema: as diferentes formas como as relações de desempenho são organizadas e são interpretadas no seio de nossa sociedade. O desempenho é essencialmente uma forma relacional de pensar os indivíduos e suas práticas, fazendo com que os atos e resultados de um trabalho possam ser colocados dentro de uma escala comparativa e, por consequência, competitiva. Esta dinâmica do desempenho relacional vem caminhando em conjunto com o escopo de ideias trazidas inicialmente neste capítulo, como definidoras de uma sociedade capitalista complexa.

Neste contexto, o mercado é o local que traz na sua própria função a competição, sendo um espaço de trocas no qual os agentes se colocam como competidores entre si, se relacionando a partir de relações como a barganha e o desempenho, propriamente dito. Essas trocas, de uma maneira ou de outra, não têm a necessidade de serem materiais, podendo ser também simbólicas, como mostrado por Pierre Bourdieu (2013) no seu conhecido estudo sobre a autonomização e funcionamento do campo de produção erudita.

A burocracia também tem uma importância fundamental no arranjo deste mercado, tendo o papel de organização e sistematização do desempenho a partir da formulação de regras para ordenação da empresa capitalista, como descrita por Max Weber (2012). O acesso regulado também tem função central na dinâmica do desempenho, pois é nele que se estabelecem os padrões culturais necessários que acabam por regular a entrada de uns e a exclusão – parcial ou total – de outros do processo. Collins (1979), nos ajuda a pensar esta perspectiva ao deixar claro que a educação não está associada diretamente a níveis de produção individual. O autor estabelece, assim, que o trabalho – em sua maioria – é apreendido pelas oportunidades de prática do mesmo, mostrando que grandes burocracias e empresas capitalistas colocam a ênfase na credencial educacional, quando na verdade ela pouco versa sobre a prática e sua finalidade, que no caso é o desempenho.

Vemos, assim, que o desempenho e a competição em torno dele é podada à princípio pela organização do mercado e da burocracia a partir de critério como o acesso regulado, que

por sua vez está bastante ligado às credenciais educacionais do indivíduo. Ora, vemos assim um corte dentro da competição por colocações ocupacionais que poderiam estar mais abertas a um público menos específico. A partir desse momento, precisamos estabelecer as formas como o merecimento, ligado diretamente ao desempenho relacional, se estabelece na nossa sociedade para, a partir daí, podermos fazer uma análise mais refinada sobre o tema em questão.

3.4.1 Afinal, qual a diferença entre o mérito e a meritocracia?

Entender a diferença de abrangência entre estes dois termos é um passo fundamental para a análise sobre o tema, uma vez que a sua utilização é dada de maneira bastante ligada uma a outra, passando despercebida, assim, a grande necessidade de diferenciação entre os termos.

O mérito deve ser analisado como o resultado do desempenho de um indivíduo e das sanções positivas que são colocadas sobre o próprio. Nesta perspectiva, nós podemos falar de uma sociedade que caminha para uma individualização, fazendo com que sejam criadas o que o sociólogo francês François Dubet (2009) coloca como as desigualdades justas. Mesmo assim, o conceito fica longe de parecer bem organizado a não ser que seja debatido primeiramente o conceito de meritocracia.

A meritocracia é dada como a sistematização do conceito de mérito na sociedade. Contudo, ela pode ser dividida entre duas formas correntes segundo a antropóloga Livia Barbosa (2003): na primeira, a sua face negativa, a meritocracia deve ser considerada como um conjunto de valores que vai em sentido contrário a qualquer tipo de privilégio; na segunda, sua face afirmativa, na qual o desempenho é dado como critério básico para a organização social, a qual Barbosa afirma que não existe consenso na sociedade, podendo ser tomada, assim, múltiplas interpretações. A autora continua a se debruçar sobre o conceito trabalhando a diferença entre os sistemas meritocráticos e a ideologia meritocrática sendo, o primeiro, um critério de organização social, enquanto e, o segundo, um valor englobante a partir de uma legitimação hierárquica. Em resumo, a autora quer nos dizer que a meritocracia está presente na nossa sociedade baseada em três pilares fundamentais: a igualdade de oportunidades; a eficiência na seleção de pessoas; e a democracia. Vemos, assim, como o mérito e a meritocracia

– como entendemos hoje – são, ao mesmo tempo, um conceito, uma prática e um sistema que tem como objetivo um apelo modernizante da sociedade. Isto se dá porque uma vez que está baseado em pilares que sobrepõem o privilégio como algo dado pela natureza ou laços consanguíneos, procurando uma racionalização do mesmo, criando as tais desigualdades justas.

Desta maneira, a meritocracia está ligada muito mais fortemente a uma análise mais estrutural, uma vez que ela é abrangida dentro do princípio da sistematização do mérito como fator de diferenciação social e distribuição de privilégios justos. É criada, a partir daí, a organização de um sistema complexo que engloba todos os indivíduos sob a sua tutela, algo estruturante e difícil – para não dizer impossível – de se esquivar. A meritocracia acaba por se tornar algo que não podemos negar, é um fator de grande importância dentro da sociedade e que traz em sua organização a hierarquização de pessoas sob a égide do desempenho individual através de uma ótica liberalizante. Sendo assim, qual seria o ponto de análise do trabalho?

O trabalho em questão tem como principal objetivo entender a colocação do indivíduo dentro dessa ótica estruturante da meritocracia. O que é entendido como potencialidade do agente na organização do sistema de hierarquização de desempenhos relacionais. Sendo assim, a meritocracia como algo presente em nossa sociedade não é um ponto a ser debatido à exaustão, mas sim como essa dinâmica meritocrática individualiza os agentes em torno de seus desempenhos preconizando a competição, sem que antes haja um debate em torno do que se deve ser pensado como desempenho em uma instância central como Estado e os seus concursos para cargos públicos, afinal. É fundamental, assim, pensar como o indivíduo se organiza dentro desse jogo, em especial dentro do campo do funcionalismo público brasileiro. Como a própria Livia Barbosa nos diz:

A ausência do consenso, contudo, não decorre do fato de que as pessoas discordam acerca do desempenho (talento + habilidade + esforço) como critério fundamental, e sim de que existam múltiplas interpretações acerca de como avaliar o desempenho, do que realmente entra no seu cômputo, do que sejam talento e esforço, de quais são as origens das desigualdades naturais, da relação entre responsabilidade individual e/ou social e desempenho, da existência de igualdade de oportunidades para todos, da possibilidade concreta de mensuração do desempenho individual etc. (BARBOSA, 2003, p. 22)

Ou seja, ao pensar a organização da meritocracia como algo que está dado no seio da nossa sociedade, nos resta pensar como o indivíduo se coloca através dessa estrutura, que no final das contas, se mostra como muito difícil de ser refutada. O mérito surge, assim, como uma

relação do próprio indivíduo com esta organização social, das formas que ele entende como são mensurados o fator desempenho, por exemplo, e que podem trazer um retorno imediato ou a longo prazo para ele. Torna-se assim, um mercado na qual a troca é baseada em regras específicas e regulada por um acesso que demanda certas credenciais de maneira apriorística, como forma de entrar no jogo. Veremos com mais detalhes adiante, como se delineiam as regras do jogo dentro de um campo com bastante concorrência no mercado profissional brasileiro, o campo do funcionalismo público.

3.4.2 Mérito e Desempenho: construções culturais

A forma como o desempenho é pensado tem uma forte e densa relação com a cultura em que este se encontra inserido. Diferentes culturas acabam por organizar para si como o mérito pode ser medido e, além disso, criam formas que facilitam ou barram indivíduos na entrada através competição.

A reflexão aqui trazida se fundamenta em diversos autores que versaram sobre o mérito e a meritocracia em sociedades distintas, todas se encontrando incluídas – pelo menos as citadas aqui – dentro de um capitalismo complexo, fazendo com que alguns determinantes sejam fixos. Contudo, a forma como o desempenho é trabalhado difere bastante. Alain Ehrenberg (2012) por mais que trate centralmente no seu livro *La société du malaise* sobre a questão dos vínculos entre a modernidade e a psiquiatria, ele não deixa de demonstrar as diferenças claras entre a sociedade francesa e norte-americana em relação aos padrões culturais sobre o desempenho:

Nós usamos as mesmas palavras com as quais nós acreditamos que com eles têm diferentes significados e palavras diferentes, que estamos convencidos de que são talvez bons para eles, mas não para nós. É a mesma com eles: a nossa fraternidade, sem a qual acreditamos que a liberdade e a igualdade são sem sentido, é equivalente a um Estado-Babá (*nanny state*). Eles colocam a ênfase no mérito, nós colocamos na proteção. Há duas lógicas de reciprocidade. (EHRENBURG, 2012, p. 33-34)³¹

³¹ Tradução minha. No original: “Nous employons donc à la fois le mêmes mots, avec lesquels nous croyons nous comprendre alors qu’ils possèdent des significations différentes, et des mots différents dont nous sommes

O que Alain Ehrenberg quer explicitar neste texto é, de maneira sincrônica, que as relações culturais dentro de um país específico fazem com que palavras e credos criem lógicas diferentes de reciprocidade. Desta maneira, as relações com o Estado, por exemplo, são muito mais próximas ao indivíduo na França do que nos Estados Unidos, onde reina uma relação com o indivíduo muito ligada à questão do *Self-Reliance*³². Mesmo assim, alguns autores por vezes tem opiniões contrárias quanto a essa questão. Enquanto Ehrenberg (2012) trata do tema para demonstrar uma crise dentro desse *Self-Reliance*, Livia Barbosa (2003) trata do assunto como um esquema dado e um traço determinante dentro da personalidade norte-americana. Ela argumenta, comparativamente à realidade brasileira, em que o desempenho seria relacionado diretamente às condições sociais pré-estabelecidas, ao contrário da sociedade norte-americana, onde o indivíduo é responsável pelos seus atos indiscriminadamente. Esta questão passa diretamente pela definição de igualdade de oportunidades em ambos os países uma vez que nos Estados Unidos, esta igualdade seria entendida como um valor quase natural do indivíduo, a partir das suas semelhanças como ser humano. Sendo assim, é dada a corrida para uma busca das suas diferenciações a partir de uma substância composta por talento e personalidade. No Brasil, por outro lado, é como se não houvesse um fim na corrida para uma igualdade de oportunidades, sendo esta sempre trazida à cena como algo que serviria de justificativa para a dificuldade ou à não obtenção de uma colocação, de alguma forma, almejada. Acharmos um tanto problemática a visão da autora em questão por pensar que alguns argumentos são bastante contraditórios, por exemplo: ela questiona o acesso aos cargos públicos no Brasil, que já são protoconstituídos desde a legislação de 1824, por determinar o desempenho e o mérito como fatores essenciais para a ascensão. Porém, estes estariam diretamente determinados à questão da cidadania que seria, por sua vez, ligada ao voto. Ora! Não conseguimos estabelecer fosso tão grande entre a sociedade brasileira e a norte-americana, uma vez que até a década de 1960 existiam grandes barreiras raciais ao poder de voto, e por consequência a cidadania como um valor central e prática dentro da democracia, para milhões de negros, majoritariamente, sulistas. Haja *Self-Reliance*, no seu sentido mais literal de autoconfiança, para pensar que a situação

convaincus qu'ils sont peut-être bons pour eux, mais non pour nous. Il en va de mêmes pour eux: notre fraternité, sans laquelle nous pensons que la liberté et l'égalité sont vides de sens, est équivalente pour eux à un état-nounou (nanny state). Ils placent l'accent sur le mérite, nous le mettons sur la protection. Il y a là deux logiques de la reciprocité." (EHRENBURG, 2012, p. 33-34)

³² O termo *Self-Reliance* é traduzido como autoconfiança para o português, contudo, ele é um chavão dentro da área, ganhando contornos próprios que são difíceis de traduzir, é estabelecido como um traço moral do indivíduo norte americano.

poderia ser mais cidadã do que a nossa (mesmo a nossa realidade não se furtando de sua crueldade diária e velada)!

Lívia Barbosa também trabalha no seu livro a questão meritocrática no Oriente, tratando o Japão como centro de sua investigação pormenorizada. Nela, ela estabelece a questão da senioridade como fator principal de análise e progressão por desempenho. Com este exemplo ela deixa claro que o merecimento e o desempenho não têm sempre uma lógica relacionada à *performance* individual, sendo algumas vezes colocada no plano coletivo. Esta questão é voltada para um rechaço da ideia de individualidade entendida no Ocidente.

Os japoneses partem do pressuposto de que, como as pessoas não nascem iguais, ou seja, apresentam desigualdades naturais, cabe a sociedade aplinar as arestas decorrentes do confronto dessa diversidade. Se cada um perseguir seus objetivos, der vazão às suas preferências e viver sob os desígnios de suas individualidades, o resultado será uma grande disputa na sociedade. Portanto, os grupos tomam a si a tarefa de ignorar, coibir e neutralizar, institucionalmente, certas diferenças entre os indivíduos. (BARBOSA, 2003, p. 80)

Também já existem debates sobre o mérito e a meritocracia na Índia. O sociólogo Amman Madan (2007) trata o tema com bastante desenvoltura e propriedade ao estabelecer as bases de um sistema meritocrático no seu país e o desenvolvimento do mesmo em dias atuais. A Índia, um país dominado por um colonialismo ferrenho que se sobrepõe a um sistema de castas milenar, sofre com a necessidade da inclusão dos seus cidadãos em um sistema escolar clássico, em especial no ensino superior. Desta maneira, ele tece críticas às formas de credencialismo no país através de narrativas sobre a realidade social vigente.

Há muitos milhões na Índia de hoje que iriam jurar por mérito. Ela inspira lakhs³³ de estudantes e seus pais para vir para as ruas em sua defesa. Qual é a culpa, dizem, da pessoa trabalhadora que labuta dia e noite para finalmente ganhar uma entrada para um instituto de prestígio, apenas para ser destronado no posto por um candidato cota reservada. (MADDAN, 2007, p.3048)³⁴

³³ Lakhs é uma medida dentro do sistema numérico indiano equivalente a cem mil.

³⁴ Tradução minha. No original: “There are many millions in India today who would swear by merit. It inspires lakhs of students and their parents to come out into the streets in its defence. What is the fault, they say, of the hardworking person who toils day and night to finally gain entrance to a prestigious institute, only to be pipped at the post by a reserved quota candidate.” (MADDAN, 2007, p. 3048)

Assim, é interessante perceber as similitudes entre a sociedade indiana e a nossa, em particular onde as formas de ingresso em universidades são questionadas a partir de uma visão simplista de um desempenho relacional. Duas sociedades distantes culturalmente e geograficamente, porém, ligadas por um traço que parece ser uníssono dentro das sociedades que foram colonizadas: a manutenção de privilégios. Logicamente que estes privilégios são pensados hoje dentro de uma formatação racionalizante, porém, parecem ter os mesmos efeitos quando são colocados em disputa com as classes dominantes de suas respectivas sociedades. A desarticulação que antes era tocada a partir de um vínculo puramente aristocrático, hoje é colocada a partir da ótica do credencialismo e do desempenho puramente individualizante, um tipo de importação da noção de *Self-reliance*.

3.4.3 Mérito e justiça: uma discussão com François Dubet

O sociólogo francês François Dubet (2009) teve, como um dos rumos de sua análise sobre a sociedade, o questionamento sobre o conceito de justiça/injustiça dentro do ambiente de trabalho. Nele, ele traça questões referentes à satisfação do trabalhador e como esta análise se desdobra em um questionamento sobre a visão da justiça no ambiente de trabalho. Para isso, o autor colocou no centro do debate três conceitos que se estabelecem como parâmetros para o que pode ser desenvolvido como justiça dentro do ambiente de trabalho. Procuramos, nesta parte, apresentar tais conceitos e demonstrar como o autor coloca o indivíduo como figura central do que se entende como justiça, pensando as suas sincronias e diacronias com a estrutura organizacional.

O trabalho de Dubet em *Injustice at work* (2009) é fundamental para o presente estudo pois ele organiza o conceito de justiça no trabalho baseado em três pilares fundamentais que nos ajudam a analisar a sociedade brasileira como um todo: o primeiro é o conceito de igualdade; o segundo o conceito de mérito; e o terceiro o conceito de autonomia.

Dentro da análise sobre igualdade feita pelo autor, distingue-se dois tipos fundamentais desde o princípio sendo, o primeiro, a igualdade de posição e, o segundo, a igualdade de oportunidades. Ele afirma que a igualdade de posição é uma questão central dentro da

sociedade, pois é ela que nos coloca como iguais... Dentro deste conceito há uma centralidade na crítica a privilégios e hierarquias sendo, assim, estabelecidos os preceitos fundamentais do que nos torna indivíduos. Enquanto que no segundo caso, o da igualdade de oportunidades, ela é a que organiza a tomada de posições dentro desse corpo de indivíduos igualados. Mesmo assim, esta forma tem em si uma perseverante vigilância sobre qualquer tipo de discriminação perante o acesso de pessoas às vagas e oportunidades que podem vir a acontecer. Neste caso, então, a igualdade de oportunidades surge, pelo menos em teoria, como uma forma de rechaçar qualquer vínculo discriminatório que possa vir a ser naturalizado perante um grupo de pessoas como o racismo, sexismo e etc.

Entretanto, a igualdade traz consigo a organização de grupos específicos que se estabelecem como criadores e mantenedores de uma ordem social entre os seus iguais, um exemplo é a formação de hierarquias profissionais, nas quais se estabelecem hierarquias que colocam certas ocupações como mantenedoras de um alto *status* dentro da nação, “da mesma maneira que hierarquias religiosas foram uma vez justificadas pela necessidade de preservar a comunidade de fieis.”³⁵ (Dubet, 2009, p. 36). A dinâmica da igualdade demonstra assim, a criação das chamadas desigualdades justas. Dubet esclarece neste ponto o papel da escola como uma figura da justiça em uma sociedade injusta. A grande maioria dos seus entrevistados entendem que os diplomas escolares e, por consequência, o credencialismo, como algo justamente adquirido, colocando assim a instituição como uma das mantenedoras da justiça social em sociedades complexas e diversificadas. Ele nos fala que “a justiça social, portanto, consiste em limitar o impacto das desigualdades sociais sobre a seleção escolar, em vez de mitigar o impacto de desempenho acadêmico sobre as desigualdades sociais.”³⁶ (Dubet, 2009, p. 45), uma vez que a questão acadêmica quando é conquistada pelo indivíduo tem o respaldo de uma instituição social (a academia, no caso) ranqueada em alto nível dentro da hierarquia profissional dentro da sociedade.

Gostaríamos de passar diretamente para a questão da autonomia, deixando o mérito para a finalização da análise da obra de Dubet, buscando, assim um caminho diferente do percorrido

³⁵ Tradução minha. No original: “(...) in much the same way that religious hierarchies were once justified by the need to preserve the community of the faithful.” (DUBET, 2009, p.36)

³⁶ Tradução minha. No original: “Social justice therefore consists in limiting the impact of social inequalities on scholastic selection, rather than mitigating the impact of academic achievement on social inequalities.” (DUBET, 2009, p.45)

pelo autor, mas explicitando que o fazemos pela necessidade de colocar o mérito como centro da análise, sendo este trabalhado por último.

A autonomia, segundo o autor, é a face da liberdade entre o que esquematiza a justiça dentro do ambiente de trabalho. Nela, o indivíduo tem a possibilidade de se sentir preenchido pela sua capacidade de se ocupar naquilo que lhe dá prazer. O debate em torno da autonomia³⁷ e, em consequência, da liberdade, ganha, segundo o autor, delineamentos éticos, uma vez que é uma relação do indivíduo com ele mesmo. Dubet ilumina este debate ético ao fazer menção à Hannah Arendt e à questão da diferenciação entre o *Kako* e o *Kalo*, no livro *A condição humana* (1981), quando ela debate como os gregos diferenciam o labor e o trabalho. O primeiro aparecia como uma característica mais vulgar enquanto o segundo se preconiza por uma relação de autossatisfação do indivíduo com a ocupação e seu esforço consequente. Ou seja, no exemplo do *kalo* o trabalho exerce uma demanda específica para o prazer e preenchimento dessa relação do indivíduo com ele mesmo, característica necessária dentro das relações sociais atuais.

Dubet refuta com veemência qualquer tese do fim do trabalho, embora admita que a ocupação não estabelece um valor fundamental e universal como em outros momentos históricos, por exemplo, através da chamada vocação, mas ele estabelece como de suma importância a perspectiva do indivíduo se ver como único e autêntico dentro das interações sociais que ele desenvolve. Desta maneira, o individualismo traria consigo uma democratização do *kalo*, através de uma autonomia do indivíduo no seu ambiente ocupacional.

Para Dubet, o mérito é um ponto central quando falamos sobre justiça no ambiente de trabalho porque, para ele, o termo anda de mãos dadas com os conceitos de liberdade democrática e com o conceito de igualdade. Para que uma pessoa possa ter seu desempenho aferido é necessário que as pessoas sejam pelo menos iguais aprioristicamente e também livres para fazerem suas próprias escolhas. O autor explicita que o mérito é resultado de uma relação entre contribuições e recompensas baseadas no princípio da eficiência. Contudo, ele afirma que estas recompensas não podem ser reduzidas à questão financeira, a qual é mais pensada dentro

³⁷O assunto da autonomia é central dentro do campo da sociologia do indivíduo, Ehrenberg (2012) diz que: “A sociologia individualista caracteriza a autonomia pela série pessoal-psicológica-privada. Isto é o que temos de quebrar para melhor refletir a sociedade do homem-indivíduo: não é porque a vida humana parece mais pessoal que agora é menos social, menos político ou menos institucional. Ela é o contrário.”. Tradução minha. No original: “La sociologie individualiste caractérise l'autonomie par la série personnel-psychologique- privé. Voilà ce dont il faut briser l'évidence pour mieux rendre compte de la société de l'homme-individu: ce n'est pas parce que la vie humaine apparaît plus personnelle aujourd'hui qu'elle est moins sociale, moins politique ou moins institutionnelle. Elle l'est autrement”.

do ambiente de análise do mundo do trabalho, mas também como uma recompensa moral a partir da relação do comprometimento pessoal.

Esta dupla vinculação do mérito é trabalhada muito a partir do laço com as teorias do reconhecimento. Ele analisa que o mérito é buscado como um valor muito menos pelo o que ele pode proporcionar do que pelo o que a ausência do mesmo pode subjugar sob o agente: o reconhecimento é, assim, muito mais do que um valor qualquer neste jogo, é uma necessidade do agente. No mundo em que vivemos a ausência do mérito é desmoralizante e denota uma falta de compromisso pessoal.

Outro ponto organizado pelo autor em relação ao mérito é a questão da inflação acadêmica e como ela reflete sob os indivíduos na questão do acesso ao trabalho. Ele nos fala que existem duas formas de mérito clássicas neste aspecto: o mérito escolar, que tem mais a ver com a questão da incorporação; e o mérito que é desenvolvido *on the job*³⁸, no qual os domínios do contexto entram mais em cena. Ou seja, temos uma organização do acesso a cargos baseada em dois termos principais, que são hoje desorganizados pela inflação acadêmica que traz consigo um fosso entre as expectativas dos indivíduos dividindo, assim, cada vez mais o mundo profissional do mundo acadêmico.

De um modo geral, o fenômeno conhecido como "inflação acadêmica" diminuiu o valor das qualificações acadêmicas, criando um abismo cada vez maior entre qualificações e expectativas de um lado, e as vagas disponíveis no mercado de trabalho, por outro. Como resultado, as esferas de mérito escolar e profissional estão à deriva mais longe e mais além.³⁹ (DUBET, 2009, p. 63)

Mesmo assim, ainda são percebidas disparidades quando falamos sobre a entrada de jovens qualificados no mercado em detrimento de funcionários mais antigos que se sentem presos a uma posição dentro da empresa. Ou seja, por mais que a inflação acadêmica tenha uma importância na nova dinâmica do trabalho, as credenciais educacionais ainda contam com uma grande importância dentro do jogo da justiça no ambiente de trabalho.

³⁸ *On the job* é um termo que na sua tradução quer dizer, no trabalho, ou seja, um domínio prático.

³⁹ Tradução minha. No original: "Generally speaking, the phenomenon known as "academic inflation" has diminished the value of academic qualifications, creating a widening chasm between qualifications and expectations on hand, and the positions available on the job market on the other. As a result, the spheres of scholastic and professional merit are drifting farther and farther apart" (DUBET, 2009, p. 63)

(...) A relação entre o mérito acadêmico e profissional sempre é tensa, pois envolve a aplicação de uma esfera da justiça em outra. É indiscutivelmente injusto para o mérito profissional ser confinado pelo mérito acadêmico, que é ganho por meios diferentes e que não mede as mesmas habilidades e atributos. Para os campeões em desempenho acadêmico, por outro lado, o problema é diametralmente oposto: a incompatibilidade entre as qualificações e as posições é injusta - e cheira a 'negociata atrás de portas fechadas'"⁴⁰. (DUBET, 2009, p. 141)

Dubet nos afirma que na visão do mérito o conceito de igualdade, por mais que seja ligado aprioristicamente, se estabelece como a manutenção de uma hierarquia. Para o autor isso se dá porque sem a possível necessidade da eficiência e desempenho, os cargos provavelmente iriam se manter como estão, com as pessoas que herdaram de alguma forma tipos de capitais necessários para a função. O mérito, dessa forma, teria a sua importância na organização das hierarquias de indivíduos iguais através de suas *performances*. Por outro lado, ainda na visão do mérito, a autonomia iria criar uma atmosfera de desordem e favoritismo, uma vez que a expressão do indivíduo estaria em primeiro lugar, e não a sua ação de fato.

Do mesmo jeito, o mérito é organizado em relação às categorias que lhes são comparadas. Para a igualdade o mérito, quando aliado ao capitalismo complexo no qual vivemos, traz consigo uma maior expansão das desigualdades encontradas; já para a autonomia, o mérito desemboca em uma negação do indivíduo, uma vez que o resultado do seu trabalho é colocado em jogo e não sua expressão como ser. Essa relação entre a autonomia e o mérito é construída pelo autor a partir de uma relação com o pensamento weberiano da Gaiola de Ferro, uma vez que a racionalidade tende a prender a expressão do indivíduo a partir de uma racionalização instrumental para a produção.

Vemos, assim, que o significado de mérito para François Dubet (2009) é colocado a partir de uma esfera da justiça encontrada dentro do ambiente concorrencial de trabalho. Ele é também fortemente entendido a partir da questão da racionalização dentro desse ambiente e, por consequência, dentro do próprio sujeito. O indivíduo que coloca o mérito como um fator central do seu trabalho é entendido como um sujeito que englobou dentro dos seus valores a

⁴⁰ Tradução minha. No original: "(...) the relationship between academic and professional merit is always strained, for it involves imposing one sphere of justice on another. It is arguably unfair for professional merit to be hemmed in by academic merit, which is earned by different means and which does not measure the same skills and attributes. For the champions on academic achievement, on the other hand, the problem is diametrically opposed: the mismatch between qualifications and positions is unjust - and smacks of 'wheeling and dealing behind closed doors'." (DUBET, 2009, p. 141)

questão da produtividade e do desempenho relacional: é aquele que se adapta à racionalidade do mundo burocrático.

3.4.4. Capitalismo moderno e ascensão do mérito individual

O resultado deste capítulo pode ser entendido tanto na relação como o capitalismo moderno e complexo influencia nossas vidas e perspectivas quanto ao desempenho ou a ausência de uma característica moral que o circunscreva. É impossível negar que temas como desempenho e eficiência são bastante antigos dentro das relações humanas, mesmo em épocas pré-capitalistas. O merecimento tinha um papel social de relevância, por exemplo através da religião: a busca pela salvação é de alguma maneira uma forma de merecimento, que requer um certo empenho do fiel e toda uma organização da religião para a criação de regras e formas de chegar ao objetivo.

Porém, com o desenvolvimento do capitalismo, nós podemos falar de uma ressignificação do conceito de desempenho. Agora, ele se encontra maximizado por um processo de burocratização das funções, ou seja, a construção de um corpo de regras e, por consequência, a valorização daqueles que dominam esse corpo. A imagem de uma linha de produção fordista talvez seja o exemplo mais direto para tal relação: a divisão em tarefas para a completude de um sistema muito mais complexo. Esta ideia, aliada a um *corpus* de mercado em expansão é colocada sob o indivíduo e nele se reproduz, fazendo com que o desempenho e a eficiência apareçam como valores fundamentais em uma esfera moralizante no dia-a-dia.

Contudo, por mais clara que a imagem gráfica do fordismo possa nos dar uma visão de eficiência dentro do capitalismo, ela não serve para pensarmos muito além do que o conceito de alienação no trabalho, desenvolvido por Karl Marx. O capitalismo e, por consequência, a sociedade, mudou bastante e se tornou uma forma muito mais complexa e interiorizada dentro do indivíduo. Hoje, existe uma sistematização de valores voltada para eficiência e desempenho de maneira muito mais sofisticada. A autonomia é uma das demandas centrais do indivíduo e ela bate de frente com a questão fordista, por exemplo, do mesmo jeito que o capitalismo pede muito mais aproveitamento das suas potencialidades. Nesse caso, faz muito mais sentido

pensarmos uma imagem de um Sistema Toyota de produção, onde o desperdício é controlado e a visão para o futuro muito mais focalizada.

Toda essa alegoria com sistemas de produção nos ajuda a pensar o desenvolvimento do indivíduo dentro do capitalismo moderno. A busca por seu papel dentro da produção continua tendo um lugar central, ou seja, o trabalho continua como um valor englobante, porém de maneira cada vez mais especializada. Como nos diz François Dubet (2009, p. 83): “Esta representação deu agora lugar a modelos muito mais complexos de causalidade, mas isso não implica qualquer fim do trabalho ou o fim das classes sociais. Significa simplesmente que nem trabalho nem classe social são considerados o único núcleo da existência social”⁴¹.

O valor significativo hoje é o próprio indivíduo. Isto nos faz passar longe de qualquer alegoria sobre sistemas de produção: o sujeito já englobou esses sistemas como parte de si mesmo com o avanço de um capitalismo complexo e extremamente denso. Assim, valores como desempenho e eficiência tornam-se valores intrínsecos ao sujeito através da significação como um valor moral, que vem através de uma recompensa, seja de caráter simbólico ou material. Desempenho e eficiência não são valores individuais na sua essência, tanto no modelo fordista quanto no modelo toyotista: por mais que a ação seja muito individualizada, o desempenho está relacionado a um corpo de pessoas. O que vemos em dias atuais é a busca pela organização desses valores em níveis individuais.

A partir desse ponto, podemos ver o mérito individual florescer como um valor determinante na nossa sociedade. A individualização do desempenho pode ser lida como um novo modelo de produção. Estamos na época das políticas de meta, do *homeworking*, do *freelance*. A busca pelo êxito é ligada diretamente ao indivíduo. Temos que concordar, também, que isso não é de todo mal, assim como Marx afirma que a burguesia historicamente exerceu um papel revolucionário no combate às relações feudais idílicas, temos que falar que a ascensão da individualização do desempenho traz um combate ao que pode-se chamar de contra produtividade ou até das sinecuras, pelo menos como um valor social.

Porém, o nosso papel aqui não é valorizar um lado nem o outro. O pensamento crítico em torno deste valor globalizante que hoje é o mérito individualizado nos traz preocupações como, por exemplo, uma extrema instrumentalização do acesso regulado, uma vez incorporado

⁴¹ Tradução minha. No original: “This representation has now given way to far more complex models of causality, but that does not imply either the end of work or the end of social classes. It simply means neither work nor social class is considered the sole core of social existence.” (DUBET, 2009, p. 83)

pelo sujeito. Neste sentido nasce a nossa análise sobre o mercado de concursos públicos no Brasil, uma vez que a seleção para o ingresso neste soa nos ouvidos destes sujeitos como uma exaltação racionalizante, mas que sofre severas críticas tanto à sua capacidade de seleção quanto à qualidade na mesma. Este novo modelo de produção e seleção, baseado em critérios extremamente individualizantes, pode causar problemas em uma sociedade tão injusta e desigual quanto a nossa, especialmente na sua reprodução como uma verdade única. Alain Ehrenberg, em seu estudo sobre a *performance* nas empresas francesas modernas, nos fala sobre esse perigo em potencial representado pelo mérito nas sociedades contemporâneas.

Se o mérito é, sem dúvida nenhuma, uma modalidade da igualdade, já que, por exemplo, nenhuma sociedade hierárquica lhe atribui um valor insignificante para designar o lugar de um indivíduo na estrutura social, ele não é, necessariamente, justo. Ele pode ser, como mostraram Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron a propósito da escola, uma maneira de reproduzir a estrutura hierárquica entre classes sociais que faz cada um acreditar que a pode modificar individualmente. (EHRENBURG, 2010, p. 26)

Entender o embate entre esse indivíduo e a estrutura que o envolve é de suma importância para este trabalho e é o que nós nos debruçaremos no próximo capítulo.

4 ATORES PLURAIS, SOCIEDADES UNÍVOCAS: UM DEBATE SOBRE O PAPEL DO INDIVÍDUO NAS RELAÇÕES DE MERECIMENTO

A sociologia, desde que se estabeleceu como disciplina e como teoria social, vê-se em um embate localizado entre a esfera do indivíduo e a esfera da estrutura social. Esta relação remonta desde à sua fundação, tendo como ponto inicial de mais repercussão a sociologia de Émile Durkheim. O autor tenta estabelecer o campo sociológico a partir de uma forte diferenciação ao campo psicológico, trazendo como objeto da sociologia o fato social.

A coercitividade, exterioridade e generalidade do fato social o colocaria como algo que atravessa todos os indivíduos de uma determinada cultura, fazendo com que as análises se estabelecessem a partir de um grupo, e não a partir do indivíduo. O indivíduo começa a emergir no campo sociológico a partir do pensamento de Max Weber: o autor forma as suas análises através do que chamamos de individualismo metodológico. Dentro da sua teoria social a ação é um elemento central, ou seja, os indivíduos têm um papel preponderante dentro da constituição do pensamento do autor, uma vez que podemos encontrar um potencial de agência, não antes constatado na disciplina.

A partir da sistematização do pensamento tanto de Durkheim quanto o de Weber, vários caminhos foram abertos dentro da sociologia: desde a formação de uma psicologia social - baseada em um behaviorismo - até chegarmos à questão central do sujeito dentro da sociologia, a chamada fenomenologia. A fenomenologia, sistematizada principalmente por Alfred Schütz, tem como objeto direto de estudo o sujeito e como ele entende o mundo ao seu redor.

A sociologia fenomenológica se estabelece como o estudo das intersubjetividades, ou seja, pensando o sujeito como um fator de análise do social e como o mundo é apreendido dentro dele, no fim das contas. Outras formas de análise do sujeito surgiram com o passar do tempo, em especial a questão da escolha racional e da teoria dos jogos, as quais estabelecem no sujeito a capacidade de sistematização de suas demandas e tomada de decisões baseada em uma racionalidade em torno de expectativas e resultados.

Em suma, a questão que envolve o estudo da sociologia tendo como objeto o social ou o individual remonta a um debate muito extenso: entre as perspectivas do objetivismo e do subjetivismo nas ciências sociais. Enquanto a primeira tende a buscar generalizações entre

grupos de indivíduos, a segunda tende a procurá-las diretamente a partir dos indivíduos, ou seja, o foco da primeira são as estruturas e, da segunda, os sujeitos que a compõem.

Mesmo assim, essa redução entre estes dois padrões é muito perigosa, uma vez que ambas procuram a mesma coisa partindo, apenas, de locais e visões diferentes de análise: o entendimento do social. Acredito que, diferentemente da forma a qual Durkheim pensava, a sociologia se estabelece muito mais hoje pelos seus objetivos do que pelo seu objeto. Hoje, com a consolidação da disciplina, nós temos diferentes caminhos para chegar a uma resposta, não precisando mais reafirmar o campo a partir da negação de outra disciplina, como aconteceu com o contraponto à psicologia no início do século XX.

Nosso debate teórico se constrói a partir dessa discussão em dias atuais com o estabelecimento de uma sociologia do indivíduo – que tem como objetivo entender como o social se encontra dentro do nível individual –, tema bastante em voga especialmente dentro do campo sociológico francês, demonstrando que o objeto pode ser o sujeito, uma vez que o objetivo seja a apreensão do social contido nele. Como contraponto, temos as bases fundadoras desta sociologia francesa contemporânea, a partir do pensamento de Pierre Bourdieu que toma como ponto de partida a luta de classes e o olhar para agrupamentos mais generalizados, mesmo pensando a perspectiva do sujeito a partir da noção de *habitus*, como de disposições do indivíduo.

Esta luta dentro do campo sociológico francês se estabelece a partir de uma perspectiva sincrônica ou diacrônica ao pensamento de Pierre Bourdieu: autores como Bernard Lahire, Jean-Claude Kaufmann e Alain Ehrenberg estão localizados em um campo pós-bourdieuiano, o que não quer dizer que seja anti-bourdieuiano. Ele se estabelece por uma coordenação das ideias através dos conceitos de Bourdieu, ora afirmando, ora confrontando.

Seja através da construção de uma sociologia das propriedades disposicionais e contextuais, seja mediante a construção de uma sociologia do indivíduo enquanto processo, estes dois autores (*Lahire e Kaufmann*)⁴² partem do trabalho já efetuado por Pierre Bourdieu. Desse ponto de vista, a cultura geral, sociológica e filosófica de que dispõem é um de seus capitais mais importantes nesta luta. (BRITO, 2002, p. 12)

A formação de uma sociologia de Pierre Bourdieu é ponto fundamental para a ordenação de uma sociologia do indivíduo e de um disposicionalismo contextual. É a partir deste ponto de

⁴² Grifo meu.

vista que nos organizaremos daqui em diante, pensando a sociologia de Bourdieu e como estes outros sociólogos trataram a questão do indivíduo em sua oposição.

Teremos como centro teórico desta escola o sociólogo Bernard Lahire, uma vez que ele fundamenta o pensamento do autor mais diretamente, tentando, de alguma maneira, se livrar de alguns traços de objetivismo contidos na obra e especialmente na metodologia de Bourdieu. Mesmo assim, procuraremos não nos furtar de entender outros autores, como o Jean-Claude Kaufmann, uma vez que ele é de suma importância para a sistematização desta nova corrente no pensamento sociológico.

Como forma de desenvolver as questões que serão destacadas na teoria deste trabalho será necessária a retomada de alguns conceitos expostos inicialmente no capítulo metodológico, tal qual a questão da agência e das disposições, com o intuito de criar um terreno fértil para o desenvolvimento de questões posteriores e a introdução de novos autores no debate. Contudo, este formato nos ajudará a trazer uma maior fluidez na ligação entre a metodologia, a teoria e o campo neste trabalho.

4.1 AGENTE, ATOR E PLURALIDADE

A teoria social de Pierre Bourdieu alavanca toda uma discussão em torno dos seus conceitos de agência e estrutura. Ainda que o autor seja conhecido por colocar o agente em uma posição coadjuvante dentro dos seus trabalhos, existem brechas e espaços para tentar entender o seu papel dentro da sua teoria. Bourdieu é reconhecido por ter sistematizado uma teoria social total, que organiza a ação a partir de dois conceitos fundamentais: o *habitus* e o campo. A partir da composição destas duas categorias surge a prática, uma vez que o campo condiciona a mesma e o *habitus* a gera.

O campo tem um papel fundamental na teoria da prática de Bourdieu, pois ele gera as regras do jogo e coordena as posições dos agentes em relação à quantidade de poder sistematizado a partir dos diversos capitais necessários. O *habitus*, em seu jogo de interioridade

exteriorizada e exterioridade interiorizada, gera a ação tendo como pano de fundo as regras estabelecidas pelo campo.

Essa geração da prática pode ser bem exemplificada dentro do livro *A Distinção* (2011), no qual é colocada a questão da boa vontade cultural, na qual o agente mal socializado tenta se estabelecer em um campo social ao qual ele não domina as regras específicas e acaba por se denunciar a partir, por exemplo, de uma extrema atenção às normas ou pela ausência de atenção as mesmas. No entanto, dentro dessa linha de pensamento, as disposições do *habitus* parecem ser imutáveis ou pelo menos raramente reorganizáveis; logo o espaço de ação do sujeito é muito pequeno, acabando por estar preso às amarras culturais que lhe foram primariamente socializadas, dentro de um padrão que se estabelece por um sincronismo perverso.

Esta elaboração do pensamento de Bourdieu tem como pano de fundo uma organização estrutural, de alguma maneira, uma vez que o social é claramente posto em uma posição privilegiada em detrimento do sujeito, da sua possibilidade de mudança. Este fundo determinista no pensamento do autor francês é disposto a partir de uma construção da sua teoria em torno de dois temas principais: o pensamento cultural voltado para a questão da reprodução social, na qual o sujeito é preso pelas instâncias da educação e da família na sua socialização primária; e no pensamento voltado à violência simbólica, na qual os agentes e respectivos grupos lutam pelo seu monopólio, ou seja, pela legitimação de um poder, dissimulando as relações de força (Bourdieu, 1982).

Frédéric Vandenberghe (2010) nos ajuda nesta análise ao fazer uma crítica metateórica em relação ao pensamento de Bourdieu.

Se Bourdieu quisesse tornar a sua teoria sociológica mais alinhada às suas intenções políticas, ele deveria ter aberto o seu sistema, evitado descrições deterministas da reprodução estável e concedido o que era devido ao voluntarismo. Isto pressupunha que a criatividade do *habitus* fosse abertamente reconhecida e que a cultura fosse vista não apenas como violência simbólica sublimada, não apenas como instrumento de dominação, mas também como instrumento de libertação. Afinal de contas, uma teoria crítica não é apenas aquela que descobre a natureza arbitrária da necessidade social (dominação), mas também aquela que é capaz de revelar a possibilidade do improvável (emancipação). (VANDENBERGHE, 2010, p. 83)

A partir desta crítica à sistematização teórica de Bourdieu nasceram diversas novas organizações de pensamento, especialmente dentro do campo da sociologia francesa. Uma das principais formulações teóricas que nascem desta crítica é a de Bernard Lahire (2002), na qual

ele se coloca como oposto e contínuo de Bourdieu ao mesmo tempo, uma vez que ele segue a sua teoria em relação às disposições, porém, utilizando o conceito de ator, dá uma margem muito maior ao poder de ação do indivíduo. O termo é reiteradamente usado através de uma rede de conceitos como ação, ato, atividade e etc., não se encontrando analogia com a posição do ator no teatro ou com prática racionalizadora. A composição deste ator como um ator plural indica que ele interage com diversas disposições e formas de apreensão cultural ao longo da sua vida.

A elaboração do ator plural tem como objetivo entender sociologicamente como um ator pode ter uma variação de comportamentos em relação a diversas esferas da sua vida, tendo como função o campo da prática (Lahire, 2006 b). Para o autor, o indivíduo tem majoritariamente uma posição dentro do agir, uma vez que ele é pluralmente socializado e dispõe, por consequência, de uma pluralidade de disposições, a qual ele tem que ordenar de alguma forma e escolher agir. De toda forma, o autor se posiciona contra um reducionismo do indivíduo às estruturas, tido classicamente dentro de uma escola determinista e estruturalista, mas também se coloca contra uma exaltação do indivíduo como um ser excepcionalmente racional, como entendido dentro da visão de escolha racional, na qual o agente é dotado de uma capacidade estrategista e calculadora quase que super-humana.

O interessante dentro da análise de Bernard Lahire é que ela é baseada em uma crítica de cunho teórico e que se fundamenta a partir de uma resposta metodológica. Isso nos traz desde o início uma vinculação tanto de Lahire como de Bourdieu com a realização empírica da sociologia. Lahire vê o empirismo na obra de Bourdieu como um trunfo, uma composição essencial dentro da prática sociológica, contudo, ele faz uma crítica direta ao modo de análise da realidade social utilizada pelo autor.

Para Lahire, os sistemas de disposições organizados por Bourdieu reduzem o ator a uma escala de agrupamento social, uma vez que ela é ordenada a partir de estilos de vida, o qual faz com que seja instituída uma homogeneidade, uma coerência entre o ator e sua socialização, que acabaria por direcionar seus atos. A sua refutação teórica vai de encontro direto com esta visão de Bourdieu, uma vez que ele estabelece que uma socialização homogênea é muito difícil de ser encontrada, ao contrário, o ator é dotado de múltiplas socializações, algumas vezes bastante contraditórias.

O ator plural é, portanto, o produto de experiências – amiúde precoces – de socialização em contextos sociais múltiplos e heterogêneos. No curso de sua

trajetória ou simultaneamente no curso de um mesmo período de tempo, participou de universos sociais variados, ocupando aí posições diferentes. (LAHIRE, 2002, p. 36)

Torna-se interessante, assim, pensar a reflexão de Bernard Lahire através de um viés metodológico, na qual se mantém os quadros de disposição estabelecidos por Pierre Bourdieu, porém se utilizando de uma escala individual, que nos mostra uma diversidade de contextos disposicionais encontrados dentro do ator, ou seja, a sua pluralidade. Essa resposta metodológica não pode ser encontrada dentro dos trabalhos de Bourdieu devido à sua escolha de método, geralmente a análise de regressão – especialmente na obra *A distinção* – na qual existe a procura de uma relação entre variáveis que são organizadas a partir de uma análise do gosto e dos estilos de vida. Vemos assim que Bourdieu faz uma análise das disposições em nível extraindividual, organizando os indivíduos em grupos específicos, enquanto que Lahire estabelece uma análise em nível intraindividual.

Vemos assim uma diferença de foco metodológico entre a pesquisa dos dois, Lahire tem seu interesse em entender como o ator se relaciona com as diversas disposições, inculcadas durante a sua socialização dotada de perfis heterogêneos, quando se relaciona com a prática em si, que é estabelecida a partir da mediação com o campo. Para isso, ele estabelece uma agenda de pesquisa voltada para o indivíduo, a partir de entrevistas que relacionem estas diversas disposições e suas maneiras de lidar com o campo, ou seja, a partir de atualizações ou reconfigurações das mesmas. Esta diferenciação se torna clara dentro do seu livro *A cultura dos indivíduos* (2006 b), no qual ele faz diversas entrevistas em profundidade tentando estabelecer esta mediação entre a pluralidade de disposições do ator e a sua interação com o campo.

O ator de Lahire se diferencia, assim, do sujeito que Bourdieu trata nas suas obras pela sua socialização heterogênea, incorporada e voltada ao passado, e na sua contextualização, que é voltada para o presente e que gera atualizações como forma de se adaptar. Este debate nos traz a necessidade de discutir o conceito de *habitus* entre os dois autores, como veremos na próxima sessão deste capítulo.

4.2 O *HABITUS* É UM CONCEITO DE CLASSE?

O *habitus*, como conhecemos hoje, é um dos conceitos mais debatidos desde meados do século XX até os dias atuais, através de diversos pensadores, em especial Pierre Bourdieu, com a sistematização da sua teoria da prática, onde o conceito tem um papel central. Um dos pontos de maior debate dentro da sua teoria social está em torno da sua relação com um determinismo, um objetivismo que está presente e que acaba por veicular seus conceitos principais a um universo fechado, no qual o sujeito está dominado por situações e organizações de um grupo social maior que ele. Esta problematização nos traz a questão sobre a ligação do conceito de *habitus* e o de classe social dentro dos seus trabalhos, esta relação se torna fundamental para este trabalho como forma de entender a característica entre a perspectiva relacional de Pierre Bourdieu e as dos principais sociólogos que debatem o tema em um campo que estabelece como seu ponto de análise a sociologia do indivíduo.

Para Pierre Bourdieu, a perspectiva relacional é essencial dentro do campo da teoria social, é a partir dela que o autor organiza os sujeitos dentro dos seus grupos de pertencimento, como pudemos demonstrar a partir do seu método de pesquisa, a análise de regressão, que estabelece correspondências às variáveis definidas a partir do gosto e estilo de vida. Estabelece-se a dúvida quanto à perspectiva classista de sua teoria social. Essa questão é abordada a partir de uma construção do *habitus* como um elemento pré-reflexivo que se constrói a partir da socialização, tendo como centros de referência a família e a escola, dotadas de um poder formador sobre o sujeito. A questão da educação e da família traz consigo uma relação fortemente relacionada à classe social, uma vez que ela se insere em um universo que pode ser dotado de possibilidades ou impossibilidades apriorísticas.

A “situação existencial” (Mannheim) de uma classe ou grupo favorece a formação de um *habitus* dotado de um senso prático de antevisão do que é “possível” ou “impossível” para os ocupantes daquela posição no mundo social. Os membros de tais classes ou grupos fazem da necessidade uma virtude e excluem tacitamente do domínio do que é realisticamente desejável os próprios bens ou práticas aos quais eles já não têm acesso, de qualquer modo, em uma distribuição assimétrica de recursos vigente. (PETERS, 2013, p. 62)

Esta sistematização do seu pensamento faz com que o sujeito não seja inteiramente agente de suas próprias práticas, sendo assim influenciado diretamente por uma herança cultural que é organizada a partir de capitais – sejam eles econômicos, sociais, culturais etc. – que foram

inculcados durante a sua socialização. Essa organização baseada em preceitos de classe faz com que o sujeito seja construído a partir de uma perspectiva homogênea, em uma socialização que é entendida de maneira estruturada e estruturante, como o próprio Bourdieu nos fala, ou seja, causando assim reprodução da realidade. Esta perspectiva sofre uma grande crítica de diversos autores atuais, tais como Bernard Lahire e Jean-Claude Kaufmann, mesmo que essas críticas sejam acomodadas de maneiras distintas, ambos colocam a sua análise voltada para uma relação intraindividual.

Lahire (2001) estabelece uma crítica direta ao conceito de Bourdieu ao expressar a característica plural do ator, que tem em sua visão uma socialização muito mais heterogênea do que homogênea, refutando assim a relação de toda uma corrente sociológica que tem como ponto de referência a disposição de perfis em grupos dualísticos: colocando em oposição aqueles que tem muito, dos que tem pouco; os ascéticos contra os boêmios e assim sucessivamente. Para ele, estas formas de elaboração de pesquisa empírica acabam por excluir da análise o maior grupo representativo, aqueles que se encontram de alguma maneira em um meio termo, aqueles que heterogeneamente colocam seu ascetismo ou boemia em prática, por exemplo, em diferentes contextos ou até em momentos de vida, tendo que atualizar as suas disposições conforme o campo, de alguma maneira, os exija.

Longamente preocupados principalmente com a questão da reprodução social através da família, a escola e as várias instituições culturais e sociais, os sociólogos estão felizes em fazer a constatação de uma desigualdade nas instituições legítimas (escolas e outras instituições culturais) e/ou herança cultural e social entre as gerações (família). Para resumir, podemos dizer que a força de insistir que "isso acontece novamente", nós acabamos negligenciando a "o que se reproduz" e "como, de que forma, isso acontece de novo." Resultado: uma teoria da reprodução "cheia", mas uma teoria do conhecimento e modos de socialização "vazia". (LAHIRE, 2001, p. 131)⁴³

O ponto de análise do Bernard Lahire se encontra, então, nas relações intraindividuais e na heterogeneidade das disposições inculcadas no indivíduo. Desta maneira, a teoria social de Pierre Bourdieu acaba por gerar mais perguntas do que propriamente respostas para o autor. Ele

⁴³ Tradução minha. No original: "Longtemps préoccupés principalement par la question de la reproduction sociale par la famille, l'école et les différentes institutions culturelles et sociales, les sociologues se sont satisfaits de faire le constat d'une inégalité face aux institutions légitimes (école et autres institutions culturelles) et/ou d'un héritage culturel et social intergénérationnel (famille). Pour résumer, on pourrait dire qu'à force d'insister sur le « ça se reproduit », on a fini par négliger le « ce qui se reproduit » et le « comment, selon quelles modalités, ça se reproduit ». Résultat: une théorie de la reproduction « pleine », mais une théorie de la connaissance et des modes de socialisation « vide »." (LAHIRE, 2001, p131)

se opõe ao reducionismo que se encontra no agrupamento dos indivíduos em perspectivas de classe como forma de ordenamento baseado no conceito de *habitus*. O indivíduo seria necessariamente plural por ser produto complexo de diversas socializações.

Esta crítica é estabelecida pelo autor quando se refere a trabalhos de Pierre Bourdieu sobre Martin Heidegger, quando o mesmo discute a questão do *habitus* filosófico, uma vez que este modelo não procuraria estabelecer laços mais profundos com a personalidade do filósofo, já que sua análise não seria suficiente para entender a fórmula geradora das práticas de Heidegger: “E sobre a socialização familiar de Martin Heidegger? sua socialização escolar? religiosa? sentimental? amigável? política?, e assim por diante.” (Lahire, 2001, p. 128)⁴⁴.

Por outro lado, o autor rasga elogios à análise de Norbert Elias sobre a vida de Mozart; nela Elias estabelece relações diretas com a formação da personalidade do gênio da música, uma vez que estabelece na sua descrição a rotina de trabalhos desde a infância, destacando assim as relações familiares entre ele e seu pai na conquista de uma posição privilegiada dentro do campo artístico da Áustria, do século XVIII. Considerando a constituição de suas primeiras disposições, Bernard Lahire nos mostra que a sociologia à escala individual, como ele gosta de chamar, tem em si construções que vão além da entrevista direta e aprofundada, podendo ser colocada também como um campo rico dentro de diversas ciências humanas, tal qual a história.

Há, assim, uma forte relação com o paradigma indiciário, estabelecido por Carlo Ginzburg, construído como analogia ao personagem Sherlock Holmes de Conan Doyle, uma vez que os mínimos detalhes em conjunção no todo trazem uma nova visão. Não existe insignificância: deste jeito, os indivíduos seriam dotados de detalhes que não podem ser reduzidos a uma expressão coletiva ou organizáveis em variáveis. A expressão destas singularidades é o que demonstra, afinal, a pluralidade dos indivíduos “menos unificados e portadores de hábitos (de esquemas ou de disposições) heterogêneas e, em certos casos, contraditórias”⁴⁵ (Lahire, 2001, p. 139).

Jean-Claude Kaufmann em seu livro *Ego* (2001) estabelece críticas ao modelo de *habitus* adotado por Pierre Bourdieu em um caminho paralelo ao de Bernard Lahire, uma vez que eles têm modos de análise comuns, porém via critérios teóricos bastante distintos. O autor em questão faz uma crítica a Bourdieu fazendo um caminho da construção do conceito a partir

⁴⁴ Tradução minha. No original: “Quid de la socialisation familiale de Martin Heidegger? de sa socialisation scolaire? religieuse? sentimentale? amicale? politique?, et ainsi suite.” (LAHIRE, 2001, p. 128)

⁴⁵ Tradução minha. No original: “(...) moins unifié et porteur d'habitudes (de schèmes ou de dispositions) hétérogènes et, en certain cas, contradictoires.” (LAHIRE, 2001, p. 139)

de Aristóteles; ele nos diz que o conceito original foi esquecido com o passar do tempo e reconfigurado inicialmente a partir da questão da *héxis* em Santo Agostinho, chegando à forma sistematizada hoje como conhecemos.

Porém, a raiz do conceito acabaria por ser perdida de alguma forma, sendo concentrada hoje por uma questão muito mais determinista estabelecida por Bourdieu, como a relação entre as disposições e o mundo social. A base desta organização crítica de Kaufmann está na ideia que Bourdieu não retoma o conjunto das cadeias de disposição. Para o autor, o conceito de *habitus* determina o indivíduo a uma base social, e não o contrário; temos assim uma inversão no caminho da teorização de ambos os autores.

Enquanto o *habitus* de Bourdieu tende a posicionar o indivíduo em relação ao mundo social, ordenando-o a partir de padrões, o foco de Kaufmann está sistematizado na inserção do mundo social dentro do indivíduo. Enquanto que o primeiro segue para um caminho de homogeneização dos indivíduos, o segundo organiza um quadro diametralmente oposto, traçado a partir de uma característica muito heterogênea, mais ainda do que a pluralidade estabelecida por Lahire, por exemplo.

Kaufmann procura estabelecer esta dicotomia trazendo para o debate o conceito de hábito aristotélico, que dá uma maior abertura para os critérios de reflexividade dentro do indivíduo. Para Bourdieu, o conceito de mudança e reflexividade está organizado a partir da relação com o desajuste social, estabelecido a partir do conceito de histerese – um choque entre as possibilidades objetivas e as expectativas do sujeito, que trariam assim uma reflexão sobre um esquema alternativo de ação. Ou seja, em Bourdieu “a reflexividade não se dá sobre a prática, mas na tentativa de se corrigir uma falha” (FALCÃO, no prelo)⁴⁶.

Para Kaufmann (2001), através da retomada do conceito de hábito aristotélico, a reflexividade tem um lugar central na sua teorização, trabalhada a partir da questão da incorporação e da interiorização. Dentro do desenvolvimento do conceito de hábito, o indivíduo incorpora uma infinidade de esquemas no seu dia-a-dia, porém só alguns são realmente interiorizados, o que marcaria uma luta em oposição ao corpo. Ou seja, a reflexividade se dá nesse embate entre os esquemas incorporados que lutam contra o corpo para uma interiorização,

⁴⁶ Gostaria de agradecer, especialmente nessa parte sobre o trabalho de Jean-Claude Kaufmann, à colega mestranda em sociologia, Luiza Assis Falcão, por ter me cedido o seu artigo produzido para a disciplina sobre Sociologia do Indivíduo, intitulado “Hábitxs: diálogos com Bourdieu e Kauffman”, que está em vias de ser publicado.

se tornando assim, este esquema algo que não precisa mais ser questionado, ele agora é costumeiro.

Vemos assim, em Kauffman, uma proto teoria da socialização, fato que é muito caro a Bourdieu, que acaba por se fechar em sua sistematização de uma teoria da reprodução social, também criticada por Bernard Lahire (2001). Para Kaufmann (2001, p. 150), “O *habitus* é tanto mais imperceptível quanto for singularizado” pela sua perspectiva determinada em relação ao mundo social. Desta maneira, o centro da questão deve ser mudado para o indivíduo, e não mais para o social, mesmo não descartando os efeitos presentes no segundo.

À medida que o indivíduo é produzido como novo centro de fabricação da coerência, as disposições transformam-se em instrumentos dessa fabricação. Estruturas socialmente estruturadas que estruturam o indivíduo, passam então a ser, igualmente, estruturas individualmente reestruturadas que estruturam o indivíduo e o social. (KAUFMANN, 2001, p. 167)

O exemplo da boa-vontade cultural, estabelecida por Bourdieu em seu livro *A Distinção* (2011) é uma boa alegoria para pensarmos o exemplo dos autores citados e a relação com as formas de entendimento da organização do *habitus*-hábito dentro do pensamento dos mesmos. Pierre Bourdieu nos mostra que a relação entre conhecimento e reconhecimento da legitimidade cultural é um dos pontos centrais que estabelecem a matriz de classe do *habitus*. A docilidade cultural e uma reverência a essa cultura demonstrariam as diferenças entre os indivíduos e o agrupamento deles em relação às classes.

Essa teoria por maior valor acadêmico que tenha não conseguiria, assim, explicar um dos nossos exemplos de entrevista neste trabalho, como veremos no próximo capítulo: um garoto pobre, da periferia da cidade do Recife que é reconhecido em sala de aula por saber conjugar o verbo *aimer*⁴⁷ com perfeição mesmo sem saber as possibilidades que o mundo poderia oferecer, sem nem saber o que era vestibular.

Podemos dizer que no Brasil, até meados do século XX, o francês era um grande símbolo de legitimidade cultural, mas não para aqueles que nem sabiam da sua existência, como o garoto. O choque do reconhecimento se deu posteriormente ao próprio conhecimento, ele se sentiu reconhecido pelo seu conhecimento sem ao menos saber o valor cultural daquilo.

⁴⁷ Verbo em francês, traduzido para o português como amar.

Como Bourdieu o encaixaria em suas análises regressivas? Esta é uma resposta que provavelmente jamais teremos. Acredito que Bernard Lahire utilizaria este exemplo como forma de demonstrar a realização de uma pluralidade do ator, uma vez que uma disposição foi expressamente incorporada sem nem mesmo sentir e foi aferida quando colocada em um contexto específico, demonstrando assim a heterogeneidade do indivíduo que mesmo pobre na infância tinha traços que não poderiam ser reduzidos ao conceito de classe. Jean-Claude Kaufmann poderia analisar o caso demonstrando que a reflexividade foi essencial na passagem de um esquema operatório de incorporação e que venceu o corpo e se interiorizou, mas isso será mais amplamente debatido no próximo capítulo.

Vemos, desta maneira, que o conceito de *habitus* de classe é muito ligado à teoria de Bourdieu, sendo assim essa classificação colocada como arbitrária pela corrente da sociologia à escala do indivíduo, uma vez que essencializa o indivíduo. O conceito de classe continua vivo, mas não é mais admitida uma construção reducionista em relação às disposições sociais do indivíduo. A questão da pluralidade das disposições do ator emerge como a crítica central desta corrente sociológica em relação à teoria da prática de Pierre Bourdieu, por mais que haja discordâncias internas quanto à dimensão desta pluralidade. O conceito de classe é essencial como ponto de partida para uma análise da sociologia em nível individual e de perspectiva pluralistas.

É suficiente no entanto conferir a importância das classes sociais e das instituições em meus sucessivos trabalhos, inclusive os estudos de caso que situam sempre os indivíduos estudados no espaço social e lhes apreendem no quadro das instituições familiares, escolares, profissionais e etc., para fazer cair por terra tais juízos calcados mais no apressado desejo de desqualificar o adversário do que no exame atento de seus trabalhos. (Lahire, 2013, p. 22)

Utilizando esses conceitos de pluralidade das disposições, vamos analisar a questão do campo dentro do mercado de trabalho público no Brasil na próxima seção desse capítulo.

4.3 SERIA A TEORIA DOS CAMPOS UMA TEORIA DAS ELITES? BUSCANDO ENTENDER OS CAPITAIS E O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO PÚBLICO NO BRASIL.

A teoria dos campos é fundamental dentro da obra de Pierre Bourdieu, em conjunto com o conceito de *habitus* e as relações mediadas pelos capitais mais diversos formam a teoria da prática, a forma mais clara de ação do sujeito dentro de toda a obra do sociólogo francês. Mais do que isso: são os pontos cardinais que guiam a sua produção. Porém, as formas de organização e lógica internas no campo estão longe de ter uma única opinião dentro da sociologia. Alguns debates colocam em questão a lógica da análise da teoria dos campos. Uma dessas análises é colocada por Bernard Lahire, sobre a qual iremos nos debruçar, ao comentar que a lógica da teoria dos campos exclui fatores de legitimação externos ao jogo promovido internamente.

Inicialmente é importante frisar que a teoria dos campos é uma área intimamente ligada à teoria do *habitus*, como parte integrante de toda uma lógica de pensamento dentro da obra de Pierre Bourdieu. Estes conceitos são membros de uma totalidade.

(Comparado ao ciclo econômico como totalidade, descrito por Karl Marx) O mesmo poderia ser dito não apenas das posições que compõem o campo, mas também das principais categorias de Bourdieu: as noções de campo, capital e *habitus* não podem ser definidas separadamente; na verdade o campo é idêntico à distribuição de capital e o *habitus* idêntico ao campo, embora analisado a partir de uma perspectiva diferente. (VANDENBERGHE, 2010, p. 59)

A teoria dos campos é um espaço de luta pela apropriação ou mudança de capitais que são distribuídos, desigualmente, entre agentes de diferentes posições, que determinam a estrutura do campo. As posições dos agentes no campo determinam a estratégia utilizada pelos mesmos, uma vez que eles são dominantes lutam através de uma estratégia de conservação; e uma vez dominados lutam através de uma estratégia de subversão.

Outro ponto importante é que a cada campo corresponde um *habitus* e é necessária a incorporação do mesmo para que o indivíduo se encontre em condições de jogar o jogo que é determinado por regras internas e específicas. O agente de um campo específico é assim

necessariamente dotado de: uma trajetória social específica; de um *habitus* relacionado ao campo; e de uma posição no campo. O resultado destas lógicas internas de luta cria o que se pode chamar de “autonomia relativa do campo”, o que delimita assim a sua autoridade interna em relação aos outros campos, estabelecendo suas próprias regras e formas de acesso, por exemplo.

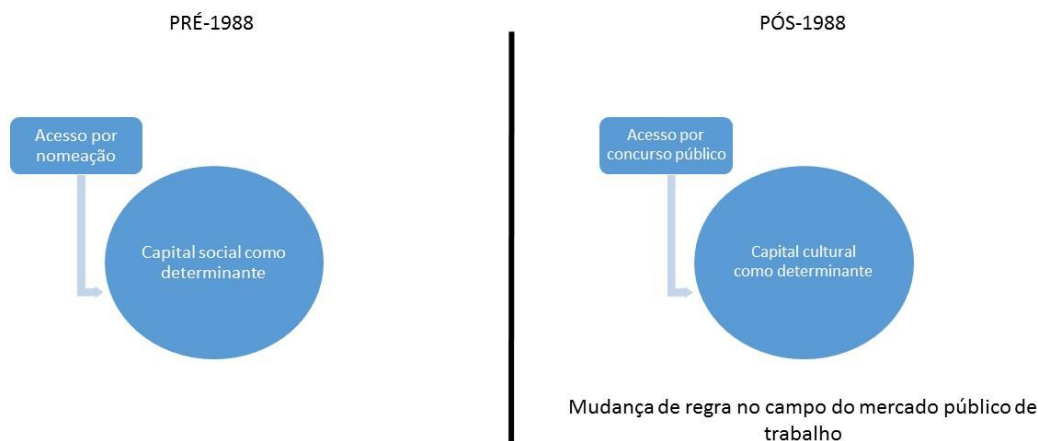
Esta “autonomia relativa do campo” é um dos pontos de análise de Bernard Lahire. Para o autor, essa parte da análise de Pierre Bourdieu tem uma forte influência do pensamento de Émile Durkheim a partir de sua formulação sobre a divisão do trabalho social. A inspiração viria dessa saída de uma sociedade totalizante e a entrada de uma distinção entre a o econômico, a política, a religião, o cognitivo... (Lahire, 2001).

Ou seja, ascensão de uma sociedade baseada em uma diferenciação e uma solidariedade orgânica, como descrita por Durkheim, tem uma influência na sistematização do conceito de campo, e ainda mais, na perspectiva de autonomia dos campos, nos quais eles criam suas próprias regras e organizações que fazem com que eles possam se diferenciar entre si. Dentro de uma sociedade de solidariedade mecânica, os valores estariam diretamente ligados a uma matriz cultural, na qual valores como religião, economia e política estariam ligados aprioristicamente.

Dentro do campo do mercado de trabalho público do Brasil houve uma grande mudança com sanção da Constituição de 1988 que trouxe consigo a sistematização do concurso público como forma de seleção para os cargos públicos. A partir dessa mudança podemos pensar um pouco o conceito de campo social, acesso e capitais.

ACESSO AO MERCADO PÚBLICO DE TRABALHO NO BRASIL

(DINÂMICA DO CAMPO)



Começando pela análise do acesso ao cargo público, nós podemos perceber uma forte mudança, uma vez que antes da Constituição de 1988 o acesso ao cargo era determinado de maneira difusa, tendo a nomeação um forte apelo interno. A ascensão do concurso público traz consigo o planejamento de uma lógica baseada em desempenho relacional, onde os indivíduos colocam-se em teste os seus conhecimentos teóricos como forma de êxito no certame.

A mudança dentro desta organização traz consigo uma mudança também dentro dos capitais determinantes nesta ascensão: enquanto que no caso anterior ao de 1988 há uma forte influência do capital social, ou seja, as relações que o indivíduo tem como força motora para o acesso ao cargo; no segundo momento temos uma forte presença do capital cultural, tanto institucionalizado, através de títulos necessários para estar em uma determinada posição dentro do funcionalismo, como também em uma disposição durável do corpo, através de uma capacidade de se expressar, por exemplo, e até na própria extensão da *hexis* corporal, em casos de provas práticas. Todas estas formas de capitais aferidas dentro do concurso público tendem a se afirmar como uma forma de capital simbólico, através do êxito. Bourdieu nos mostra assim a capacidade mágica da institucionalização de um reconhecimento, através do capital cultural.

Basta pensar nos *concours* (exame de recrutamento competitivo) que, fora do *continuum* de diferenças infinitesimais entre performances, produz, absolutas diferenças acentuadas duradouras, como a que separa o último candidato bem sucedido do primeiro sem êxito e institui uma diferença essencial entre o reconhecido oficialmente, a competência garantida e capital cultural simples, que é constantemente obrigada a provar a si mesmo. Neste caso, vê-se claramente a magia performativa do poder de instituir, o poder de manifestar

a crença segura ou, em uma palavra, para impor o reconhecimento. (BOURDIEU, 1986, p. 20-21)⁴⁸

Vemos assim que a Constituição de 1988 nos traz a institucionalização do mérito e do desempenho relacional como forma de ascensão ao cargo através do capital cultural, que acaba por se tornar uma relação de honraria, baseada em um capital simbólico, lembrando o pensamento de Weber (2012) no qual “todo funcionário moderno, seja público ou seja privado, aspira sempre a *estima social* ‘estamental’, especificamente alta, por parte dos dominados, e quase sempre desfruta dessa”. Bourdieu nos explica que a conversão de capitais tem como referência central a questão do capital econômico, porém tem como melhor equivalente o conceito de *tempo de trabalho*⁴⁹.

Esse conceito é determinante porque influencia e nos dá um exemplo prático na organização das conversões entre capitais. No nosso caso, podemos ver como são diferentes a aquisição e conversão do capital social e do capital cultural: o primeiro tem uma forte influência em um tempo gasto em relações pessoais e que podem ser transferidas intergeracionalmente – veremos exemplos deste aspecto no próximo capítulo através de relações de nepotismo, por exemplo –, uma vez que os contatos familiares estendem-se aos membros mais novos através de indicações.

O capital cultural, por sua vez, tem maior resistência neste aspecto, uma vez que títulos escolares não podem ser passados entre gerações constituindo, assim, a base para uma ideia de *naturalidade de aptidões*, pensamento perigoso, uma vez que o capital cultural não se reproduz apenas a partir dos títulos, mas a partir de uma socialização para gostos específicos e organização do corpo, por exemplo.

De toda forma, um planejamento do *tempo de trabalho* para a sistematização e incorporação de tais capitais tende a trazer a conversão dos mesmos para o capital econômico, através de salários e uma seguridade social. No Brasil, em específico, o emprego público traz consigo também um forte apelo de capital simbólico, uma vez que a seguridade social e

⁴⁸ Tradução minha. No original: “One has only to think of the concours (competitive recruitment examination) which, out of the continuum of infinitesimal differences between performances, produces sharp, absolute, lasting differences, such as that which separates the last successful candidate from the first unsuccessful one, and institutes an essential difference between the officially recognized, guaranteed competence and simple cultural capital, which is constantly required to prove itself. In this case, one sees clearly the performative magic of the power of instituting, the power to show forth and secure belief or, in a word, to impose recognition.” (BOURDIEU, 1986, p. 20-21)

⁴⁹ Entendido aqui como o tempo para executar uma tarefa, no original, *Labor-time*.

trabalhista são preceitos importantes da determinação do sujeito em uma classe média, a estabilidade em um país imensamente baseado em trabalho informal é tido quase que como um título de nobreza contemporâneo.

A partir deste pensamento em torno do prestígio garantido pelo mérito de entrar em um cargo público no Brasil, nós podemos pensar o processo de legitimação do campo do mercado de trabalho público. Bernard Lahire (2001) ao falar da teoria dos campos, em Pierre Bourdieu, aponta uma questão central de crítica, a questão de como é dada a legitimação e o processo de jogo dentro de determinado espaço. Ele compreende que o processo de legitimação de um campo tem traços diferentes do processo de jogo, enquanto o segundo é gerido por regras específicas e tem como necessidade a incorporação das mesmas no agente como forma de poder participar do jogo: a legitimação de um campo não é necessariamente parte do jogo.

O indivíduo pode, perfeitamente, segundo Lahire, participar esporadicamente de um campo sem necessitar jogar o jogo e se posicionar dentro de uma luta por capitais específicos a este campo, do mesmo jeito que ele pode não participar do campo e mesmo assim legitimá-lo. Esta composição poderia ser chamada de *fora-do-campo*.

Estar *fora-do-campo* significa que os indivíduos participam de campos de variadas maneiras, sem precisar estar no local de protagonista e muitas vezes sem estar no campo com condições diretas de jogo. Como exemplo, todos nós estamos de alguma maneira inseridos dentro de uma concepção de Estado nacional e podemos contribuir de diversas maneiras para ele, desde contribuições políticas institucionais até às contribuições financeiras que são compulsórias, sob a égide do imposto.

Fazendo isso, estamos legitimando a forma do Estado ser gerido através de uma larga burocracia pública, como a nossa. Mais do que isto, existe uma aprovação pública da maneira como o Estado gere os problemas sociais; o mercado público de trabalho é bem aceito tanto quanto à sua forma e regulação de acesso, como nos diz Dubet (2009, p. 45) ao analisar o potencial de legitimação do serviço público: “uma esmagadora maioria dos professores acreditam que, apesar das oportunidades educacionais desiguais, os ‘privilégios’ obtidos na aprovação em exames do serviço público são perfeitamente justos”⁵⁰. Vemos assim que existe uma forte legitimação exterior ao jogo do campo em si do mercado de trabalho público,

⁵⁰ Tradução minha. No original: “an overwhelming majority of the teachers believe that, despite unequal educational opportunities, the ‘privileges’ obtained passing civil service exams are perfectly fair.” (DUBET, 2009, p. 45)

especificando uma grande quantidade de pessoas entendidas *fora-do-campo*, mas com grande influência.

Muitos dos indivíduos das nossas sociedades (as classes populares, que são excluídas desde o início dos campos de poder) se revelam *fora-do-campo*, afogados em um grande 'espaço social' que só tem como eixo de estruturação o volume e a estrutura de capital possuído (capital cultural e capital econômico). (...) a teoria dos campos dedica muita energia para iluminar as grandes cenas onde se jogam questões de poder, mas pouca a entender os que montam a cena, colocam decorações no lugar ou fabricam os itens, varrem o palco e os bastidores, fotocopiam documentos ou digitam as letras, etc. (...) A teoria de campo mostra pouco interesse pela vida dos agentes fora do palco e fora de campo de combate em um campo. (Lahire, 2001, p. 34-35)⁵¹

Essa exposição do pensamento de Bernard Lahire traz à tona o questionamento principal dentro desta seção: seria a teoria dos campos uma teoria das elites? Essa indagação é um pouco complexa, uma vez que a teoria dos campos tem sua definição central na característica de luta entre agentes dentro do campo, fazendo assim com que ela seja definida através de uma percepção de teoria do conflito.

A questão da teoria das elites pode ser organizada a partir do pensamento de Wright Mills, uma vez que ele coloca que espaços de importância singular dentro dos campos de poder são administrados por uma elite social – espaços esses denominados pelo autor como econômico, político e militar –, mesmo estas não se estabelecendo como uma classe dominante, como pensado dentro de uma teoria marxista clássica (BRYM et al, 2006). Esses campos de poder dentro da sociedade entram em conflito também, assim como os campos sociais pensados por Bourdieu, porém em uma perspectiva mais externa, do que interna.

Vemos assim que a teoria dos campos explicitada por Pierre Bourdieu combina de alguma maneira a questão da teoria do conflito, uma vez que coloca a lógica do campo e a sua autonomia relativa como resultado de lutas internas entre agentes, como forma de construir uma legitimidade e na aquisição de capitais que são estabelecidos como raros. Porém, tem em sua

⁵¹ Tradução minha. No original: "Une grande partie des individus de nos sociétés (les classes populaires, qui sont exclues d'emblée des champs de pouvoir) s'avèrent hors-champ, noyés dans un grand «space social» qui n'a plus comme axe de structuration que le volume et la structure du capital possède (capital culturel et capital économique). (...) la théorie des champs consacre beaucoup d'énergie à éclairer les grandes scènes où se jouent des enjeux de pouvoir, mais peu pour comprendre ceux qui montent les scènes, mettent en place les décors ou en fabriquent les éléments, balayent les planches et les coulisses, photocopient des documents ou tapent les lettres, etc. (...) La théorie des champs montre peu d'intérêt pour la vie hors-scène ou hors-champs des agents luttant au sein d'un champ." (LAHIRE, 2001, p. 34-35)

análise prática uma organização que preconiza uma forma de teoria das elites, por colocar como centro dessa luta simbólica a manutenção de um *status quo* pelos dominantes.

As brechas para a reflexividade no *habitus* do agente socializado e para as estratégias de subversão no campo não são centrais dentro da análise: estabelecem um papel necessário, mas de exceção. Além disso, as perspectivas de legitimidade estabelecidas por indivíduos que não participam diretamente do jogo são colocadas a escanteio. O papel de consumidores ou fomentadores de um campo os relegam a uma posição periférica, incapaz de se colocar como modificadores, de alguma maneira.

Este tipo de pensamento é típico de uma teoria das elites, que ao entender que não pode definir o que é um produto de um campo – Bourdieu nos fala que a sociologia não tem como especificar o que é literatura, o que é a arte, ou para fins práticos dessa pesquisa, o que é o mérito – esquece que, mesmo perifericamente, estes indivíduos têm concepções próprias do que são esses produtos. Há assim um retorno, um encontro entre a análise de campo e de *habitus* em Bourdieu como preocupada centralmente em processos de reprodução e esquecendo as formas de socialização dos indivíduos e suas perspectivas individualizadas do que realmente acham que a sociedade (no final das contas dentro deles) é, afinal.

4.4 A SOCIODICEIA DO MÉRITO

O sufixo *-diceia* incorpora-se na língua portuguesa através da língua grega trazendo o significado de direito e justiça às palavras que se constroem com ela. A mesma faz parte de um dos conceitos centrais dentro da sociologia da religião, produzida por Max Weber, a questão da Teodiceia. Esse conceito tem como fundamento a construção das religiões, em especial aquelas que se voltam para o monoteísmo, na qual acomodam o seu pensamento mítico para a relação com um Deus único e que projeta o mundo terreno e o mundo da salvação (ou da perdição) baseado em sua univocidade, onipresença e onisciência. A questão da teodiceia traz a um problema implícito: já que o Deus é perfeito e organiza tudo a partir da sua vontade, que por consequência é perfeita, como poderíamos justificar os males que assombram as vicissitudes e idiossincrasias do homem (Weber, 2014)? A partir dessa problemática surge a questão ligada

diretamente à teodiceia, as justificações do mundo. Nela são dispostas as questões que justificam os infortúnios e as perspectivas de salvação ou condenação, através de processos como a predestinação, o pecado e, como Weber afirma ser a mais perfeita resposta para o problema, o carma. São constituídas formas de organização para justificar a imperfeição do mundo, construindo sistemas de valores que isentam o papel de Deus das imperfeições do homem.

Baseado na perspectiva weberiana de teodiceia, Pierre Bourdieu sistematiza a concepção de sociodicéia como a base de justificação da sociedade como algo que legitima e justifica a “natureza” de uma determinada sociedade. Com a ascensão de uma sociedade que se divide em grupos específicos, a questão da legitimidade religiosa como pressuposto formador se perde, não pode mais responder a uma sociedade extremamente diversificada e com valores que diversas vezes se colocam uns contra os outros. Desta maneira, valores fundamentais e que possam ser ordenados transversalmente em diversas áreas são postos como processos de justificação para a posição social dos indivíduos neste mundo, e não mais em perspectivas de salvação extramundana. O mérito e o desempenho são estabelecidos assim como esse fator transversal que justifica os processos de salvação materializados na vida cotidiana.

Bourdieu organiza o processo de sociodicéia do merecimento em duas frentes específicas: a primeira estabelecida a partir dos títulos, vistos como um “racismo de inteligência”, na qual uma classe se assenta em privilégios baseados no capital cultural institucionalizado, que garante assim a sua reprodução, tal qual os títulos nobiliárquicos e de propriedade (BOURDIEU, 2003); A segunda forma de estabelecimento é partir da filosofia da competência, que se estrutura a partir de uma análise relacional dos indivíduos, categorizando-os entre aqueles que tem trabalho (*winners*) e aqueles que não tem (*losers*), fazendo com que as desigualdades sejam estabelecidas como “naturais” e voltadas para a questão de um dom apriorístico (BOURDIEU, 1998). A passagem de uma teodiceia em sociedades totalizantes e mecânicas, para uma sociedade diversificada é tratada por Bourdieu através das relações de mérito e demérito em relação ao desempenho relacional.

Com o desenvolvimento da burguesia urbana levada a interpretar a história e a existência humana muito mais como o produto do mérito ou demérito da pessoa e não tanto como o efeito da riqueza ou do destino, a religiosidade reveste-se de um caráter intensamente pessoal muitas vezes considerado parte integrante da essência de qualquer experiência religiosa. (BOURDIEU, 2013, p. 49)

A sociodiceia do mérito tem como objetivo justificar as desigualdades sociais baseadas em um pressuposto universalizante que é ordenado em um sistema conhecido como meritocracia. Essa meritocracia é a base das denominadas “desigualdades justas”, que fazem com que os indivíduos justifiquem sua posição social baseados tanto no seu êxito ou no seu insucesso. A *performance* individual está no centro dessa estratégia social justificadora. O conceito de *sociodiceia*, em Bourdieu, tem como ponto fundamental o processo de justificação para ambos os polos da sociedade, tanto os dominados, como os dominantes, assim, sob uma mesma égide é construído um modelo de reprodução das desigualdades sociais. Podemos ver no quadro ao lado um pouco da organização deste conceito



dentro do trabalho. O sistema meritocrático é formado a partir da junção entre os títulos necessários para a participação e a filosofia da competência que classifica os indivíduos aptos à participação. Desta maneira, é construída a “desigualdade justa” que é aceita tanto pelo grupo dominante em nossa sociedade, detentores dos pré-requisitos para a reprodução do seu poder, como do grupo dominado, que luta para adquirir as potencialidades para o êxito merecedor. Podemos perceber, assim, que há no Brasil a sistematização do concurso público como melhor maneira de aferir as competências dos indivíduos no acesso ao funcionalismo público. Esta caracterização objetiva do mérito pode ser analisada como a melhor forma de materialização desta *sociodiceia*, uma objetivação máxima dos resultados e das competências individuais, em sua maioria das vezes organizada a partir de provas de múltipla escolha e com conhecimentos que tendem a julgar os indivíduos a partir de critérios que nem sempre serão cobrados dentro da sua posterior, caso exitosa, prática profissional.

Vemos assim, que o critério de justiça e justificação é ligado ao resultado, ao total de questões acertadas, e não em princípios como a prática profissional ou até o histórico de experiência do candidato. Quando muito, o histórico é contado a partir de critérios de formação profissional, retornando, desta maneira, à face do capital cultural institucionalizado: os títulos

acadêmicos. É o que a antropóloga Livia Barbosa (2003) chama de *threshold merit criteria*, um merecimento baseado no critério de limite mínimo, ou seja, sem a averiguação de experiências passadas objetivas, se opondo ao *discriminatory merit criteria*, que exige a comprovação do desempenho em uma tarefa determinada e especificamente classificada.

Certos *habitus*, por esse ponto de vista, são colocados como tendo um valor superior em detrimento dos outros. Isso não seria inicialmente algo a ser profundamente debatido, porque em qualquer critério de desigualdade social, por mais justo que eles possam ser, é exigido uma determinação de saberes a serem colocados como centrais, porém, vemos no exemplo do concurso público nacional uma reprodução de uma classe e seu *habitus* específico, que por vezes nada tem a ver com a necessidade prática que se exige em especial para um cargo. É formada assim uma elite que, como nos diz Wright Mills (1981), não tem uma relação direta com o poder econômico, mas com uma dominação de uma esfera de poder, há um *star system* que consegue se reproduzir como *winners* dentro da esfera pública nacional.

Percebemos, assim, um embate teórico dentro deste campo da sociologia entre a questão da estrutura e do indivíduo (também entendido como agente ou ator). Ambas esferas de pensamento trazem o debate sobre a mudança social e os processos de reflexividade, seja ele através de uma reprodução social ou através de uma teoria da socialização. Os limites e potencialidades da ação são determinantes dentro do pensamento tanto bourdieusiano quanto na sociologia ao nível individual, seja em um processo exterior e coletivo, seja internamente no indivíduo. Temos como ponto norteador a questão da meritocracia e do desempenho relacional como uma construção justificadora nas sociedades contemporâneas que recorta transversalmente as relações modernas, enfatizando um cunho liberalizante na medida em que se institui como modelo único de determinação de um sucesso ou de um fracasso nas relações profissionais, especificamente, que escoam para a vida pessoal.

No próximo capítulo iremos analisar a questão prática de como é entendido o conceito de meritocracia dentro do certame do concurso ao funcionalismo público, utilizando os conceitos tratados nos capítulos anteriores. Como o agente transita dentro deste jogo do mercado de trabalho é a nossa questão central. Processos de reflexividade e manutenção dentro das histórias de vida dos indivíduos envolvidos são essenciais para um debate mais aprofundado.

5 O MÉRITO DO INDIVÍDUO ATRAVÉS DO *MÉRITO INDIVIDUAL*: SUJEITOS E SUAS RELAÇÕES COM A SOCIEDADE ATRAVÉS DA LENTE DO CONCURSO PÚBLICO

Duas vinculações teóricas, contidas no capítulo anterior, nos ajudam a abrir o debate em torno da construção do campo em nosso trabalho: a primeira delas é o conceito de *sociodicéia*, na qual pensamos as justificativas criadas tanto por dominantes como por dominados para a lógica do sistema meritocrático contida na nossa sociedade, como um repasse de valor através do êxito do desempenho; e o conceito, menos trabalhado anteriormente, mas de essencial importância, é o de *hysteresis* no pensamento bourdieusiano.

5.1 COMO DOBRAR A *HYSTERESIS*?

O conceito de *hysteresis* sistematizado por Pierre Bourdieu tem uma forte relação com o sentido da prática, ou seja, da relação entre os conceitos de *habitus* e *campo*. A palavra *hysteresis* tem uma origem grega, sendo traduzida como uma relação de atraso, sendo este entendimento sistematizado em relação aos conceitos que dão formação à organização da prática.

Quando as disposições incorporadas do indivíduo, *habitus*, se encontram dessincronizadas com as mudanças em relação ao campo de batalha do jogo social, o *campo*, dá-se a existência do processo de *histeresis*, através do que é denominado como um *time lag*. Esse processo é tido como algo quase que irreduzível em certas fases da vida do indivíduo, como na velhice, quando os processos de relação entre os objetivos específicos e as expectativas do indivíduo entram em choque com a mudança do campo e das regras de jogo dentro da sociedade a qual vivem (no presente) e as que se estabeleceram (as do passado). Contudo, esse processo não é principalmente sistematizado a partir da velhice, sendo esse um exemplo mais geral, mas sim a partir do fenômeno de crises que modificam as regras e o comportamento do

jogo social de toda uma sociedade (CARIA, 2002). Esses exemplos foram amplamente debatidos por Bourdieu nas suas análises sobre as relações de matrimônio na sociedade *Cabila*, da Argélia, e na conhecida análise sobre a própria sociedade que o formou, em Beárn, na França. Outro grande trabalho – bem posterior aos anteriormente citados – em relação aos processos de *hysteresis* é a obra *A Miséria do Mundo* (BOURDIEU et al., 2008), onde ele, em conjunto com um grande grupo de pesquisadores, destrincha os processos de peso sob os indivíduos através das relações de mudança social.

Contudo, há uma necessidade específica dentro desse trabalho na construção não somente de uma visão da *hysteresis* como um rebote negativo dentro do processo de mudança social. A crise que estabelece a mudança social dentro de um *campo* é problematizada majoritariamente dentro dos trabalhos de Bourdieu como uma ação verticalizada que muda as regras sociais do jogo, estabelecendo assim uma série de indivíduos que perdem o *sentido do jogo* – tentando um paralelo com suas metáforas, é como se esses indivíduos se posicionassem para receber a bola e ela não chegasse. Contudo, há aqueles que mesmo fora da posição recebem a bola e inventam o drible, aqueles que fazem de um espaço mínimo um corredor. A *hysteresis*, assim, abre espaço tanto para lógicas de conservação, como de lógicas de subversão, sendo, talvez, o grande espaço para a mudança social dentro da teoria de Pierre Bourdieu.

Para pensarmos esta mudança em conjuntura com as entrevistas feitas para esse trabalho é necessário o auxílio de uma perspectiva da sociologia do indivíduo, que nos remonta a como esse agente, que inicialmente não teria as formas usuais das regras perpetuadas do jogo, dobra o social a partir de disposições que serão valorizadas em um momento de crise, e mais ainda, como ele traça estratégias em consonância com as novas normas sociais em estabelecimento. É necessário deixar claro nesse momento que as perspectivas estabelecidas por Pierre Bourdieu sobre o processo de *hysteresis* com foco no social não são descartadas, até porque processos de conservação são intimamente relacionadas com a esfera social passada, ou pelo menos mais tradicionais.

É importante perceber que o conceito de *hysteresis* nos coloca em uma situação bastante desafiadora, uma vez relacionado tanto ao conteúdo do *habitus* quanto à dinâmica do *campo*, ele pode se estabelecer de diversas maneiras, não existindo uma forma muito homogênea. *Habitus* específicos demandam estratégias próprias, sendo o mesmo exemplo aplicável dentro das dinâmicas do *campo*. Um bom exemplo sobre o assunto é a análise da crise dentro do Estado britânico e a sua austeridade em relação às relações de consumo de diferentes classes sociais no trabalho *Class inequality in austerity Britain: power, difference and suffering* (2013).

Atkinson, que tem vindo a renovar a teoria de Bourdieu, recupera o conceito de *hysteresis* para mostrar o impacto diferenciado da crise nos quotidianos das classes sociais. Demonstra a transformação das condições de existência e como esta se traduziu nos consumos realizados no quotidiano. Refere existirem três tipos de orientações perante a crise: (1) a “paz com o nosso tempo”, por parte daqueles que possuem nível elevado de capital cultural e económico; (2) a “arte da conservação e os seus limites”, em que aqueles que estão num nível intermédio mobilizam um conjunto de estratégias para conservar o seu capital económico; e por fim (3) a “necessidade multiplicada”, que envolve aqueles com menor volume de capitais e mais afetados pelo corte nos serviços do Estado. Como refere no fim, a *hysteresis* não se distribui de forma uniforme pelo espaço social. (CARVALHO, 2014, p. 174)

Ao pensarmos a crise social sob a ótica do indivíduo e o seu existente potencial emancipador há também uma clara necessidade de estabelecer diferentes ordens de entendimento do conceito de *hysteresis*, especialmente entre os seus polos determinantes e que podem ser analisados sobre a perspectiva da *dobra do social* estabelecida por Bernard Lahire: os objetivos e as expectativas. Esse é o ponto principal que procuraremos estabelecer em nossa análise das entrevistas.

5.2 APRESENTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Precisamos antes de analisar os conteúdos das entrevistas em relação às nossas perspectivas teóricas apresentar os entrevistados, como maneira de situar o leitor através de seus perfis.

,00,5.2.1 Gabriel: necessidade e superação.

Gabriel tem uma história de vida baseada em diversas transformações. O hoje professor da Universidade Federal de Pernambuco e Auditor da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco não teve um caminho dos mais fáceis para se estabelecer na posição que se encontra nos dias de hoje. Vindo de uma família pobre da periferia da cidade do Recife, ele se encontrou entre os caminhos do trabalho e dos estudos desde criança. Trabalhou em diversas atividades, ainda na infância, geralmente vinculado as pequenas vendas, como de cocadas no estádio do Santa Cruz e como diversos garotos, investindo no seu sonho de ser um dia um jogador de futebol, passando pelas chamadas “peneiras”⁵² do clube em questão. Talvez pouco sabia ele que essa seria a primeira dos diversos processos seletivos que ele viria passar durante a sua vida profissional.

Mesmo inserido nesta socialização ao trabalho desde a infância, a sua relação com os estudos foram sempre colocadas como uma necessidade clara, estabelecida por sua mãe, professora primária. Isso fez com que crescesse em si um senso de responsabilidade, uma forma de pensamento que se estabelece como um compromisso necessário em cumprir aquilo que lhe foi pedido. A sua relação com a vida parece transcorrer através da sua interação social e com as descobertas de novas possibilidades que sempre apareciam como um desabrochar de expectativas nunca pensadas anteriormente. Isto se destaca na entrevista em uma palavra repetida como forma de contemplar a sua relação com o mundo: *convivência*.

Esta *convivência* como experiência transformadora das suas relações sociais pode ser descrita nessa apresentação em cinco momentos distintos. O primeiro momento se passa na infância e traz consigo uma faceta da educação que ainda não tinha passado pela plena realização: o reconhecimento. Dotado de um senso de responsabilidade desde muito novo, as atividades escolares eram uma tarefa que traziam um sentido à sua vida, o reconhecimento se passa ao aprender francês na escola e ser reconhecido pelo professor, um padre, na sua capacidade de conjugar o verbo amar com perfeição. A partir deste momento, o professor o chama para ser tutorado na língua francesa, através de aulas particulares, e um novo mundo se abre com a percepção da existência de uma outra língua, uma outra maneira de se comunicar que nunca antes havia imaginado.

A segunda experiência que ele passa é a descoberta da Universidade. Mesmo sendo um aluno aplicado, esse universo de conhecimento não lhe era palpável, e ainda por cima, não era conhecido pelo mesmo. Morador de uma comunidade periférica, ele nos conta que a descoberta

⁵² Peneiras é como são chamadas os processos seletivos para a entrada de jovens nos times de futebol.

desse ambiente se dá a partir da primeira pessoa do seu bairro que passou em um vestibular, quando uma festa foi dada como forma de comemoração, até então essa era uma esfera da educação desconhecida pelo entrevistado.

Gabriel: Fizeram uma festa mesmo, na rua! Foi uma coisa com o irmão de Jonas, uma pessoa mais velha do que nós. Quando ele trouxe a notícia que ia entrar na universidade. Mas universidade, onde fica isso? A primeira pergunta era onde fica... Foi o vestibular, e a tia dele não sabia nem o que significava vestibular, eu as vezes ainda brinco com isso na sala de aula que a tia dele tinha uma lojinha, uma vendinha, pequenezas, e ela disse, chegou lá e disse: ô, Zezinho, você passou em que mesmo nesse negócio? Ele disse: Passei pra fazer letras. Ela disse: ah, meu filho, isso é muito importante, porque eu tô com uma plaquinha de vender picolé parada.

Após descobrir o que era a Universidade, Gabriel acabou por entrar no curso de música durante a década de 1970. Ele nos fala da abertura de um novo mundo em sua cabeça, não apenas pelo contato com um curso superior em si, mas pelo contato com diversas formas do saber, organizados não necessariamente pelo ambiente de aulas, mas novamente através da *convivência* que ele tinha com pessoas, nos corredores, restaurante universitário e áreas afins da Universidade como um todo.

Nesse momento ele presta o primeiro concurso da sua vida, sua terceira experiência, para o Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE), fazendo testes para duas vagas ao mesmo tempo: uma vaga de contínuo e uma vaga de escriturário. Ele passa nas duas, ficando inicialmente na vaga de contínuo, como auxiliar de portaria, mas sendo chamado imediatamente para a vaga de escriturário, cargo de cunho mais administrativo. A partir deste momento ele tem a sua vida dividida entre o trabalho e o curso de música, escolhendo assim ir para uma área que tivesse mais retorno para o seu futuro. Mesmo realizando um sonho de se ver na música, a necessidade de um curso com mais retorno direto o fez migrar para a área de Ciências Contábeis, trazendo consigo a quarta experiência – a troca de curso –, sendo vivida de maneira mais árida, pondo um fim ao sonho de uma carreira artística tão almejada.

Com o curso de Ciências Contábeis, o trabalho no banco passa a ser bem mais orgânico com a sua função de estudante, tendo assim galgado até a posição de auditor interno do BANDEPE. Entre tantos caminhos ele descobre a possibilidade de tentar o concurso do Instituto Rio Branco, dentro da carreira diplomática, chega a passar na primeira fase, contudo, por dificuldades financeiras, não tem as condições de ir para a próxima fase em Brasília, abandonando o sonho e sendo o único concurso que tentou e não passou, por falta de recursos

para ir à próxima fase. Contudo, ele descobre o curso de mestrado em Ciências Contábeis da FGV, e migra para o Rio de Janeiro como forma de aperfeiçoamento na sua área de estudos. Inicialmente não houve apoio do BANDEPE, que após um tempo voltou atrás na sua decisão e o realocou em uma agência na sua nova cidade de residência. A experiência do curso de mestrado foi bastante importante para a sua formação pessoal, além da acadêmica, se tornando assim a quinta experiência principal e colocada explicitada por nós nesse trabalho.

A partir dessas experiências formadoras se dão as suas tentativas posteriores em concursos públicos, formando assim a sua vida profissional que se intensifica a partir da conclusão do seu mestrado e o retorno ao Recife.

5.2.2 Patrícia: lógicas de conservação e segurança.

Patrícia tem uma história de vida baseada em uma prospecção da manutenção de sua classe média como ponto fundamental. Moradora e nascida em um bairro nobre da cidade do Recife, ela tem um histórico de educação bastante tradicional e coerente ao seu posicionamento de classe. Estudou desde o ensino infantil em escolas particulares de prestígio, nunca tendo históricos de reprovação, nem de grandes dificuldades no processo. Filha de funcionários públicos ela não se vê como diretamente influenciada dentro do caminho da tentativa do emprego através do concurso público, mesmo assim revela que tem como objetivo uma busca por estabilidade, muitas vezes centradas na questão da segurança, especialmente em um emprego que não corre risco de demissão baseadas em uma volatilidade tão grande, como no setor privado.

Jovem, com 28 anos, e formada em publicidade, ela tenta fazer alguns anos o cargo público, se preparando continuamente. Durante a sua fala se percebe um momento forte de transição na sua vida: a chegada do vestibular. No momento derradeiro de passagem entre o ensino médio e o ensino superior ela percebeu que a sua vontade em prestar vestibular para o curso de Medicina não seria viável, uma vez que não tinha se preparado com afinco durante os anos anteriores de ensino médio, e tinha começado a pensar no curso de Comunicação Social,

com foco em Publicidade e Propaganda, como uma opção. Sendo assim fez determinados testes vocacionais e a escolha se deu como acertada.

Ao narrar os seus anos no curso de Publicidade e Propaganda, ela ressalta a sua dedicação conquistada, como que em relação ao choque que teve quando optou por desistir do sonho de fazer o curso de Medicina. Tal aplicação fez com que ela procurasse se tornar uma aluna exemplar, fazendo com que o curso servisse a ela como um leque de oportunidades em áreas como o empreendedorismo, por exemplo. Acabou o curso e passou a trabalhar na área tendo como objetivo morar um tempo fora do país, conquistada através de uma experiência posterior em Montreal, no Canadá.

Ao voltar, ela decide fazer uma escolha pela busca de uma estabilidade em sua vida, optando assim por estudar para concursos públicos. Para ela, a escolha por uma área do concurso público é diretamente relacionada a uma escolha do que se gosta de fazer, um traço de personalidade que seja compatível para que o trabalho se torne um prazer. Essa forma de entender uma fluência entre o cargo público e a personalidade individual faz com que ela pense em ocupações diretamente ligadas a um cargo de justiça social, descobrindo assim o cargo de Auditor Federal do Trabalho, função que tem como objetivo principal checar as empresas sobre as condições de empregabilidade e sobre os deveres trabalhistas, fiscalizando, por exemplo, a questão do trabalho escravo.

Vemos assim, que a questão da autonomia no trabalho é essencial para ela. A estabilidade não está ligada somente à questão financeira, mas também relacionada à questão do fazer o que gosta, o que se interessa. A nossa entrevistada está no grupo daqueles que ainda não passaram no concurso público, e diz que mesmo se passasse em algum menor não assumiria, porque não se veria na posição. Vemos assim que existe uma forte relação de expectativa no futuro como algo que aliado ao trabalho duro, uma rotina de estudos assertiva, traz a possibilidade de atingir os objetivos. É interessante perceber, na sua vida, a relação com a sua primeira experiência na época do vestibular, onde houve, ao contrário, um choque entre essas expectativas e os objetivos concretamente alcançáveis.

5.2.3 Gustavo: organização do futuro e estratégias.

Nosso terceiro entrevistado pode ser classificado como um grande estrategista dentro dos concursos públicos, tendo passado em alguns, e não em alguns outros. A sua formação escolar foi cursada em colégios particulares, porém de baixo custo, hoje ele diz que se pudesse escolher fazer o ensino médio em um colégio público o faria, uma vez que poderia ter certas benesses, como a questão das cotas em universidades e etc. Durante muito tempo quis fazer vestibular para História, porém após alguns reveses resolveu partir para um pragmatismo e tentar um curso que tivesse uma menor nota na entrada, prestando vestibular assim para o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal Rural de Pernambuco. O seu maior objetivo nesse momento era se formar em um curso superior em uma universidade pública, como forma de poder tentar concursos públicos de nível superior.

A confirmação da sua investida no universo dos concursos públicos se deu após uma fase de estágio em uma empresa privada, na qual ele tinha planos para crescer, por gostar do que fazia, porém, ele foi demitido da empresa ao tentar mudar de departamento, se sentindo bastante injustiçado. Esse fato fez com que ele passasse a pensar ainda mais no mercado de trabalho privado como um local repleto de injustiças, onde o seu trabalho não seria valorizado como deveria, tendo que viver baseado em uma eterna instabilidade.

Outro fato que baseou a sua escolha no mercado público de trabalho foi a influência familiar. Filho de mãe servidora pública e de pai autônomo aposentado, ele via o quanto o pai tinha uma jornada de trabalho que não era fixa, sem uma instabilidade financeira, enquanto que a jornada da mãe era fixa e com todos os direitos sociais assegurados. Desta maneira, ele escolhe os concursos como seu caminho profissional.

Estudando em casa, inicialmente, ele passa em um concurso público como agente de saúde da ASA no combate à dengue, e percebe ali diversas formas de traçar o seu caminho através do que virou uma estratégia profissional. Dessa maneira ele tenta concursos para Guarda Municipal, e até para cargos militares, como PM e Bombeiros, que o exigem a mudar hábitos e a ter uma melhor forma física como maneira de passar nos testes necessários. Há a partir daí uma mudança até no seu entendimento com o próprio corpo, que faz parte de uma estratégia, fato que iremos discutir mais adiante como forma de link entre a empiria e a estruturação teórica do trabalho.

5.3 A FORÇA DA CONVIVÊNCIA E A *HYSTERESIS* POSITIVA

As relações sociais têm um papel central na vida de qualquer pessoa, o sentimento de pertencimento é essencial para que as experiências sejam passadas a diante e que tragam frutos. Para o nosso entrevistado Gabriel isso tem um papel preponderante e facilmente analisado em uma rápida leitura de sua entrevista. A palavra convivência é direcionada para diversas experiências fundadoras da sua vida: desde a sua relação com a mãe até o ambiente de trabalho ao qual faz parte hoje.

Pierre Bourdieu, em seu artigo *The Forms of Capital* (1986), pode nos explicar a experiência da convivência social sob diferentes ângulos de análise, mas em todas elas nós encontramos a questão da capitalização dessa convivência, como uma moeda de troca e uma forma de socialização dentro de esferas que são significativas nas relações sociais. Bourdieu se distingue de correntes marxistas por interpretar a sociedade em uma situação de não-bifurcação entre os detentores de capital – burgueses – e aqueles que experimentam a vida tendo como fonte de capital a sua própria força de trabalho – proletariado –, o seu pensamento sobre a desigualdade social é mais voltado para as organizações de acúmulo de capitais diferenciadas entre os sujeitos e suas classes específicas. O capital também transcende uma visão puramente voltada para o econômico, se comportando como um acúmulo de trabalho, que pode ser materializado ou corporificado, acumulado de maneira privada pelos agentes (BOURDIEU, 1986). Dentro dessa linha de pensamento ele ganha facetas como o capital cultural, simbólico, político, econômico, social e etc.

O capital social é essencial para o debate em questão porque ele organiza as relações sociais que são entendidas como uma forma de trabalho, que tem como especificidade a possibilidade de transferência intergeracional, por exemplo: os contatos que os pais estabelecem durante a vida podem vir facilitar a entrada dos filhos em empregos durante o começo de sua vida profissional, uma vez que a inexperiência no mundo do trabalho torna as relações de confiança exteriores ao indivíduo um fator preponderante na inserção no primeiro emprego. Mais importante ainda, as redes de capital social têm forte importância na reprodução de um grupo específico através de lógicas de filiação: “A troca transforma as coisas trocados

por sinais de reconhecimento e, através do reconhecimento mútuo e o reconhecimento da associação do grupo de que ela implica, re-produz o grupo” (BOURDIEU, 1986, p.22)⁵³.

Vemos assim a dificuldade que pode se tornar para uma pessoa que vem de origens pobres se inserir em um grupo que detenha um tradicional poder distintivo dentro da sociedade em que vivemos. Para que isso aconteça, há a necessidade de entender certos passos que toma desde a juventude e ter conhecimento dos símbolos de distinção que nem sempre são facilmente decodificados desde jovem. Para Gabriel há uma passagem na sua vida que demonstra um reconhecimento precoce de um desses símbolos, acontecido em meio a um acaso.

Gabriel: No colégio estadual eu tive a oportunidade de estudar francês, logicamente um francês da escola, com um padre chamado Padre Nécio Rodrigues e eu fiquei impressionando em saber que tinha uma língua diferente que eu poderia aprender uma coisa que não era, assim, do meu mundo, nera? Falar francês, o que é isso, né? Eu comecei e me apaixonei por aquilo e comecei a estudar muito, e ele nos passou um roteiro: Pronúncias de língua francesa, foi anotado num caderninho manual e eu tinha esse caderninho, durante muitos anos da minha vida eu tive esse caderninho, que ele mostrava todas as pronúncias, regras de pronúncia da língua francesa, e tudo a mão, né? (...) então a **convivência** com o Padre Nécio, quando ele chegou lá das viagens e entrou numa sala de aula e pediu para, na aula dele, os alunos pudessem repetir com ele o verbo *aimer* – eu nunca esqueci – o verbo *aimer*, mas em todos os tempos de conjugação, e aí uma aluna disse: é imê, aí ele disse: não, quem é que pode fazer... e eu por acaso estava no centro da sala e me levantei e disse toda a conjugação do verbo e ele simplesmente foi lá, eu era magro, pequenininho, um magro alto, mas ele me pegou com minha cadeira, com tudo, me levantou e pôs em cima da mesa dele e disse: aqui é o aluno exemplo! A partir de hoje vai estudar na minha casa comigo! E eu fiquei... eu tava tenso nervoso, porque era um garoto. E eu quando fiquei assim totalmente nervoso naquele momento e tal, minha mãe conhecia a irmã dele porque morava na frente do colégio, aí pensei: será que vou lá? Mas acabei indo e comecei estudando com ele francês e fui descobrindo a possibilidade de ter novas descobertas na vida.

A convivência aparece como uma peculiaridade do *capital social*, como uma organização exploratória do mesmo. A convivência, dentro desse espectro, se organiza como a tentativa de realização de um acúmulo de *capital social* a partir de uma estaca zero, pressupondo uma ausência da sua característica de transmissão intergeracional.

⁵³ Tradução minha. No original: “The exchange transforms the things exchanged into signs of recognition and, through the mutual recognition and the recognition of group membership which it implies, re-produces the group.” (BOURDIEU, 1986, p.22)

Vemos ao fim da fala do entrevistado que existe a partir deste acontecimento uma abertura para novas possibilidades de descobertas. Esta epifania, na cabeça dele, tem um significado muito forte: a percepção de adaptabilidade as regras de um jogo até então desconhecido. É como se o sentido do jogo, descrito por Bourdieu para entendermos o conceito de *campo social*, fosse algo percebido a partir desse momento. Usando a analogia do “deixar ou não deixar a peteca cair” é como se a peteca surgisse a partir desse momento na vida do nosso entrevistado.

É imprescindível citar que disposições já estavam em jogo desde antes deste acontecimento, que se não fosse por uma socialização mais primária ainda ele não teria tido o poder de diferenciar os elementos para uma conjugação do verbo *aimer* ou até nem entendido a necessidade disso. Porém, o choque fundamental dentro desta nossa análise é dado que a partir desta percepção da habilidade em um jogo desconhecido há a possibilidade de entrar em um *campo* como jogador, não mais como mero espectador. Há um crescimento das expectativas do indivíduo, e conseqüentemente em paralelo dos seus objetivos, a partir de um pensamento centrado na sociologia individual gostaria de chamar isso de uma *hysteresis positiva*.

A *hysteresis positiva* é organizada a partir de um choque do indivíduo com as estruturas sociais que o possibilitam a uma ascensão social a partir da descoberta de uma probabilidade de ação no jogo. Há uma percepção inédita no indivíduo das possibilidades das suas disposições internalizadas em relação ao *campo*. O *time lag*, ou *inércia do habitus*, tem o seu sentido invertido, causando assim uma sensação de *inércia do campo*, com a abertura do descobrimento de novas possibilidades das suas disposições pelo indivíduo. É como se a bola se direcionasse ao jogador.

Esse sentimento de *sentido do jogo* em detrimento ao conhecimento das *regras* é facilmente entendido no senso comum através de uma naturalização da desigualdade social, entendida como uma meritocracia pura, um talento nato, um dom. Isso é sentido especialmente dentro do concurso público, tido como a maior fonte de igualdade de seleção entre os sujeitos no mercado de trabalho, mas há um esquecimento de diversas formas já existentes que desestabilizam o jogo no sentido mais expresso do *capital social* que falamos mais acima:

Gabriel: A partir de 1988 que passou a ter essa coisa do exclusivamente concurso público, inclusive retirando essa coisa da prova psicológica. A prova psicológica era assim, você passava e tinha que fazer o teste psicológico, ali no Derby tinha vários psicólogos que trabalhavam só para concurso público e se você fosse reprovado não adiantava você ter todo o conhecimento: passou

lá, bom em datilografia, perfeito nas suas provas, mas você tem um desvio... e essa prova psicológica reprovava pela vontade do psicólogo. Tinha uma história de uma figura que eles passavam para nós dizermos o que era aquela figura... e a figura mostrava como se fosse uma água jogada aqui, sabe? E ficava aquela confusão de coisas e você... se você interpretasse aquela figura como sendo algo que o psicólogo não achasse bom, acabou, você tava reprovado. Você pegava o lápis e vinha aqui de passando num papel de olho fechado, ele desenhava uma reta, se você desviou muito daquilo ali, você tava reprovado. (...) Você nem via o resultado, só via que tinha sido reprovado, as pessoas se sentiam mal, vi muita gente dizendo: pô, não passei no psicotécnico. Isso é uma coisa, já pensavam que *tavam* ficando doido, isso era uma coisa que fazia muita gente se sentir mal com isso, mas como, se não recebia resposta, justificativa?

Por mais que a *hysteresis positiva* entrasse em ação poderia haver impedimentos circunstanciados por outras esferas que não as mais objetivas. A necessidade da convivência surge deste fator porque através dela nasce a possibilidade de entendimento da forma de relação dos outros agentes. A expansão das possibilidades através dos objetivos e expectativas do indivíduo são muito mais complexas do que um conteúdo programático estabelecido em um edital de concurso público, há uma transversabilidade no próprio corpo do indivíduo porque “o bom jogador, que é de alguma modo o jogo feito homem, faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige” (BOURDIEU, 2004, p. 81). A *hysteresis* não é ação, ao contrário, ela é o espaço de abertura reflexiva do indivíduo para a reconfiguração, nesse caso com possibilidades positivas, para a abertura de um plano de ação.

Gabriel: (...) até pela própria **convivência** com as pessoas, o ciclo de gente que te rodeia, você às vezes tem que mudar de alguns modelos de comportamento, de visão de mundo, né? Que eu até *tava* brincando com minha filha outro dia que, *tavam* discutindo lá na sala, que um colega *tava* viajando pra Jerusalém, que ele é bem católico, ferrenho, minha mãe era bem católica de ir pra igreja, coroinha e tal. E ele deu umas dessas túnicas, roupas judaicas, né? Tem uma lagoa lá em Jerusalém que é pra renovar os votos do casamento, aí perguntaram pra mim, você não vai não, é importante pra renovar os votos do casamento! Eu disse: vou não, porque na realidade eu sou mais do candomblé, minha vida é do candomblé. Falaram: como? Você do candomblé? Eu disse: eu gosto, acho bonito, minha mãe era do espiritismo, mesmo sendo católica. Tem a ver com minha cor. Então olharam pra mim, não podiam replicar, mas olharam com aquele choque, e como: você não pode fazer isso aqui! Que é isso! Você doutor, um estudioso, um professor! Na realidade eu disse aquilo num tom de brincadeira, mas avalei como foi o impacto! Olhe como eu tive que mudar, muito pra poder manter as relações de **convivência** que possam ser harmoniosas, para que você também não fique, assim....solitário.

Certos tipos de *capitais* têm consigo a possibilidade de falseamento ou de facilitação de resultados meritocráticos. Nós já falamos um pouco dessa possibilidade através do *capital social* e da sua transferência intergeracional. O *capital cultural* dentro do seu estado institucionalizado também pode ser elemento de um falseamento, tendo como princípio uma inflação dos títulos escolares e a necessidade cada vez maior de aumento de credenciais para estabelecer certas funções no corpo do Estado.

Gabriel: (...) você está no interior, por exemplo. Ai você, doutor em sociologia, veja, preparou-se naquele cursinho, foi ser auditor fiscal, você imagina, né? Vou saber pelo menos como funciona a questão fiscal do Estado, a relação com a sociedade, não sei o que...ai te botam lá no interior, pra você andar num carrinho cobrando as *vendazinhas*, as barracas, coisa bem simples, pra passar dois anos ali, totalmente isolado, fazendo um trabalho totalmente fora de qualquer realidade que você imaginou. Ai você poderia perguntar a qualquer pessoa com uma formação básica de segundo grau se ele estaria lá tranquilo fazendo a mesma coisa, e ai vem outra coisa, você vai ter um certo sentimento de inutilidade. E aquele não, aquele vai tá lá feliz porque é uma oportunidade que ele jamais imaginou ter na vida.

Outra forma de falseamento é através do *capital econômico* uma vez que os concursos públicos cobram taxas abusivas tanto para a inscrição, coisa que é bastante debatida uma vez que o grande ganhador na contratação deveria ser o Estado, arcando assim com os custos de suas necessidades, como também através de cursos preparatórios, que são determinantes pelo exponencial aumento das matérias pedidas como necessárias em concursos públicos na atualidade. Gabriel sofreu esse revés quando decidiu fazer a prova para o Instituto Rio Branco, passou na primeira fase e não teve condições financeiras de prosseguir para a segunda fase, uma vez que ela seria aplicada em Brasília:

Gabriel: Quando voltei eu tô lendo uma revista e descobri que tinha concurso para diplomata. Diplomata, o que é isso? Comecei lendo a história, e fui procurando, fui a biblioteca pública do estado, porque lá era minha fonte de estudo, a biblioteca do Treze de Maio. Então ali eu praticamente vivia, era minha casa, estava constantemente lá. Então comecei a pesquisar, que concurso é esse...no final de 1985. Então fui e fiz o concurso. Estudei, estudei, tinha a base do francês, e que por sorte eu estava vindo com uma base do inglês. E fui e fiz o concurso, estudei. Na base a prova era em português, inglês e francês. Muita literatura, porque a parte de português tinha que pegar discurso de presidente, etc. (...) Então eu fiz as provas, o que acontece é o seguinte: soube do resultado e po, passei! Tava na lista dos aprovados, mas as provas seguintes eram em Brasília. (...) O português era basicamente discurso de presidentes e textos de nossos escritores brasileiros de referência, então, ai eu descobri, no fim, que na regra a prova seguinte era em Brasília. Ai eu disse:

meu deus do céu, e agora? Aeroporto, eu não tinha noção, o problema era dinheiro para pagar a passagem, eu tinha gasto todo o meu dinheiro quando fui para Inglaterra⁵⁴, simplesmente, então perdi, não fui. Era só uma lista de aprovados, não tinha colocação, eram aqueles aptos a ir para a próxima fase, no final seriam três fases.

O mérito individual é um argumento envolto em bastante contestação, uma vez que fatores externos podem se colocar no caminho do indivíduo plenamente competente. O capital, como trabalho acumulado, pode ser transmitido como forma de herança social facilitando os mecanismos de merecimento dentro da nossa sociedade. O trabalho do indivíduo é necessário, porém não podemos endossar uma perspectiva de ponto de largada única para todos, uma vez que o investimento é diversificadamente distribuído e utilizado.

A busca por uma ascensão social baseada no entendimento de uma nova possibilidade de ter expectativas e conquistar objetivos além dos esperados inicialmente não é uma certeza de atendimento de uma autonomia profissional, no sentido de satisfação pessoal estabelecida por François Dubet. A mudança estratégica e bem sucedida de Gabriel da área de Música para a área de Ciências Contábeis não o realizou plenamente, a despeito do grande sucesso e ascensão social que teve. O sonho de ser músico o rodeia até os dias de hoje, fazendo com que pense que se tivesse uma segunda chance hoje teria mantido a sua escolha inicial pela carreira artística. Não se tem como afirmar se a *dobra* do social incorporado nele teria tido o mesmo sucesso nesse outro campo, mas pode-se dizer que a sua visão de mundo mudou. Passados mais de quatro concursos, progressões internas, cursos superiores, pós-graduações e o reconhecimento através de cargos, ainda falta a sua própria necessidade de autossatisfação – que para alguns privilegiados são facilmente conquistados na mais tenra idade. Mas ele garante que não para por aqui.

Gabriel: Mas posso dizer pra você que a ideia do concurso público, de certa forma, foi uma ideia de descobertas que em algum momento eu nem sabia, que eu sinto que foi útil, porque eu saí de uma estrutura paupérrima, dificuldades e tal tal tal, e hoje posso oferecer para minha filha uma outra forma de chegar aqui a universidade do que eu cheguei, eu vinha a pé de Beberibe pra cá, já vim muitas vezes andando. Vinha devagarinho, porque quando chegava, chegava morto. Faltava dinheiro, dinheiro pra um lanche, o dinheiro do bandejão, aí você vê que tudo isso faz parte da trajetória que você tem que viver, mas a descoberta disso... Mas volto a dizer, né, quando terminar essa trajetória aí da universidade, do Estado, vou tentar meu curso de música,

⁵⁴ Gabriel resolveu ir para Inglaterra fazer um curso de inglês para finanças após o falecimento da sua primeira esposa.

vou fazer porque isso é uma dívida que tenho com meu pensar, com meu interior.

5.4. SOCIODICÉIA DO MÉRITO E A LUTA POR CONSERVAÇÃO

As relações entre a classe média e as formas de conservação de seus privilégios é um recorte fundamental para o seu pleno entendimento. As duas pontas das classes sociais, os abastados e os desprovidos têm em sua formação um aspecto de liberdade de ação, mesmo que diferentes, sendo o primeiro bem mais livre e o segundo caso voltado para uma autenticidade de escolhas e comportamentos próprios aos outsiders, como nos diz o sociólogo Jessé Souza (2003). As classes médias não têm esse privilégio, uma vez que vivem através do balanço e do contrabalanço de uma *illusio* baseada em uma equação de necessidade tanto econômica, como simbólica, a primeira sendo necessária por bens materiais óbvios e a segunda a partir de uma imagem de privilégio, de status. Essa relação se torna complicada uma vez que a capitalização simbólica é dada através do desinteresse econômico mais prático.

A partir desse ponto é necessária a organização de uma conservação como característica central dessa classe como forma de estabilidade social e simbólica. Esse é o caso da nossa entrevistada Patrícia, uma jovem de 28 anos que tenta os concursos públicos como forma de alcance de um duplo objetivo: a sua estabilidade financeira e a sua busca por uma autonomia e autossatisfação.

Patrícia: Na verdade quando eu decidi fazer concurso... eu sou muito de... sei lá, protestar as coisas, e eu disse que por causa disso eu ia ser policial federal, e aí não podia ser delegada por não ter o curso de direito, aí dentro do cursinho no primeiro contato com as matérias de direito, tive contato com esse cargo que eu não conhecia, pensava que auditor fiscal era da Receita Federal, que mexia com contas e é uma coisa que eu não curto de jeito nenhum, mesmo passando em concurso de banco não assumiria por que não é uma coisa... acho que você tem que escolher um cargo pra vida toda, né? Tem que encontrar coisas dentro que façam você gostar. (...) É uma forma de estar fazendo alguma coisa, estar ganhando um valor que eu acho justo, que eu me planejei, que eu gostaria, algo que seria muito difícil de alcançar se eu continuasse em publicidade. (...) Eu acho que é muito frustrante você entrar em um concurso que pague muito bem e chegar lá e você não esteja gostando, entendeu? Não

ser tão imediatista e dizer: eu vou pelo dinheiro, eu vou pela estabilidade. Não! Você tem que saber que é pro resto de sua vida.

Para darmos entrada em sua história é necessário pensarmos a sua experiência em oposição ao caso anteriormente mencionado no capítulo, uma vez que a sua escolha se dá a partir de um mecanismo inverso: uma *hysteresis negativa*. Ao contrário de Gabriel, o seu caso é organizado a partir de um choque com o mundo através de uma queda de expectativas, um deslocamento clássico do *habitus* e dos objetivos e expectativas que esperava poder conseguir em um momento da sua vida. É importante mencionar neste momento que o fator negativo deste conceito não está ligado a um juízo de valor, mas a uma queda das expectativas, relembrando que a reflexividade que advém da *hysteresis* tem uma capacidade reformadora dentro do indivíduo.

A nossa entrevistada percebe ao chegar no limiar da sua vida escolar a sua falta de preparo para o destino que tinha traçado até então, o sonho de cursar Medicina. Vemos assim que ocorre nela uma percepção da não adaptação do seu *habitus* às demandas de suas expectativas centrais no domínio profissional. Vejam a diferença: enquanto que no primeiro caso há a abertura a criação de expectativas e objetivos além do imaginado, nesse caso há um sentido inverso.

Patrícia: Eu me formei em publicidade. Foi muito doido porque eu pensava que queria medicina, na verdade eu comecei... se eu quisesse medicina eu deveria ter me preparado muito antes, né? E aí publicidade começou a vir na minha na minha cabeça muito isso, eu fiz um testinho vocacional com a psicóloga e deu exatamente isso: na área de saúde medicina e humanas publicidade. Acabou que eu optei por publicidade, que eu apesar de ter largado a área achei muito legal, ainda. Não me arrependo. Eu fiz o curso muito bem, nunca reprovei cadeira nenhuma, fui uma excelente aluna, daquelas bem chatas que ficavam na frente anotando tudo, sabia de tudo que estava acontecendo, eu fui muito presente na faculdade.

É importante perceber que o seu processo de reflexividade não se completa neste momento de sua vida, uma vez que ainda é muito jovem e que ainda guia seus atos através de vínculos de expectativas voltadas a uma lógica de mercado, que se demonstram em dissonância com a sua perspectiva atual. Há neste momento um processo de reflexividade quanto aos meios, uma percepção que o esforço contínuo pode trazer. Sua percepção reflexiva sobre a finalidade desse esforço é dado após na fase intermediária do curso: a sua escolha para o mercado público de trabalho, como uma maneira de construção da sua estabilidade. A partir deste ponto, ela

poupa uma certa quantia de dinheiro e resolve investir seu tempo para o estudos para aquisição do cargo de Auditora Fiscal do Trabalho, um concurso federal que é bastante competitivo, abdicando assim do lazer em diversos momentos e se dedicando exclusivamente à sua preparação. Esse momento é interessante para percebermos a questão do capital cultural como um acúmulo de tempo, que é uma perspectiva central da disponibilidade de uma classe média, o tempo para estudar é necessário e não é de graça. Outra forma interessante para pensar a questão do capital cultural e de sua relação com o tempo é a perspectiva da renúncia, da privação, ou como Bourdieu se refere, uma “forma socialmente constitutiva de libido, da *libido sciendi*” (BOURDIEU, 1986, p. 18), a vontade pelo conhecimento.

Patrícia: Como você vai planejar sua vida sem ganhar? Zero! Tipo, muito complicado, né? Eu ainda tenho sorte porque meus pais são aposentados, não houve nenhuma opinião contrária, tipo: meu, você vai trabalhar e você vai ficar estudando e trabalhando. Não. Eu dei meu jeito, guardei um dinheirinho, o primeiro cursinho e paguei, o segundo eu falei com a minha avó. E agora eu tô estudando, pro meu pai não está tanto custo assim, é mais de prova, que é alto. Mas por exemplo esse ano e o ano passado eu não fiz nenhuma prova, não gastei inscrição. Não é fácil você financeiramente ficar bancando esses anos de estudo, de cursinho.

Filha de funcionários públicos, ela não reconhece esta consonância dentro das suas expectativas, ela nos diz que nunca foi uma escolha externa a sua vontade, nunca houve uma coação, tendo ela a liberdade de escolha de uma carreira profissional própria.

Patrícia: Não acho que influenciou não, na verdade pai não deixou a gente com muita liberdade para escolher o curso, escolher onde quer trabalhar, se quer empresa privada... Meu pai nunca disse: porque você não faz concurso público? Nunca teve essa... nunca induziu dessa forma não. Mas aí ele é concursado, né? (Risos) Eu sempre soube os benefícios do servidor, sempre soube por meu pai: sempre tem um mês de férias, e tem as paralisações, tem feriado e tal, tem os direitos todos certinhos, décimo terceiro e tal e tal e tal. E acho que foi naturalmente. Eu escolhi e já tava no meio da faculdade quando eu mentalmente já sabia que eu ia trabalhar um tempo com publicidade, ia juntar uma grana, viajar e depois dedicar 100% do meu tempo para concurso, assim, até passar.

Ao falar da competição em si, a nossa entrevistada coloca o debate descrito pela antropóloga Livia Barbosa sobre a questão do mérito baseado no “eu e as minhas circunstâncias”, relacionado diretamente a uma perspectiva brasileira. A entrevistada se coloca contra as cotas raciais em concursos de nível superior, uma vez que o título universitário

serviria, de acordo com a sua visão, como uma equiparação entre os indivíduos, uma organização igualitária. Ao mesmo tempo, ela se coloca contra uma meritocracia de mérito discriminatório, baseado em uma análise anterior do currículo do aplicante, defendendo assim uma meritocracia de limites mínimos, baseado em provas específicas.

Patrícia: Não tem muito isso de: ah, ele é inferior porque teve uma base tão boa. Você se forma na faculdade... É isso que eu te falei, por isso que acho injusto a cota racial para concurso público em nível superior, saiu na faculdade você nivelou ali, a partir dali você arrumar um emprego, estudar para concurso é seu esforço sim, 100%. O que eu concordo é... quer ajudar alguém que saiu de uma faculdade e não tem... sei lá, veio já de cotas e tudo, propõe um cursinho a ele, dá uma bolsa de cursinho, agora, tipo, pegar a vaga e dizer: não, 30% vai para negro, até porque quantas amigas minhas são negras e têm uma situação muito melhor que a minha? Assim, muito melhor que a minha. Então, não é nem por classe social é por cor da pele, acho uma coisa assim... fiquei muito revoltada com isso, não porque me atinge... atinge no fato que tô fazendo e querendo ou não diminui minhas chances, mas é porque não faz sentido, não tem coerência pra mim. (...) (sobre possibilidade de pedir experiência prévia) Acho que não ajude, pode ser que ajude quando entrar lá e através da experiência dele consiga uma notoriedade, consiga realizar a tarefa com mais perfeição. Acho um pouco inviável pedir experiência, juiz tem que ter experiência, mas um cargo em qualquer área? Acho que ajudaria na hora de trabalhar, mas muito inviável cobrar isso na hora do edital. Quem garante que aquele cara que já trabalhou vai ser melhor do que eu executando, entendeu?

Vemos, assim, uma organização do seu discurso para um afastamento de organizações econômicas, baseando o seu pensamento em uma ótica claramente estruturada em um desempenho relacional simples. Há uma exclusão tanto de políticas de inclusão, como do enfoque em experiências passadas, organizando assim toda a estrutura de contratação do estado no tal desempenho relacional simples. Esse esquecimento do cerne das relações econômicas na sociedade é essencial para uma reprodução de uma ideia que as organizações de poder são baseadas em um desinteresse. Como nos diz o sociólogo Jessé Souza:

A ideologia mais bem-sucedida é precisamente aquela que não precisa de palavras e que se mantém a partir do silêncio cúmplice e sistemas autorregulados que produzem, sob máscaras de igualdade formal e da ideologia do talento meritocrático, a “sociodicéia dos próprios privilégios” das classes dominantes. (SOUZA, 2003, p.50)

A forte relação com essa *sociedicéia* do mérito é entendida como uma maneira de busca por uma conservação dos seus privilégios de classe. Nada mais justo, dentro desta linha de

pensamento, do que cobrar unicamente de provas objetivas a ascensão ao cargo público, uma vez que as classes médias e dominantes são as maiores detentoras de tempo livre como forma de investimento e capitalização cultural. A raiz econômica da distinção social se torna invisível, sendo pensadas por critérios baseados somente em desempenho (SOUZA, 2003). O merecimento baseado em critérios duramente objetivos acaba por deslocar uma série de conhecimentos e experiência de uma parcela da sociedade que poderiam ser ressignificados em um ambiente de trabalho público. O *habitus* é uma “virtude feita necessidade”, porém, dentro de nossa sociedade, existem virtudes e virtudes. A virtude dos dominados é sempre rodeada de um caráter de ambiguidade (SOUZA, 2003), que não pode ser contemplada por um sistema meritocrático do serviço público nacional.

5.5 CONCURSO PÚBLICO: ENTRE NORMAS E ESTRATÉGIAS

Grande parte da legitimidade construída sobre as seleções de concurso público no Brasil estão diretamente relacionadas à questão da legalidade contida dentro do seu processo, tido como abalizada e meritocrática. Tais seleções dispõem de normas e regras específicas que garantem assim uma seleção às cegas. Esse fato é importante como questão direta para a não existência de processos seletivos que coloquem certas pessoas em posições privilegiadas em relação às outras, não sendo somente baseada em questões contidas no processo seletivo. Contudo, tal organização em torno de normas cria processos que não sistematizam seu conteúdo de maneira satisfatória, nem explicam os conteúdos programáticos relacionados ao cargo pretendido. Em um estudo sobre seleções de concurso público entre o ano de 2001 e 2010 entre órgãos federais (FONTAINHA et al., 2014) é percebido que nenhum dos editais foram trabalhadas tais questões, sobre as habilidades necessárias para a prática do exercício da função pretendida.

Não observamos, em nenhum dos editais que analisamos, que habilidades ou aptidões o candidato deveria ter para exercer as funções do cargo para o qual concorre. Ou seja, a Administração não apresenta para o candidato as habilidades ou aptidões que precisa ter ou precisaria desenvolver para seu trabalho e tampouco considera tais características como partes integrantes do

processo seletivo. Estamos dizendo que os futuros servidores desconhecem o que de fato o cargo requer e não têm suas habilidades testadas. (FONTAINHA et al., 2014, p.52)

Vemos a partir deste ponto que a individualização do mérito é uma organização muito mais ligada à individualização do desempenho do que de um conjunto de aptidões ligadas ao sujeito. Existe uma vinculação do indivíduo a uma perspectiva de normatização que tem como princípio a organização do merecimento relacionada a uma questão do momento, e não como uma relação com a construção de indicadores sobre o mesmo. Dentro dessa visão é até difícil falar em merecimento, que se abstém quase que completamente de sua relação com a historicidade do sujeito, vinculando suas características a uma momento de teste, geralmente de múltipla escolha, transformando o merecer em uma simples averiguação de desempenho individual, relacional e causal. Interessante lembrar que por mais que se individualize o desempenho, o merecimento não é “uma qualidade possuída por um indivíduo sozinho. É também o produto de que tipo de comunidade o indivíduo vem e da história dessa comunidade” (MADDAN, 2010a, p. 1). É entendido hoje que questões como a relação com os estudos e também o poder de concentração estão ligadas à processos de socialização do indivíduo, uma vez que provas são usadas como fator único na relação entre desempenho, aptidões e habilidades para seleção ao cargo, temos a construção de uma homogamia entre grupos culturais de conhecimento específico e cargos públicos.

Mesmo assim, as normas não podem ser colocadas como o único pressuposto balizador das relações de merecimento entre os indivíduos e o Estado no Brasil. As regras, segundo Bourdieu (2004), podem ser pensadas em três formas principais: primeiro, como um princípio jurídico dominado pelo agente; segundo, como um conjunto de regularidades que se coloca sobre aqueles que participam de um jogo; e terceiro, como um modelo para explicação do jogo, pelo cientista. A partir dessa vinculação com a regra se dá o vínculo meritocrático construído pelos concursos públicos, que seguem normas burocráticas como forma de regular o acesso baseado em um desempenho relacional entre os indivíduos. Porém, não podemos pensar que o indivíduo se coloca como mero passageiro dessa construção social realizada centralmente no papel do Estado. O indivíduo emerge como agente e ator, devido a sua pluralidade de disposições incorporadas, a partir do seu vínculo com as estratégias estabelecidas para o acesso ao mercado público de trabalho.

A heterogeneidade de disposições estabelecidas por Bernard Lahire (2002) para a construção da sua teoria do ator plural nos auxilia neste ponto do trabalho para pensarmos a

tomada de decisões através do vínculo com as estratégias para o acesso ao funcionalismo público. As regras vigentes têm como papel central uma construção única de encadeamento para o acesso, relacionada no nosso exemplo pelo desempenho relacional, porém, poderemos ver a partir do exemplo de um de nossos entrevistados a forma como que essas estratégias se dão na busca pelo êxito.

Gustavo é certamente o mais pragmático de nossos entrevistados, ele estabelece o seu caminho para o funcionalismo público através de uma série de estratégias que o auxiliam para o êxito. A construção de sua sociabilidade em relação ao trabalho é heterogênea, seus pais têm caminhos bem distintos, sendo sua mãe funcionária pública e seu pai um profissional autônomo.

Gustavo: Já pensava em concurso porque lá em casa minha mãe é servidora, eu me criei, cresci vendo como é bom ser servidor público (...) a grande motivação foi ela, mas claro, quando você vai se desenvolvendo enquanto ser social você percebe que diante do que a gente tem aí ser servidor pode não ser a melhor opção, por ser uma questão de perspectiva, mas é uma das melhores. Você querendo ou não acaba se encaminhando pra isso por querer ter uma tranquilidade maior (...) Meu pai ele não percebe as coisas como minha mãe e eu percebo, tanto faz como tanto fez, é aposentado hoje, sempre foi autônomo, não consegue ter esse discernimento que a gente consegue ter (...) Eu via que minha mãe não ganhava mal, se minha mãe faltasse ela não perdia o emprego, poderia se atrasar sem maiores problemas, sair mais cedo sem maiores problemas, nada acarretaria não ter dinheiro no próximo mês.

Sua educação formal foi cursada em colégios particulares, mas nunca os mais prestigiados, coisa que hoje observando de fora ele vê com certo arrependimento, uma vez que se tivesse estudado em um colégio da rede pública de ensino, teria direito a benefícios sociais, como as cotas ou um financiamento total de sua faculdade, através do Programa Universidade para Todos (PROUNI).

O mercado de trabalho privado é visto por ele como um mercado oneroso, uma vez que a estabilidade não está voltada para o desempenho do funcionário, estando assim a mercê da relação dos seus superiores e o seu humor. A estabilidade também é algo que o mercado público de trabalho teria como vantagem, uma vez que o indivíduo pode se organizar melhor e planejar o seu futuro. O curso superior, para Gustavo tem uma função muito estratégica e cada dia mais vista dentro do nosso cenário nacional, a obtenção do seu título tem uma finalidade muito maior ao autorizar o indivíduo a prestar os concursos que têm como pré-requisito o curso superior do que a própria prática ligada ao conjunto de conhecimentos adquiridos ali. Vemos assim uma ligação com o que percebemos na primeira entrevista: como a regulação perante ao Estado de

cargos necessariamente de curso superior, em detrimento das habilidades necessárias à função, cria uma inflação de diplomas. Não somente esta perspectiva pode ser colocada como única explicação, mas também, toda uma cultura nacional bacharelística trabalhada por Gilberto Freyre (2004) em nosso terceiro capítulo.

Gustavo: Eu queria História, sonhava muito com História, eu tentei História na época era desmembrado, não era via ENEM, então você tinha que escolher se ia fazer na Rural ou na Federal, aí eu tentei História na Rural e tentei História na UPE. Na Rural eu fiquei em remanejamento, 65, ainda lembro a posição, e na UPE fiquei em remanejamento também, mas muito longe. Ai você enquanto vestibulando, sobretudo no primeiro vestibular, você fica meio que decepcionado se você não consegue passar, acredito que muitas pessoas façam isso, então no segundo eu disse: eu quero entrar numa universidade pública a todo custo, eu vou fazer o que for mais fácil, o que eu achar mais fácil. (...) Eu queria uma formação superior, não posso pagar por ela, não podia pagar, pelo menos na época, tinha que ser ou Federal ou Rural, e não podia ser uma coisa muito difícil, porque eu já estudava pra concurso, vislumbrava muito isso. (...) Eu queria muito ter feito Direito, na verdade, mas Direito é um dos mais concorridos, todo ano não deixa de ser um dos mais concorridos, aí entre ficar tentando Direito diversos anos e ter uma graduação o mais rápido possível, eu optei por ter uma graduação o mais rápido possível.

Vemos, assim, que socializações heterogêneas requerem uma forte relação com o contexto social que se inserem, usando das suas múltiplas disposições como elementos de uma *estratégia*, acionando diferentes disposições incorporadas como forma de se modificar e atingir o objetivo esperado. Esta modificação não é entendida somente em padrões sociais, mas também em padrões corpóreos. Hoje nosso entrevistado é funcionário da Prefeitura da Cidade do Recife como guarda municipal, ele nos fala das suas estratégias de reforma de sua conduta com o próprio corpo como forma de atender as expectativas físicas contidas em editais diversos que ele passou desde os editais militares – como de Polícia Militar e Bombeiros – que requerem um melhor condicionamento, como o de outros órgãos – como as Prefeituras de Recife e Olinda e os Correios. A atualização de suas disposições foi fator fundamental para a conquista do êxito no cargo público.

Gustavo: Quando eu comecei a estudar na Rural eu fiz PM e Bombeiros no começo de 2006. Passei nos dois, fui chamado nos dois, só que na época você muito novo não consegue ter vários objetivos: ou quer farrar ou quer estudar ou quer ter condicionamento físico. Você não consegue abarcar tudo. E eu não ligava muito pro condicionamento físico, não ligava bastante! Ai esses concursos têm teste físico, aí eu não passei nos testes físicos. Eu procurei mudar nesse contexto, porque eu queria continuar nessa área. (...) Depois, fui chamado pros Correios, e mesmo sabendo que eu não queria tomar posse lá,

como eu te falei que eu não tinha passado em alguns testes físicos, eu queria que essa balança ficasse favorável a mim, porque até então ela estava empatada. Na PM e nos Bombeiros eu reprovei: 2x0 pro Estado. Em Olinda passei e depois na Guarda Municipal de Recife: 2 pro Estado, 2 pra mim. Tava empatado, eu precisava desempatar. Fui pros Correios só pra passar no teste físico, que eu conseguia. Eu muito novo não passei, aí adquirindo idade e passando em teste físico, eu precisava disso. Minha autoestima melhorou consideravelmente (risos). Hoje eu tento malhar diariamente, correr diariamente.

Tais estratégias também não têm um limite ou organização baseadas em temporalidade, existem estratégias a serem tomadas hoje e estratégias a serem conquistadas no futuro. Esta relação a curto/longo prazo é definida por uma diversidade de variáveis que se estabelecem sobre o indivíduo, tal como as suas motivações, chances, expectativas e objetivos específicos. No tocante ao mercado de trabalho e seu futuro, o nosso entrevistado tem duas preocupações centrais: o que ele recebe e faz hoje; e o que ele receberá no futuro.

A primeira delas se relaciona com a sua necessidade imediata, e está voltada tanto para um ascetismo, estudo comprometido e a necessidade de atingir um desempenho relacional satisfatório, como por uma escolha em qual área seguir. Na primeira vez que tentou um concurso público, para Agente de Saúde Ambiental da Prefeitura do Recife (ASA), ele estudou sozinho os assuntos e foi contratado, tendo inclusive sistematizado uma pequena apostila e disponibilizado para pessoas próximas. Mas o que nos coloca aqui é o nascimento de uma sistematização de estratégia a curto prazo pelo ator, uma vez que ele percebe a possibilidade de ter um melhor salário desempenhando funções que tenha em sua remuneração um adicional, seja ele por insalubridade, risco de vida e etc.

Gustavo: Concurso é trampolim, né? Eu já estou no meu terceiro, que eu tomei posse, já fui chamado em outros mais tive que optar. Assim, o primeiro que você faz, você faz qualquer coisa, você está buscando a estabilidade. Quando você consegue a estabilidade, você passa a buscar a estabilidade e um salário maior. Aí conseguiu estabilidade e um salário maior? Estabilidade, salário maior e plano de saúde...a maior parte deles é Federal, dificilmente um na esfera Municipal te oferta um plano de saúde. Aí você vai só melhorando de cargo, não quer deixar de ser servidor nunca, você só quer mudar de esfera ou de cargo. (...) Como eu te disse a primeira coisa é estabilidade, as outras coisas vão demandando a partir daí, aí eu já fiquei pensando: poxa, eu queria ganhar mais! Eu já trabalhava numa coisa que tinha insalubridade, e depois dessa experiência quando eu saísse do ASA queria ficar sempre nessa área. Ou que me pagasse insalubridade ou me pagasse, periculosidade, adicional de risco de vida... (...) Pra melhorar você tem que sair da periculosidade, que é da área de saúde, e ingressar na segurança pública, que é o adicional de risco,

porque tem cargos de nível superior, Polícia Civil, que eu estou estudando agora, PRF...

Vinculado a estratégia anterior está uma que tem como princípio a tentativa de estabilização social e financeira a longo prazo: a aposentadoria. Ao escolher tentar funções que tenham o risco como relação fundamental de trabalho, ele tem como estratégia a busca por uma aposentadoria em menor tempo, que está em acordo com a legislação trabalhista vigente.

Gustavo: Hoje é risco de vida, que para fins de aposentadoria é a mesma coisa, a profissão insalubre é equiparada a uma profissão de risco. É porque você primeiro quer a estabilidade, aí quando você consegue começa a criar um leque de opções, você almeja muitas coisas ao mesmo tempo. E aí vem a qualidade de vida também, acaba vindo, é uma coisa inerente. E você se aposentar mais cedo, não é mais cedo do que as outras pessoas, é mais cedo do que você deveria, numa situação comum, eu acho que é qualidade de vida.

Vemos, assim, que do mesmo que jeito Pierre Bourdieu utiliza a noção de *estratégia* como “instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe (recorrendo, por exemplo, à noção de inconsciente)” (BOURDIEU, 2004, p. 81), a mesma noção pode vir a auxiliar a perspectiva da pluralidade de disposições associadas ao pensamento de Bernard Lahire (2004). Se Bourdieu faz questão de introduzir o agente dotado de disposição construída historicamente e socialmente, dotado de instrumentalização prática no conhecimento do mundo e na ação, sendo estruturado e estruturando ao mesmo tempo dentro da discussão sobre as regras e estratégias (BOURDIEU, 2001), Lahire estabelece, por sua vez, a multiplicidade dessa aquisição de disposições, colocando o agente em um espaço de escolha e de mais independência em relação à estrutura, uma vez que a socialização não é vista como um aspecto único e engendrada a partir de um sistema simples de reprodução social, mas contendo uma pluralidade de disposições que são utilizadas em relação ao contexto de vida do ator. Desta maneira, o ator é dotado de uma pluralidade de disposições, podendo ser utilizada em favor de suas próprias estratégias que são ativadas em relação com a vigência das normas do jogo ao qual está submetido.

O exemplo de Gustavo é substancial nesta discussão, vemos, por exemplo, que a socialização dele em relação ao mercado de trabalho em seu ambiente familiar é múltipla, tendo a mãe localizada no mercado público e o pai no mercado privado. Suas experiências também são múltiplas, tendo tido um papel em ambos mercados. As estratégias colocadas em prática por ele em um mercado privado de trabalho foram distintas em relação às suas estratégias no

mercado público, enquanto que no primeiro ele se debruçou sobre maneiras de apreensão da função em perspectivas *in-job*, no segundo ele estabeleceu formas de acesso baseado na norma vigente, de sistematização de um capital cultural *pre-job* como forma de acesso em forma de desempenho relacional. Não é que ele foi dotado de disposição para um mercado público de trabalho, mas sim que ele soube restaurar, organizar, atualizar certas disposições para um contexto diferente.

Gustavo: (Sobre habilidades e estratégias *in-job*) Eu trabalhava com mais duas pessoas no departamento, e essas duas pessoas ganhavam 1200 reais, eu ganha 400, um terço do que eles ganhavam. Isso eu fazia as mesmas atividades, a minha carga horária era a mesma, jornada de trabalho igual. Só não trabalhava aos sábados, mas eles também não. Aí, no ar-condicionado, chegavam lá, como era uma empresa de segurança, os vigilantes me chamando de senhor, eu muito novo: poxa, isso é o máximo! Trabalhando de gravata, no começo eu odiei isso, mas depois fiquei me sentindo, né? Poxa, quero trabalhar aqui, quero ser contratado, e ficava pensando em sair de 400 pra 1200 reais. (...) Fiquei batalhando na empresa, dando o máximo de mim, só que a gestora lá que eu trabalhava era muito difícil, vou te dar só um exemplo: ela chamava a menina de burra. Imagina o que ela não fazia com um estagiário, com a funcionária fazia isso. (...) (Após demissão...) Dá pra mim não, quero passar logo num concurso pra não ter que passar por mais nenhuma humilhação, né? Você fica lá se sujeitando a tudo, trabalhando oito horas por dia enquanto estagiário, nessa época não tinha essa lei do estagiário que tem hoje, me lascava todinho.

Gustavo: (Sobre habilidades e estratégias *pre-job*) Estudei muito, passei do dia que abriu esse concurso, que eu vi que tava aberto, pelo menos, eu estudei bastante, mas assim, sem cursinho, estudei em casa, né? Peguei o máximo de materiais possíveis, inclusive montei meio que apostila com os assuntos principais, as coisas mais importantes eu destacava. Teve um concurso agora recente pro mesmo cargo, eu já tinha pedido exoneração, tava em outra coisa, mas eu ainda forneci o material que eu fiz para algumas pessoas, e elas passaram. Será que eu tinha me dedicado a esse concurso, pra eu montar um material?

A multiplicidade de disposições engendradas no ator desde sua socialização aliadas aos contextos em que são estrategicamente escolhidas podem mudar substancialmente o entendimento dos mesmos quanto ao significado do que podemos chamar de mérito e meritocracia na nossa sociedade, veremos isso na seção a seguir.

5.6 MÉRITO E MERITOCRACIA: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Diversos pontos de vista podem ser aferidos quando falamos em mérito e meritocracia, em especial dentro do acesso ao serviço público. Pudemos ver duas formas que são imperativas em qualquer discussão sobre o fato: a primeira é a questão da impessoalidade; e a segunda a questão voltada para o desempenho relacional.

A impessoalidade é uma característica fundadora dentro do pensamento dos concursos públicos, ainda mais por uma característica histórica de loteamento de cargos e funções pelo corpo político e privilegiado dentro do país. A instituição da impessoalidade como característica histórica pôde ser vista ainda neste capítulo a partir da discrepância com o exemplo dos testes psicológicos, tidos como pré-requisito aos cargos públicos antes da Constituição de 1988. Os concursos públicos emergem como fator obrigatório como forma de barrar a influência pessoal dentro da aquisição dos cargos públicos no Brasil, muito presentes até meados da década de 1980, com seleções que não passavam por crivos necessários.

Gabriel: Mas havia coisas absurdas antes de 1988, como tive colegas que chegaram e diziam o pai dele era presidente da Alcoa, e ele simplesmente dizer pra mim que entrou no BANDEPE porque virou o carro e de castigo o pai mandou, ligou pro diretor do banco e foi de castigo porque virou o carro dele em Boa Viagem, então você tinha umas coisas assim que era ruins, de você privilegiar quem não merecia e sequer passou pelas mesmas dificuldades, mesmas exigências. A partir de 1988 que passou a ter essa coisa do exclusivamente concurso público, inclusive retirando essa coisa da prova psicológica.

Esta dinâmica de crítica a pessoalidade dentro das relações jurídicas na sociedade brasileira – crítica muito justa, por sinal – é levada através de uma tônica de mitificação de uma relação de pré-modernidade dentro da nossa sociedade através de relações como a do antropólogo Roberto da Matta. Esta relação mítica é construída a partir de organizações de padrões duais como os da Casa/Rua, onde o espaço da impessoalidade – a rua – seria uma construção onde o brasileiro não se sentiria a vontade.

O concurso público foi colocado sob a égide da impessoalidade absoluta, uma vez que aprova aqueles que se colocam como mais aptos através dos domínios do saber mais técnico

possível. A impessoalidade é vista assim como ligada diretamente ao que a gente constata como meritocracia em si, como nos diz a nossa entrevistada:

Patrícia: Meritocracia eu vejo como você estar em pé de igualdade e no caso o concurso você vai prestar uma prova que todo mundo está prestando, no mesmo lugar, é pura competição, o melhor naquele momento que vai fazer aquela prova, que tiver a pontuação melhor vai ter merecimento sobre aquilo através da sua disciplina, o que você fez pra chegar até ali, com igualdade... todo mundo fazer no mesmo nível. Impessoalidade é... é filho de fulaninho? Vai fazer a prova do mesmo jeito. É rico? Vai fazer a prova do mesmo jeito. É pobre? Vai fazer do mesmo jeito. Sabe? É impessoal. Não interessa a cor da pele, a idade, nada, é a impessoalidade. Todo mundo está apto a ir lá e se dedicar e fazer.

O argumento da impessoalização é usado como fonte também de argumentos contrários a medidas sociais de democratização do funcionalismo público, o que seria como uma quebra do que chamamos anteriormente de homogamia dentro do setor, uma vez que se reproduz uma mesma classe social através dos concursos públicos que lidam exclusivamente com o desempenho, através de um poder financeiro e cultural de determinadas classes privilegiadas no Brasil.

Por mais que questões como a impessoalidade sejam ligadas ao concurso público, é importante salientar e disseminar que elas não estão ligadas exclusivamente a ele. A impessoalidade é tida como uma relação que estrutura a nossa sociedade em diversos níveis, em especial quando falamos de instituições como o Mercado e a Burocracia. Como nos diz o sociólogo Jessé Souza em sua crítica à sociologia dualista de Roberto da Matta:

Estado e mercado não são o mundo da rua que pára na porta das nossas casas. Eles entram na nossa casa; mais ainda, eles entram na nossa alma e dizem o que devemos querer e como devemos sentir. É enganoso separar casa e rua (sendo a rua percebida como o mundo impessoal do Estado e do mercado, como vimos), como é enganoso supor a permanência atávica de relações personalistas numa sociedade estruturada por Estado e mercado. Já discutimos acima a importância do poder constitutivo de relações sociais de novo tipo a partir da eficácia do Estado e do mercado. Gilberto Freyre nos mostra com maestria como o personalismo, ou patriarcalismo como ele preferia, desde o início do processo de reeuropeização, é ferido de morte já na própria casa do patriarca. Seu controle sobre sua própria mulher decresce e ele é superado e vencido pelo filho formado em escolas europeias que passam a atender melhor as novas necessidades do aparelho estatal e do incipiente mercado que se cria. (SOUZA, 2001, p. 62)

O desempenho relacional é outra questão que é bastante referenciada quando pensamos a meritocracia. Porém, esse desempenho relacional é objetivante que temos traz consigo os problemas derivados de uma reprodução do *capital cultural* dentro das classes privilegiadas no Brasil. Isto é bastante claro quando percebemos que o conteúdo proposto por bancas de concurso público não são necessariamente referentes ao que é pedido no exercício da prática do cargo:

Gabriel: Na prática é mínimo, tem muita pouca coisa do que você vai realmente aplicar. E ainda tem que o que você cobra do que é aplicado na prática, que poderia ser aplicado na prática é mais uma teoria daquilo que você dificilmente vai ver, né? Dificilmente você vai ver, você as vezes pega muita coisa na área de direito processual, tem um concurso do tribunal tributário do estado, coisas de direito processual que você não vai usar dentro do próprio exercício do trabalho, você não usa. Mas você precisa saber aquilo como se você viesse com aquela visão de um grande, uma visão de tribunal que você...nada. É uma teoria que você simplesmente está sendo cobrado pra fazer a prova aquele assunto é mais fácil de você criar questões de múltipla escolha, tem determinados assuntos que facilitam você organizar e enrolar um pouquinho, sabe quem prepara prova, eu já preparei prova de concurso, e sei que esse negócio, tem que ir arrumando...A parte de informática, por exemplo, será que a empresa não poderia arrumar um treinamento e dizer: essa parte você vai aprender aqui?

A ótica do engrandecimento do domínio teórico em relação com o domínio da prática dentro da relação do que é cobrado em um concurso público tem muito a ver com o que falamos no capítulo 3, sobre a diferenciação entre trabalho e labor, a partir da relação entre vulgaridade e raridade inserida no conhecimento e nas relações de trabalho. O concurso público como entendemos hoje nada mais é do que uma exaltação de uma relação com o estudo estabelecida por sua raridade, pois não nos enganemos, o tempo, como nos diz Bourdieu, é a melhor balança para entendermos a reconversão de capitais. Estudar demanda tempo, se relacionar demanda tempo e tempo é uma coisa rara em nossa sociedade. Poucos são aqueles que o têm em sobra para investi-lo em relações de conversão em cultura. O mesmo tempo que se converte em cultura – institucionalizada, incorporada ou objetificada (BOURDIEU, 1986) – se converte em alimentação, lazer, saúde e etc. por meio do trabalho tido como não-qualificado. Este trabalho, por mais que possa se converter em algo útil pelo Estado, não é colocado como parâmetro fundamental para a contratação dentro do funcionalismo público.

6 CONCLUSÃO

Os estudos de Max Weber sobre a questão do desenvolvimento do capitalismo aliado ao desenvolvimento de um protestantismo tem como maior resultado da sua análise como o ascetismo aliado a uma trabalho e a ideia de predestinação como caminho para salvação foi determinante e um terreno fértil para o desenvolvimento do capitalismo moderno. Ou seja, o trabalho tinha um objetivo que não se realizava automaticamente com os seus resultados, mas era aliado a uma visão de salvação através da perspectiva da predestinação, onde o destino já estava traçado e o acumulo de riqueza apenas teria um poder de demonstrar aqueles que estariam predestinados ao reino divino.

O concurso público hoje no Brasil tem uma perspectiva muito parecida com essa lógica weberiana, uma vez que o trabalho, que é traduzido em uma longa jornada de estudos para alcançar o cargo pretendido, não tem na sua realização os frutos que poderia ser retirados dele. O retorno esperado só é dado ao passar no concurso público, após uma longa jornada que tem sua honra baseada em um tipo de ascetismo, ao mesmo modo, uma questão relacionada a se retirar do espaço público, das diversões, para um estudo compenetrado. A predestinação, diferente da divina, analisada pelo autor alemão, é relacionada ao conceito de classe social, já que o vínculo à uma classe, sua socialização e geração de disposições cria expectativas e objetivos sociais que tendem a se realizar dentro de uma lógica da reprodutibilidade inserida dentro dos trabalhos de Pierre Bourdieu.

Pudemos ver através de uma análise de história de vida aliada a uma organização teórica através das visões de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire que existe uma multiplicidade de disposições que compõem o agente que o auxiliam na escolha por um mercado de trabalho público. Essas disposições, no entanto, não são disponíveis a todos os indivíduos, sendo vários desses relegados a uma posição de exclusão, ou pelo menos como coadjuvantes, no campo, tendo como papel principal uma mera legitimação do mesmo.

A reprodução das classes sociais dentro do mercado público de trabalho é uma questão central dentro do Brasil, sendo uma relação histórica, tratada por autores como Raymundo Faoro e Gilberto Freyre, uma vez que é colocado como um aspecto de distinção social dentro de nossa sociedade, vale lembrar que durante a chegada da coroa portuguesa ao Brasil em 1808, em fuga de Napoleão, vieram também todo um corpo burocrático estabelecendo, assim, uma

pesada máquina pública no além-mar. As funções de Estado, desta maneira, sempre foram tidas como gratificantes, sendo a honra pública colocada como aspecto central dentro desse campo.

Contudo, vivemos em um país que tem um imenso debate sobre a sua característica de impessoalidade na esfera pública. As análises das relações sociais em nosso pensamento social sempre foram envoltas em uma intensa discussão a partir de padrões binários de análise entre o aspecto público e impessoal e o aspecto individual e pessoalizado. A função pública não se exclui desse debate, uma vez que a regulamentação do seu acesso foi tardiamente regulamentada, tendo o seu debate sido completo apenas com a Constituição de 1988. Algumas regulamentações foram feitas antes, inclusive sendo a sua primeira datada de 1824, anterior mesmo ao chamado Pendleton Act que regula o funcionalismo público nos Estados Unidos da América.

Essa falta de uma séria estrutura jurídica que acabou por deixar os cargos públicos a mercê de contingências políticas durante décadas, acabou por fazer com que a sua regulamentação em 1988 trouxesse uma forte vinculação com uma perspectiva de igualitarismo sem pensar a conjuntura em que vivemos. O grande problema desta visão é que o igualitarismo é pensado em uma visão apriorística, na qual o desempenho só pode ser medido em relação ao momento exato de uma prova, colocando dentro do seu funcionalismo público várias vezes pessoas que nunca tiveram sequer uma experiência de trabalho concreta na sua área.

O concurso público, assim, emerge no cenário do mercado de trabalho no Brasil como um aspecto modernizante e igualitário, através do seu modo de seleção baseado em uma competição através do desempenho relacional. Aliado à burocracia estatal o concurso aparece como uma chance de acesso e de ascensão social inicialmente aberta a todos, através de sua característica de impessoalidade. O mérito é entendido através de uma construção do individual. A meritocracia surge como um sistema de valor que é conduzido por essa relação entre os desempenhos dos indivíduos, organizado a partir de uma tônica de racionalidade, impessoalidade e competitividade.

Mesmo proporcionando uma reprodução de uma mesma classe dentro do cenário do funcionalismo público, o trabalho que desenvolvemos analisou uma questão diferente do que poderia ser visto, tratamos do merecimento sob uma visão do indivíduo. Pensar a simples reprodução dentro de um sistema tão complexo como o nosso seria como dar um apelo a chamada ótica pré-moderna dentro da nossa sociedade. Colocamos como centro de análise da

nossa perspectiva a relação do indivíduo com a sua ação e suas diversas fontes de geração e acionamento de disposições dentro do acesso ao cargo no funcionalismo público nacional.

A mudança social teve um importante papel dentro da nossa análise, através do mecanismo de *hysteresis*, sistematizado por Boudieu, e buscando entendê-lo em sua face individual – ou seja, como o indivíduo vê as suas disposições e o aumento ou decréscimo de expectativas e objetivos em relação ao campo esperado. Esta perspectiva nos auxiliou a entender como se dá o jogo no cerne do campo do mercado público de trabalho no Brasil através das ação do indivíduo que diante das normas e regras instituídas por um sistema impessoal e complexo gera estratégias como forma de estabelecer as rédeas do seu futuro.

O acesso ao cargo público deve repensar a sua agenda e colocar a questão da diversidade de saberes dentro de sua lógica. O teste de múltipla escolha como maneira de aferir o desempenho do concorrente é um modo um tanto perverso, por privilegiar aqueles que dispõem de tempo para se preparar, abdicando os saberes práticos que são conquistados através de uma experiência no mundo do trabalho.

A luta simbólica pela aquisição de uma estabilidade financeira, e sobretudo social, é inerente às lógicas que o indivíduo traça para o seu destino. Uma luta pela sobreposição de uma análise do ser social como um mero passageiro do seu destino é a grande característica da nossa empreitada. Por mais cruel na sua tentativa de reprodutibilidade na qual o sistema tenta se colocar, não podemos tirar do indivíduo a sua criatividade e condições de superação, mesmo que adversas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Péricles. Agência e estrutura: o conhecimento praxiológico em Pierre Bourdieu. **Estudos de Sociologia: Rev do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, Recife, v. 12, n. 2, p.97-118.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Vozes, 1981. 337 p.

ATKINSON, Will; ROGERS, Steven; SAVAGE, Mike. **Class inequality in austerity Britain: Power, Difference and Suffering**. Londres: Palgrave Macmillan, 2013. 177 p.

BARBOSA, Livia. **Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2003. 216 p.

_____. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil. **Revista do Serviço Público**, N/a, v. 120, n. 3, p.58-102, set. 1996. Quadrimestral.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. 2. ed. Porto Alegre, Rs: Zouk, 2011. 556 p.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. 361 p. (Coleção estudos).

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 234 p.

_____. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neo-liberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 91 p.

_____. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 118 p.

_____. Esboço para uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. Cap. 2. p. 46-81.

_____. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Paris: Éditions Du Seuil, 2000. 429 p.

_____. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009

_____. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2014. 171 p.

_____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 324 p. Tradução de Sérgio Micelli.

_____. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (Ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.

BOURDIEU, Pierre et al. **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 747 p.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-claude. **A Reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.a., 1982. 238 p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Democracy and public management reform**: building the republican state. New York: Oxford University Press Inc., 2004. 330 p.

BRITO, Angela Xavier de. Rei morto, rei posto?: As lutas pela sucessão de Pierre Bourdieu no campo acadêmico francês. **Revista Brasileira de Educação**, N/a, v. /, n. 19, p.05-19, jan. 2002. Quadrimestral.

BRYM, Robert J. et al. **Sociologia**: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Thomson, 2006. 586 p.

CARIA, Telmo H. Da estrutura prática à conjuntura interactiva: – relendo o Esboço de uma teoria da prática de Pierre Bourdieu. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 64, n. 1, p.135-143, dez. 2002. Quadrimestral.

CARVALHO, Tiago. Recensão: Class Inequality in Austerity Britain Power, Difference and Suffering [Will Atkinson, Steven Roberts e Mike Savage (orgs.), 2012, Londres, Palgrave Macmilan]. **Sociologia, Problemas e Práticas**, [s.l.], v. 2014, n. 75, p.173-176, 14 abr. 2014. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL). DOI: 10.7458/spp2014753581.

CLAUDE, Thélot. Tel père, tel fils ? Position sociale et origine familiale. **Revue Française de Sociologie**, N/a, v. 1, n. 26, p.171-175, Não é um mês valido! 1985.

COLLINS, Randall. **The Credential Society**: an historical sociology of education and stratification. Orlando, Florida: Academic Press, Inc., 1979. 222 p.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 350 p.

DOMINGUES, José Maurício. **Teoria crítica e (semi)periferia**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2011. 305 p.

DUBET, François. **Injustice at Work**. Boulder, Colorado: Paradigm Publishers, 2009. 245 p.

_____. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. 282 p. (Coleção Epistemologia e Sociedade).

_____. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**, N/a, n. 17, p.05-19, maio 2001. Trimestral.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus**: the caste system and its implications. Nova Délhi: Oxford University Press, 1999.

_____. **O individualismo**: Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1974. 284 p.

EDUCACIONAIS, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. **Tipologia da educação extra-escolar**. Brasília: Fundação Getúlio Vargas, 1980. 116 p. (Série estudos e pesquisas, 5)).

EHRENBERG, Alain. **La Société du Malaise**. Paris: Odile Jacob, 2010. 527 p.

_____. **O culto da performace**: da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida, Sp: Idéias & Letras, 2010. 239 p.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012. 929 p.

FONTAINHA, Fernando de Castro et al. **Processos seletivos para a contratação de servidores públicos**: Brasil, o país dos concursos?. Rio de Janeiro: Direito Rio, 2014. 184 p.

FRASER, Nancy. From Redistribution to Recognition?: Dilemmas of justice in "postsocialist" age. In: FRASER, Nancy. **Justice Interruptus**. N/a: Routledge, 1997. Cap. 1. p. 00-00.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 52. ed. São Paulo: Global, 2013. 728 p.

_____. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 15. ed. São Paulo: Global, 2004

GIROUX, Henry A.. **Pedagogy and the Politics of Hope**: Theory, Culture and Schooling. Boulder, Colorado e Cumnor Hill, Oxford: Westview Press, 1997. 290 p.

GOLDTHORPE, John. The myth of education-based meritocracy: why the theory isn't working. **New Economy**, N/a, v. /, n. /, p.234-239, Não é um mês valido! 2003.

GOMES, Inairo. **Semente de democracia**: a ideologia do mérito. Juazeiro do Norte, Ce: Ed. do Autor, 2002. 448 p.

INGHAM, Geoffrey. Market(s). In: TURNER, Bryan S. (Ed.). **The Cambridge Dictionary of sociology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 351-354.

INGRAHAM, Patricia W.. **The foundation of merit**: public service in American democracy. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1995. 170 p.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para a pesquisa de campo. 3. ed. Maceió: Vozes, 2013. 202 p.

_____. **Ego**: Para uma sociologia do indivíduo. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. 318 p. (Epistemologia e Sociedade).

KRECKEL, Reinhard. Education, knowledge and social differentiation: new elites and new inequalities?. In: CONGRESS OF THE EUROPEAN SOCIOLOGICAL ASSOCIATION, 7., 2005, Torun, Poland. **Rethinking Inequalities**. N/a: N/a, 2005. p. 01 - 16.

_____. On national and global "middle classes". In: INDIAN-GERMAN WORKSHOP, 1., 2006, Munich. **Revised version**. Munich: University Of Munich, 2006. p. 01 - 24.

LAHIRE, Bernard (Ed.). **Le travail sociologique de Pierre Bourdieu**: dettes et critiques. Paris: La Découverte, 2001. 316 p.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006 a. 656 p

_____. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis, Rj: Vozes, 2002. 231 p. (Coleção Ciências Sociais da Educação).

_____. **Inégalités, dispositifs scolaires et dispositions sociales**. 2006 b. Proposition de communication de Bernard Lahire pour la séance plénière "Le désenchantement du projet d'égalité des chances". Disponível em: <http://ep.ens-lyon.fr/EP/colloques/colloque_repenser_justice/communication_bernard_lahire>. Acesso em: 02 maio 2015.

_____. Por uma sociologia disposicionalista e contextualista da ação. In: JUNQUEIRA, Lília (Org.). **Cultura e classes sociais na perspectiva disposicionalista**. Recife: Universitária Ufpe, 2010. p. 17-36.

_____. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação & Sociedade**, N/a, v. 23, n. 78, p.37-55, abr. 2002. Mensal.

LAPORTA, Taís. **"Concurso público é uma máquina de injustiça social"**. 2014. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/carreiras/2014-09-15/concurso-publico-e-uma-maquina-de-injustica-social.html>>. Acesso em: 19 set. 2014.

LEIS, Hector Ricarto. A tristeza de ser sociólogo no Século XXI. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24., 2000, Caxambú, Mg. **GT de Teoria Social**. N/a: N/a, 2000. p. 01 - 17.

LUZ, Leonardo del Puppo; SILVA, Camila Mariani. O exercício do estudar nos cursinhos destinados aos concursos públicos. **Fractal Revista de Psicologia**, N/a, v. 20, n. 1, p.285-304, jan. 2008. Semestral.

MADAN, Amman. Sociologising Merit. **Economic And Political Weekly**, N/a, v. /, n. /, p.3044-3050, 21 jul. 2007.

_____. **Sociology of merit I**. 2006 a. Hindi version published in Srote: Science and Technology Features. Disponível em: <<http://home.iitk.ac.in/~amman/articles/merit1.html>>. Acesso em: 27 jan. 2010a.

_____. **Sociology of merit II**: merit and culture. 2006 b. Hindi version published in Srote: Science and Technology Features. Disponível em: <<http://home.iitk.ac.in/~amman/articles/merit2.html>>. Acesso em: 27 jan. 2010b.

_____. **Sociology of merit III**: merit and the middle-class. 2006 c. Hindi version published in Srote: Science and Technology Features. Disponível em: <<http://home.iitk.ac.in/~amman/articles/merit3.html>>. Acesso em: 27 jan. 2010c.

_____. **Sociology of merit IIII**: merit as ideology. 2006 d. Hindi version published in Srote: Science and Technology Features. Disponível em: <<http://home.iitk.ac.in/~amman/articles/merit4.html>>. Acesso em: 27 jan. 2010d.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. **EMPREGO PÚBLICO NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS, INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO NACIONAL E EVOLUÇÃO RECENTE**. Brasília: Ipea, 2011. 116 p. (Textos para discussão).

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. São Paulo: Cosac Naify, 2013. 288 p. (Cosac Naify Portátil).

MCNAMEE, Stephen J.; MILLER, Robert K.; MYTH, The Meritocracy. **The meritocracy myth**. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2004. 219 p.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A.. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil 4**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Cap. 9. p. 559-657.

NOBRE, Renarde Freire (Org.). **O Poder no Pensamento Social: dissonâncias**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2008. 178 p.

PETERS, Gabriel. Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, N/a, v. 28, n. 83, p.47-71, out. 2013.

POCHMANN, Mario. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012. 127 p.

SÁ, Marcio Gomes de . A sociologia disposicionalista e o homem de negócios contemporâneo. In: **VI EnEO (Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD)**, 2010, Florianópolis. Resumo dos Trabalhos do IV Encontro de Estudos Organizacionais - EnEO 2010. Rio de Janeiro: ANPAD, 2010. v. Único. p. 219-220

SCALON, Celi. Justiça como igualdade?: A percepção da elite e do povo brasileiro. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 9, n. 18, p.126-149, jun. 2007. Semestral.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A socialização como fato social total: notas introdutórias sobre a teoria do habitus. **Revista Brasileira de Educação**, N/a, v. 14, n. 41, p.296-307, maio 2009. Quadrimestral.

SOUZA, Jessé. (NÃO) RECONHECIMENTO E SUBCIDADANIA, OU O QUE É “SER GENTE”? **Lua Nova**, São Paulo, n. 59, p.53-73, 01 jan. 2003b. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n59/a03n59.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2011.

_____. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2003. 207 p. (Coleção Origem).

_____. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2009. 483 p.

_____. A sociologia dual de Roberto da Matta: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 45, p.47-67, fev. 2001. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n45/4330>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

_____. **Existe uma ralé de desclassificados sociais:** Para uma teoria crítica da modernização. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/component/option,com_docman/task,doc_download/gid,242/Itemid,85/. Acesso em: 28 out. 2009.

_____. Gramática social da desigualdade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 54, n. 19, p.79-97, 01 fev. 2004. Quadrimestral.

_____. **Os batalhadores brasileiros:** nova classe média ou nova classe trabalhadora?. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2010. 354 p.

STEHR, Nico. Da desigualdade de classe à desigualdade de conhecimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, N/a, v. 15, n. 42, p.101-111, fev. 2000.

TAYLOR, Charles. **As Fontes do Self:** a construção da identidade moderna. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2011. 670 p.

TÖNNIES, Ferdinand. **Community and civil society.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001. 319 p. (CAMBRIDGE TEXTS IN THE HISTORY OF POLITICAL THOUGHT).

VANDENBERGHE, Frédéric. **Teoria social realista:** um diálogo franco-britânico. Rio de Janeiro: Iuperj, 2010. 365 p.

WACQUANT, Loic. Esclarecer o habitus. **Educação e Linguagem**, São Paulo, v. 16, n. 10, p.63-71, jul. 2007.

_____. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. /, n. 29, p.13-29, jun. 2006.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2012. 384 p. (Cosac Naify Portátil).

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 335 p.

_____. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. 464 p. (Volume 2).

_____. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014. 464 p. (Volume 1)

_____. **Ensaio de Sociologia.** 5ª Edição Rio de Janeiro: LTC, 2002.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE PESQUISA

ROTEIRO DE PESQUISA

I. Identificação

Entrevista nº

Data:

Local:

Entrevistador:

Hora de início: ____:____ Hora de término: ____: ____

Consentimento para uso na pesquisa:

II. Perfil do entrevistado

1. Iniciais do Entrevistado:

2. Data de Nascimento:

3. Estado civil:

4. Cidade de nascimento:

Bairro:

5. Cidade de residência:

Bairro:

6. Formação

(onde cursou? público ou privado? repetências?):

a. Ensino Infantil: _____

b. Ensino Fundamental I: _____

c. Ensino Fundamental II: _____

d. Ensino Médio: _____

e. Ensino Superior: _____

f. Pós-graduação: _____

7. Ocupação atual: _____

8. Ocupações anteriores:

III. História de vida

9. Como foi sua infância?

- a. Família;
- b. Educação;
- c. Vida Social.

10. Como foi sua juventude?

- a. Família;
- b. Educação;
- c. Vida social.

11. Como foi sua vida adulta?

- d. Família;
- e. Educação;
- f. Vida social.

IV. Mundo concursário

Quando começou a vida profissional?

Existiram fases profissionais na sua vida?

Como o concurso surgiu? como escolha?

Você já fez quantos concursos, há diferença entre eles?

Lembra dos processos de seleção?

Fez aulas particulares, cursinhos, etc? Online, off-line?

Teve algum mais difícil ou desafiador (Como superou o desafio)?

Qual o papel do esforço individual no concurso público (Qual a importância)?

Há um ambiente de competição (Pré-concurso e pós concurso)?

Frustração vs. Satisfação no processo.

Quem são os melhores nos concursos (por que)?

V. Mundo do trabalho

O ambiente de trabalho é compatível ao que se pede no concurso?

A cobrança permanece no mesmo nível ao passar no concurso?

O que te preparou mais para o trabalho? O concurso ou a experiência dentro?

O trabalho correspondeu às expectativas?

Pretende fazer outro? Por que? Quando? Já está se preparando?

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO DE ENTREVISTA: VIA DO
ENTREVISTADOR**

Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu, _____, RG
ou CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar como
sujeito da pesquisa “Meritocracia e concurso público no Brasil”. Fui suficientemente informada
a respeito das informações que li, ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo e discuti
com Pedro Torreão Sá de Almeida sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram
claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus
desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes.
Concordo em participar desse estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer
momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade ou prejuízo. Declaro ainda que recebi
uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido.

Local e data: _____

Assinatura da entrevistado: _____

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO: VIA DO ENTREVISTADO

Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidado para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Pode decidir sem pressa se quer participar ou não. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável do estudo, Pedro Torreão Sá de Almeida, qualquer dúvida que você tiver. Após esclarecido sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado de forma alguma. Se tiver dúvidas você pode entrar em contato com Pedro Torreão Sá de Almeida pelo telefone e email informado.

Esclarecimentos sobre a pesquisa:

1. Universidade Federal de Pernambuco
 2. Título do projeto: Meritocracia e concurso público no Brasil.
 3. Orientadora: Profª Liana Lewis
 4. Telefone: (81) 995379997
 5. Email: ptorreao@gmail.com
- A proposta da pesquisa é trabalhar Como a questão do mérito é entendido pelos concurseiros da cidade do Recife e como se constrói o êxito no mercado de trabalho público.

Assinatura de consentimento